



506367118
Brazuca / Tui meo

Atenc: Contatei o
AI na Planilha
web, as estou deitan-
do ele vai se sua
mesa, caso queira
dar uma olhada
lá para ver se
foi o problema.

LITAR	Nº 2018-001358054-001
M2730-2018-0200010	Fl. 1/6
PR/SC	

UNIDADE RESPONSÁVEL
9 32/4 PG
UNIDADE DE APOIO
UNIDADE DE APOIO
UNIDADE DE APOIO
DATA DO REGISTRO
10/01/2018 15:14

PROMOTORIA

ORIGEM DA COMUNICAÇÃO

COMUNICADO POR OUTROS	DATA DA COMUNICAÇÃO 10/01/2018	HORA DA COMUNICAÇÃO 08:40
-----------------------	-----------------------------------	------------------------------

DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

NOME DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE 127130 - CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL. PREJUIZOS SEG/BEM ESTAR POP			
AUTOS DO EVENTO OUTROS COMPLEMENTOS DE FATORIA/LOCAL		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	
DESCRIÇÃO OUTROS NÃO SOFISTO			
CÓRREGO VIEIRA			
DATA/HORA DO FATO 10/01/2018 08:40	DATA/HORA DO FATO DO ATENDIMENTO 10/01/2018 08:40	DATA/HORA FINE DO ATENDIMENTO 10/01/2018 11:00	DATA/HORA FINE DO PRELIMINAR 10/01/2018 15:38
DESCRIÇÃO DO FATO OUTROS - IMOVEIS RURAIS		DESCRIÇÃO DO FATO OUTROS - IMOVEIS RURAIS	
DESCRIÇÃO OUTROS LOCAL, MÊS 10			
CÓRREGO VIEIRA			

LOCAL (RUA, RUA, RUA) TRAVESSA DARRIO DA SILVA CORDEIRO			
PAÍS 78	UF XXXX	CIDADE XXXX	CEP XXXX
MUNICÍPIO ALMEIDA		UF HG	PAÍS BRASIL
PONTA DE REFERÊNCIA PONTA DA BR 167 SOBRE CÓRREGO DA VIEIRA		LATITUDE -16° 11' 27.3"	LONGITUDE -40° 41' 43.67"
TÍTULO XXXX			

QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS

ENVOLVIDO 1

SEXO XXXXX	NOME DO ENVOLVIDO AUTOR	TIPO DE PROCESSO JURÍDICA	COD. NATUREZA 127130	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL. PREJUIZOS SEG/BEM ESTAR POP				
NOME COMPLETO CORPORA - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS				
NOME CORPORA				
NACIONALIDADE XXXXX	DATA NASCIMENTO XXXX	NATUREZA DO FATO XX		
ENDEREÇO PARENTE XXXXX	ESTADO CIVIL XXXXX			

IDENTIDADE DO BEM NÃO SE APLICA	
CPF XXXXX	XXXXX
RG XXXXX	
PAÍS XXXXX	

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO XXXXX	
IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO XXXXX	DATA DO DOCUMENTO XXXXX
TIPO DO DOCUMENTO XXXXX	XXXXX

ENDEREÇO (RUA, RUA, RUA) RUA DOUTOR SABINO DA SILVA		MUNICÍPIO 50	UF XXXXX	CEP XXXX
PAÍS BRASIL	MUNICÍPIO ALMEIDA	UF HG		

PAÍS BRASIL	CEP XXXX	IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO 127130-0548	TIPO DO DOCUMENTO XXXXX
----------------	-------------	---	----------------------------

ENVOLVIDO 2

REGISTRO Nº 10/01/2018

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Registro sujeito a alterações até o dia 10/01/2018 16:38

REGISTRO Nº 10/01/2018
10/01/2018 16:38





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M7730-2018-0200018

Ff. 2/6

ENVOLVIDO 2

SEXO	TIPO DE OCORRÊNCIA	TIPO DE PESSOA	CEP	ESTADO/CORRISPONDÊNCIA
MASCULINO	NOTIFICADO	FÍSICA	127130	CONFIRMADO
Ocorrência em função				
CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL - PREJUIZQUE SEC/SEM ESTAR POP				
Nome do denunciante				
WASHINGTON SOUSA ARAUJO				
NACIONALIDADE	DATA NASCIMENTO	NACIONALIDADE		
BRASILEIRA	22/09/1963	BANGUEIRA / MG		
IDADE ANUAL	SEXO DA LEI	ESTADO CIVIL		
49	SEM LESÕES APARENTES	CASADO		
OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO ANTERIOR			
ENFERMEIRO	NÃO SE APLICA			
OUTRO	OCUPAÇÃO ATUAL			
PARDA	ENCARREGADO DE SISTEMAS			
NOME				
MARIA DOS SANTOS SOUSA ARAUJO				
PA				
ESMERALDO PEREIRA DE SOUSA				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO				
CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
Número do documento de identidade		Cidade/UF		UF
5150904		DESP SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		MG
ESCOLARIDADE				
SEMI-MÉDIO COMPLETO (2º GRAU)				
Endereço (Rua, nº)		Número	CEP	Complemento
RUA DOUTOR SABINO DA SILVA		50	XXXXX	XXXX
Bairro		Município		UF
CENTRO		RINCHIARA		MG
Pais		CPF	Telefone residencial/celular	Telefone comercial/celular
BRASIL		XXXX	(31) 3721-6508	XXXX

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

DURANTE OPERAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO USO/INTERVENÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS, AO FISCALIZANDO O EMPREENDIMENTO COPASA ELEVATÓRIA EEE 02, CNPJ Nº 17.281.106/0001-03, O QUAL DESENVOLVE A ATIVIDADE DE INTERCEPTORES, EMISSÁRIOS, ELEVATÓRIAS E REVERSÃO DE ESGOTO, SENDO LOCALIZADO NA TRAVESSA DAMEIS DA SILVA CORDEIRO, Nº 78, BAIRRO CIDADE NOVA, AINEMARAING, CONSTATAMOS QUE A SUA ATIVIDADE DE BOMBEAMENTO PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO ETE NÃO ESTAVA FUNCIONANDO. AINDA DURANTE FISCALIZAÇÃO, VERIFICAMOS QUE PARTE DO ESGOTO QUE CHEGA A REFERIDA ELEVATÓRIA ESTARIA SENDO DIRECIONADO SEM TRATAMENTO PARA O CÔRREGO DO VIGIA, AFLUENTE DO RIO JOQUITHIONIA, NAS COORDENADAS GEográficas 16°11'10.88" S UTM 18J12.21; OUTRA PARTE DO ESGOTO, ENCONTRAVA-SE VASANDO EM UM RIVÃO NÃO PLOTADO DA RESIDÊNCIA DE NÚMERO 500, NA RUA TIAGO SOUSA CARVALHO, TAMBÉM SENDO DIRECIONADO AO MENCIONADO CÔRREGO.

EM CONTATO COM O SENHOR WASHINGTON SOUSA ARAUJO, ENCARGADO DE SISTEMAS DA COPASA, ALGUEM QUE, NOVAMENTE, A BOMBA DA ELEVATÓRIA VEIO A QUEIMAR, E QUE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA ESTARIAM TRABALHANDO PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA.

DIANTE DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO ÀS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES, COM BASE NO ART. 8º, ANEXO I, CÓDIGO 122 DO DECRETO 44.344/08, LAUDAMOS EM NOME DA PESSOA JURÍDICA, COPASA - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, O AUTO DE INFRAÇÃO SEMAD/FEAM Nº 13315/2018, FIGANDO A NOTIFICAÇÃO NO VALOR DE R\$ 943,52 (NOVESESSE E Novecentos QUARENTA E TRÊS REAIS, CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), SENDO ESTE VALOR CONFORME ÍNDICE DO ANO 2017

Perícia Técnica

Perícia Técnica Comparativa	Perícia de Valor	Perícia de Valor	Perícia de Valor	Perícia de Valor
170	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
Perícia de Valor Comparativa				
XXXX				

VIATURAS

VIATURA 1

Nome da Viatura		Orgão	
PRINCIPAL		POLÍCIA MILITAR	
Designação/Descrição			
CAMIONETA			
Placa	Modelo/Cor	Registro SEMAD	Registro FEAM
NNH-331	BM	13543	13543
Perícia de Valor Comparativa			
XXXX			

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

Nº da Viatura	Matrícula	Cargo
1	1264375	3 SARGENTO
Nome Completo		
ALESSANDRO BRAYDAO DE ARAUJO		

Ocorrência: PM-2017-258

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: 261301894

16/01/2018 16:36

Registro sujeito a alterações até o dia 31/01/2018 16:36





SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLÍCIA MILITAR

Nº 2018-001358054-001

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M2730-2018-0200018

Fl. 4/6

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 1

DESCRIÇÃO DA FICHA
XXXXX

GERADO POR: PM1501918

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

Registro sujeito a alterações até o dia 11/01/2018 16:38

GERADO POR: PM1501918
10/01/2018 16:38



FOTOS DE MEIO AMBIENTE

FOTO MEIO AMBIENTE 1



FOTO MEIO AMBIENTE 1



FOTO MEIO AMBIENTE 1



..... FIM DOS ANEXOS: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER UTILIZADO

----- FIM DO REGISTRO O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER IMUTILIZADO -----

11/6/1920 - 11/12/1920

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

ප්‍රකාශනය: 2019/01/20 16:30

2006/2013 16:18





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE AMBIENTISMO
E RECURSOS HÍDRICOS - SISTEMA
Conselho Estadual de Meio Ambiente - CETAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 83355

Exatidão em Substituição do AI nº:

Vinculada ao: ☐ Auto de Fiscalização nº de 01 de 10/2011
☐ Boletim de Ocorrência nº de 01 de 10/2011

2. Auto de Infração possui falha de constituição? ☐ SIM ☒ NÃO

Local: Minas Gerais / Belo Horizonte
Data: 01/10/2011

3. Pessoa Responsável pelo fato:

☐ ETAM ☐ ETAM ☐ ETAM ☐ SORAI ☐ BUCRIS ☐ PMAC

Nome do Autor do Emprego/Inscrição:

Nome do Autor: ...

Data Nascimento:

Nome do Autor:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

☐ Outros:

Endereço do Autor/Emprego/Inscrição (Correspondência):

Nº / km:

Complemento:

Nome/Logradouro:

Município:

UF:

CEP:

Cx Postal:

Fone: 011 3731-6161

E-mail:

5. Outros
Envolvidos
Responsáveis

Nome do 1º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vinculada ao AI nº:

Nome do 2º envolvido:

☐ CPF: ☐ CNPJ:

Vinculada ao AI nº:

6. Descrição
Infração

... (transcrição da descrição da infração) ...

7. Características
da Infração

Georreferência:

DATUM:

☐ WGS ☐ SIRGAS 2000

Unidade:

Gravidade: 3 Min 11 Seg 2011

Localidade:

Gravidade: 3 Min 41 Seg 2011

Plano UTM:

FUSO 22

22

X=

16 dígitos

Y=

17 dígitos

8. Zonamento
legal

Artigo

Anexo

Código

Início

Fim

Descrição

Le / Ano

Resolução

DN

Port. Nº

Órgão

9. Anexos
Obrigatorios

Anexos				
Nº	Artigo/Parágrafo	Início	Fim	Resolução

Anexos				
Nº	Artigo/Parágrafo	Início	Fim	Resolução

10. Conclusão

☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas
(Acrescimo e Multa) e ERP

Infração	Parte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acrescimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
1	1	<input type="checkbox"/> Acrescimo <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Tripla	100,00		100,00
ERP	Nº de pesado	Valor: R\$ por Kg	RS		Total: RS
Valor total das penalidades de Reposição da Pesca: R\$:					
Valor total das multas: R\$:					

No caso de ausência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$

12. Outras
penalidades/
Recomendações
Observações

... (transcrição das observações) ...

13. Representante

Nome Completo:

☐ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG:

Endereço: Rua, Avenida, etc.

Nº / km:

Nome/Logradouro:

Município:

UF:

CEP:

Fone:

Assinatura:

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 30 (TRINTA) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA QUANTIFICAR A MULTA OU APROPRIAÇÃO DA INFRAÇÃO PARA O SIGUINTE ENDEQUE:

14. Assinaturas

11. Notariz (Nome e legível)

MAIP:

Assinatura do Notariz:

12. Autor/Representante Autorizado (Nome e legível)

Assinatura do Autor/Representante Legal



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

SENHOR DIRETOR DE CONTROLE PROCESSUAL DA SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE -
SUPRAM JEQUITINHONHA

Auto de Infração nº 83355/2018

Localidade: Almenara/MG

Noti

NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO	
JEQUITINHONHA - DIAMANTINA / MG	
Foto de Doc.	<input checked="" type="checkbox"/> Entrada <input type="checkbox"/> Saída
Nº do Doc.	465118
Data	30/01/18
Nome Legível do Responsável	

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, Sociedade de Economia Mista, sediada à Rua Mar de Espanha, n. 525, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30.330-270, CNPJ 17.281.106/0001-03, vem por intermédio de seus procuradores que esta subscrevem (procuração anexa), apresentar DEFESA aos Autos de Infração n. 83355/2018, por meio dos fatos e razões a seguir aduzidas.

I - TEMPESTIVIDADE

A COPASA MG foi notificada sobre a aplicação das sanções em 10/01/2018, conforme consta no formulário de auto de infração.

Assim, nos termos do artigo 33 do Decreto Estadual nº 44.844 de 25 de junho de 2008, o prazo de vinte dias para apresentação de defesa irá vencer no dia 30/01/2018.

Logo, depreende-se que a defesa, protocolada nesta data, é tempestiva.

II - DOS FATOS

Trata-se de Auto de Infração n. 83355/18 lavrado em face da COPASA MG, por meio do qual houve a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$17.943,52 com fundamento no código 122 do anexo I a que se refere o art. 83 do Decreto nº 44.844 de 2008.





A infração ambiental supostamente praticada foi descrita pelo agente atuante como *"Causar poluição através do lançamento de esgoto (in natura) no leito do Córrego Vigia, resultando em dano ao referido corpo hídrico, podendo prejudicar a saúde e bem estar da população"*.

Entretanto, como será demonstrado no curso desta peça defensiva, o referido Auto de Infração deverá ser declarado nulo e arquivado, em razão dos vícios formais carreados, ou, sucessivamente, reconsiderado, em razão das matérias de mérito ventiladas.

III – DO MÉRITO

III.1 – DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS

A Estação de Elevatória de Esgoto - 02 do Sistema de Esgotamento Sanitário de Almenara opera por meio de dois conjuntos de Motobomba submersíveis, de potência 17,2 KW de vazão 13,82 L/s, um em operação e o outro em reserva.

A unidade possui um sistema de extravasor que permite o extravasamento dos efluentes por meio da tubulação até o Córrego do Vigia. Contudo, o extravasamento ocorre apenas quando há algum problema no equipamento (motobomba da elevatória) principal e reserva ou quando ocorre falta energia.

Ou seja, o extravasamento dos efluentes com direção ao Córrego do Vigia somente ocorreu em razão de falha eletromecânica nos dois conjuntos de motobomba da unidade.

Além disso, é importante informar que o procedimento acima descrito foi devidamente aprovado pela Superintendência Regional de Meio Ambiente – Supram de Jequitinhonha quando da regularização ambiental.

Como se percebe da Nota Técnica em anexo, a motobomba principal foi enviada para manutenção em razão da apresentação de defeito nas datas 13/04/2016, 07/03/2017 e em 21/08/2017.

E a motobomba reserva, que estava em operação apresentou o mesmo problema eletromecânico, tendo sido enviada para manutenção em 18/11/2016 e 11/12/2017.





Nesse sentido, tendo em vista que as duas motobombas (principal e reserva) da elevatória vem apresentando problemas técnicos de forma reiterada, foi realizada a aquisição de uma terceira motobomba para a elevatória, de modo a impossibilitar o extravasamento dos efluentes ao Corrego do Vigia.

IV. 1 - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO ANTE AO VÍCIO FORMAL

O Decreto nº 44.844/08 estabelece em seu art. 27, caput e §1º, incisos I e II, que o auto de infração deverá ser lavrado com fundamento na ocorrência de transgressão às normas contidas nas seguintes Leis: Lei nº 7.772, de 1980; Lei nº 14.309, de 2002; Lei nº 14.181, de 2002; Lei nº 13.199, de 1999, conforme se comprova a seguir:

"Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002, e Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pelo SEMAD, por intermédio das SUPRAMs, pela FEAM, pela IEF, pela IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;" (grifo oposto)

Ocorre que, ante a determinação da norma supracitada, constatou-se flagrante vício formal na constituição do Auto de Infração nº 83355/2018, uma vez que, tal documento NÃO especifica qual dispositivo da Lei nº 7.772/80 que supostamente foi infringido pela Autuada, conforme se infere do campo nº8 do formulário do auto de infração.

Desta forma, a autuada está a desconhecer os dispositivos legais hipoteticamente infringidos, uma vez que não foram discriminados no auto de infração.

As multas foram aplicadas sem ser concedido à autuada o direito de conhecer os dispositivos legais ensejadores das penalidades, o que caracteriza grave vício formal a tornar nulo o auto de infração e, consequentemente, as multas aplicadas.

Tal fato fere gravemente a Constituição da República de 1988, mais especificamente seu art. 5º, II, segundo o qual "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de Lei".





Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Esse regramento Constitucional traduz o princípio da legalidade, segundo o qual exige-se Lei em sentido formal, emanada do Poder Legislativo a fim de obrigar qualquer cidadão a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Nesse sentido, o nosso Ilustre Constitucionalista José Afonso da Silva, vem corroborar tal entendimento:

"Da que se disse acima, já se deduz que a palavra Lei, para realização pleno do princípio da legalidade, se aplica, em rigor técnico, à lei formal, isto é, ao ato do legislativo emanado dos órgãos de representação popular e elaborado de conformidade com o processo legislativo previsto na Constituição (arts. 59 a 69)."

O que se extrai do dispositivo é um comando geral e abstrato, do qual conclui-se que somente a lei poderá criar direitos, deveres e vedações, ficando os indivíduos vinculados aos comandos legais, disciplinadores de suas atividades.

Destarte, o Decreto Estadual nº 44.844/08, em consonância com a Constituição Federal, também ratifica o disposto no Princípio da Legalidade ao dispor em seu artigo 27, incisos I e II, que a infração se dará em ofensa às normas das LEIS dispostas no caput, quais sejam, Lei nº 7.772/80, Lei nº 14.309/02, Lei nº 14.181/02 e Lei nº 13.199/99, bem como legislação ambiental, em sentido formal, as quais legitimam a lavratura do auto de infração.

Portanto, É TOTALMENTE ILEGAL A RESPONSABILIZAÇÃO DA COPASA MG em função da ofensa ao artigo do DECRETO nº 44.844/2008 (art. 83, anexo I, códigos 122), conforme pretende o Órgão Ambiental.

Aqui, por oportuno, vale argumentar que o Código Penal Brasileiro, em consonância com as normas constitucionais, preceitua em seu art. 1º que "não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal". Assim, inexistindo indicação legal a definir o fato típico, não há que se falar em aplicação de qualquer penalidade, até mesmo a de multa.

A aplicação de qualquer sanção só se justifica quando pautada em lei, esta considerada no sentido estrito, sob o aspecto formal. O sistema constitucional brasileiro não admite tipificação de condutas por outros atos normativos que não a lei.

Lado outro, há que se destacar que, nos termos do art. 31, do Decreto 44.844/08, o agente fiscalizador deverá observar os requisitos essenciais que necessariamente instruirão o Auto de Infração. Confira-se, *in verbis*:

"Art. 31. Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrada auto de infração, em três vias, destinadas a:





Companhia de Saneamento de Minas Gerais

primeira ao autuado e as demais à formação de processo administrativo, devendo o instrumento conter:

- I - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço;*
- II - fato constitutivo da infração;*
- III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;*
- IV - circunstâncias agravantes e atenuantes;*
- V - reincidência;*
- VI - aplicação dos penus;*
- VII - o prazo para pagamento ou defesa;*
- VIII - local, data e hora da autuação;*
- IX - identificação e assinatura do servidor credenciado responsável pela autuação, e*
- X - assinatura do infrator ou de seu preposto, sempre que possível, valendo esta como notificação." (grifo apostro)*

A presença desse dispositivo na norma, como condição de validade do Auto de Infração, é justamente para coibir arbitrariedades por parte dos Agentes Ambientais e assegurar à Autuada plenas condições de apresentar defesa dos fatos a ela imputados.

A disposição legal ou regulamentar que fundamentar a autuação deve ser precisa, clara, indubitável, sob pena de prejudicar ou mesmo inviabilizar a elaboração da defesa, afrontando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição da República, segundo o qual:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes,"

Nesse sentido, salienta-se que o § 2º, do artigo 27, do Decreto Estadual nº 44.844/08, exige que o servidor ao lavrar o auto de infração deverá fundamentar a aplicação da penalidade, dentre outros, de acordo com os critérios previstos no inciso III, desse mesmo artigo, cujas alíneas "a" e "b" dispõem que:

"Art. 27 (...)

(...)

III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definido neste Decreto:





Companhia de Saneamento de Minas Gerais

- a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;
 - b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;
 - c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;
 - d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e
 - e) a colaboração do infrator com as órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta; e
- (...)
- § 2º O servidor credenciado, ao lavrar os autos de fiscalização ou boletim de ocorrência e de infração, deverá fundamentar a aplicação da penalidade, tendo em vista os critérios previstos no inciso III." (grifa nossa)

No presente auto de infração fica clara a ausência de informações acerca das circunstâncias atenuantes e agravantes (requisito disposto no inciso IV do art. 31 do Decreto Estadual nº 44.844/08), bem como o equívoco quanto ao lançamento da reincidência. Tais fatos impedem qualquer juízo acerca dos antecedentes da autuada e assim, conforme exposto acima, tornam plenamente NULO o auto de infração.

De todo o elencado, ante a ausência de elementos essenciais à validade do auto, quais sejam, dispositivo legal infringido, circunstâncias atenuantes e agravantes, vê-se afastado o Princípio da Legalidade, da Ampla Defesa e do Contraditório, cujo direito está assegurado constitucionalmente.

Da mesma forma, a ausência de elementos essenciais, conforme preceitua o Decreto nº 44.844/08, configura grave descumprimento das exigências formais de constituição do Auto de Infração, devendo o Auto de Infração nº 83355/2018 ser declarado totalmente NULO pelas irregularidades apontadas.

Por fim, cumpre salientar que, as nulidade apontadas tratam de NULIDADES ABSOLUTAS, ou seja, aquelas que NÃO comportam convalidação, devendo, pois, ser o presente Auto de Infração declarado nulo e, consequentemente, determinado o seu arquivamento.

IV.2 – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO – INADEQUAÇÃO TÍPICA

Foi imputada à COPASA MG a conduta descrita no Decreto nº 44844/2008, art. 83, anexo I, cód. 122 "causar poluição através do lançamento de esgoto (in natura) no leito do Córrego Vigia, resultando em dano ao referido recurso hídrico, podendo prejudicar a saúde e o bem estar da população".





Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Quanto à alegação de que foi constatada a "degradação ambiental", importa esclarecer que para a correta lavratura do auto de infração seria necessário que o agente autuante houvesse caracterizado a extensão da degradação pois, apenas dessa forma, seria possível aferir se a eventual degradação poderia causar algum dano ao meio ambiente.

A mera reprodução do texto do tipo administrativo, além de ser completamente insuficiente para caracterizar a suposta infração, é uma afronta ao Estado Democrático de Direito, remontando ao Estado autocrático, onde a mera e infundada acusação era suficiente para constituir um fato e cominar punição.

Inexistindo laudo técnico que comprove que tenha havido degradação e que esta esteja em níveis tão elevados a ponto de ter causado danos aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população, não há que se falar em infração.

Por suposição, se considerássemos tratar-se de ato discricionário, a não indicação da suposta degradação ambiental implicaria abuso ou desvio de poder, à medida que o não conhecimento da suposta degradação inviabiliza o ajuizamento da defesa para o fato específico, tendo em vista que a Autuada não pode se defender de algo que não lhe é dado conhecer.

Apesar dos dispositivos da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e da Constituição Federal fazerem referência à responsabilização civil objetiva, isso não exclui a necessidade de comprovação da ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente, uma vez que a efetiva existência dos danos e do nexo causal são essenciais ao reconhecimento do direito de reparação.

Ainda que se possa argumentar pela incidência da teoria do risco integral às atividades que possam causar impacto ambiental, adotando postura puramente negativista, onde não se cogita como ou por que ocorreu o dano, o arcabouço jurídico brasileiro exige, para efeitos de responsabilização civil, administrativa e penal, a comprovação do dano vinculado ao fato. Não há como presumir a ocorrência de dano.

A própria legislação deixa evidente a necessidade de comprovação ou, no mínimo, de constatação do dano. Confira-se

"Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

1 - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;





- II - *degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;*
- III - *poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:*
- a) *prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;*
 - b) *criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;*
 - c) *afetem desfavoravelmente a biota;*
 - d) *afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;*
 - e) *lançam matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;*
- IV - *poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;*
- V - *recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.*" (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981)

No mesmo sentido aponta a legislação estadual:

- "Art. 2º - *Entende-se por poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam:*
- i - *prejudicar a saúde ou bem-estar da população;*
 - ii - *criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;*
 - iii - *ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural;*
 - iv - *ocasionar danos relevantes aos acervos histórico, cultural e paisagístico.*"

(Lei nº 7.722/1.980)

Ou seja, a legislação citada exige a constatação de uma situação concreta e efetiva. A presunção de dano representa verdadeira aberração jurídica.

Sobre a necessidade de comprovação da ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente nos casos de responsabilidade objetiva, pacífica é a jurisprudência dos Tribunais Pátrios. Confira-se:

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INDENIZAÇÃO POR DANOS AMBIENTAIS - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÊNCIA - APREENSÃO DE SEIS PASSAROS SILVESTRES - ATIVIDADE CONSIDERADA CAUSADORA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL SIMPLEMENTE POR AUSÊNCIA DE LICENÇA DO IBAMA - IMPOSSIBILIDADE - INTERPRETAÇÃO DA LEI EM RELAÇÃO AOS FATOS SOB JULGAMENTO - SENTENÇA MANTIDA. 1- Ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com o que entender alinente à lide. Inexiste cerceamento de defesa se a prova que se pretende produzir é desnecessária e irrelevante para o deslinde da demanda. 2- A responsabilidade pela preservação e recomposição



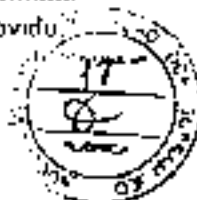


Companhia de Saneamento de Minas Gerais

do meio ambiente é objetiva, mas se exige nexo de causalidade entre a atividade do proprietário e o dano causado (Lei nº 6.938/1981). 2- Não se admite que o Direito se divorcie da realidade, devendo as normas jurídicas ser interpretadas a propósito das situações fáticas postas em julgamento, considerando suas peculiaridades. Inexistência de circunstância de fato que demonstre a efetiva ocorrência do dano ao meio ambiente." (AC 1.0024.06.933009-0/001 - TJMG - 5ª Câmara Cível - Rel. Des. Maurício Barros - DJ: 03/07/2007 - Data da publicação: 17/07/2007)

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA - MANUTENÇÃO DE AVES SILVESTRES EM CATIVEIRO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO AGENTE POLUIDOR - AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO AMBIENTAL NÃO COMPROVADO. 1. Não ocorre ofensa ao art. 535, II, do CPC, se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide. 2. A responsabilidade civil objetiva por dano ambiental não exclui a comprovação da efetiva ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente, pois estes são elementos essenciais ao reconhecimento do direito de reparação. 3. Em regra, o descumprimento de norma administrativa não configura dano ambiental presumido. 4. Ressalva-se a possibilidade de se manejar ação própria para condenar o particular nas sanções por descumprimento de exigências administrativas, ou eventual cometimento de infração penal ambiental. 5. Recurso especial não provido." (RCSp. n.º 1.140.549 - MG - Rel.ª Ministra Flávia Calmon - DJe: 14/04/2010)

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO AMBIENTAL - CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA - ARTS. 3º, INC. IV, E 14, § 1º, DA LEI 6.398/1981 - IRRETROATIVIDADE DA LEI - PREQUESTIONAMENTO AUSENTE; SÚMULA 282/STF - PRESCRIÇÃO - DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO: SÚMULA 284/STF - INADMISSIBILIDADE. 1. A responsabilidade por danos ambientais é objetiva e, como tal, não exige a comprovação de culpa, bastando a constatação do dano e do nexo de causalidade. 2. Excetuam-se à regra, dispensando a prova de nexo de causalidade, a responsabilidade de adquirente de imóvel já danificado porque, independentemente de ter sido ele ou o dono anterior o real causador dos estragos, imputa-se ao novo proprietário a responsabilidade pelos danos. Precedentes do STJ. 3. A solidariedade nessa hipótese decorre da direção dos arts. 3º, inc. IV, e 14, § 1º, da Lei 6.398/1981 [Lei da Política Nacional do Meio Ambiente]. 4. Se possível identificar o real causador do desastre ambiental, a ele cabe a responsabilidade de reparar o dano, ainda que solidariamente com o atual proprietário do imóvel danificado. 5. Comprovado que a empresa Furnas foi responsável pelo ato lesivo ao meio ambiente a ela cabe a reparação, apesar de o imóvel já ser de propriedade de outra pessoa jurídica. 6. É inadmissível discutir em recurso especial questão não decidida pelo Tribunal de origem, pela ausência de prequestionamento. 7. É deficiente a fundamentação do especial que não demonstra contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal. 8. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido."





Companhia de Saneamento de Minas Gerais

(Resp. 1056540/GO. Rel.(a) Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 14/09/2009)

Desta forma, ante a ausência de efetiva constatação de poluição ou degradação ambiental, é claro o erro de tipificação, de modo que o fundamento jurídico adotado não corresponde à situação fática, havendo nulidade absoluta do Auto de Infração, resultando no seu arquivamento.

Nesse sentido, está a decisão do "TRF - 1ª Região", transcrita abaixo:

"ADMINISTRATIVO MULTA, SUNAB. AUTO DE INFRAÇÃO DESCRIÇÃO DOS FATOS QUE NÃO CORRESPONDE À TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA. POSTERIOR RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DO AUTO.

I. É nulo o auto de infração em que o fundamento jurídico adotado não corresponde à situação fática descrita na autuação, sendo insuficiente a posterior retificação administrativa da tipificação da infração.

II. Apelação e remessa oficial improvidas." Grifo aposto. (AC 18826 GO 95.01.18826-4, (Relator Juiz Moacir Ferreira Ramos, Julgamento: 08/08/2002, Órgão Julgador: 3ª Turma Suplementar, Publicação: 22/08/2002 DJ p.182).

Portanto, demonstrada a inadequação típica, o presente Auto de Infração deve ser declarado nulo e arquivado.

VI – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, a COPASA MG requer seja o Auto de Infração n. 83355/2018 declarado nulo, considerando-o inapto à produção de qualquer efeito no âmbito jurídico, bem como, a juntada de eventuais documentos, até que o processo seja remetido à conclusão da autoridade julgadora. Em anexo, a COPASA MG encaminha os seguintes documentos:

Procuração;

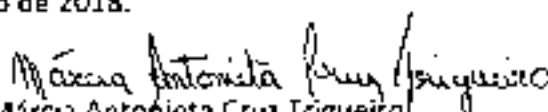
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

Estatuto Social da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG;

Auto de Infração nº83355/2018;

Termos em que requer deferimento

Belo Horizonte/MG, 29 de janeiro de 2018.


Márcia Antonieta Cruz Trigueiro

OAB/MG 72.859





NOTA TÉCNICA

Nº: 02/2018	NT
Data: 12/01/2018	fl.: 1/3

DE: DTAL	PARA: DVLA
ASSUNTO: AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 83355/18	

I - INTRODUÇÃO:

Foi realizada vistoria pela Polícia Militar Ambiental, na data de 10/01/2018 na Estação Elevatória de Esgoto - EEE-02 do SES de Almenara, na qual foi lavrado Auto de Infração nº 83355/18 devido a lançamento de esgoto "In Natura" no Córrego Vigia, que segundo a Polícia Ambiental nos autos, "esta ação, causou dano aquele recurso hídrico, e podendo prejudicar a saúde e o bem estar da população".

II - OBJETIVO:

Apresentar informações e esclarecimentos em face das informações contidas no Auto de Infração nº 83355/18 de forma a proporcionar possível defesa, junto aos Órgãos Ambientais



III - DIAGNÓSTICO:

A EEE-02 do SES de Almenara opera por meio de dois conjuntos Conjunto Moto Bomba submersíveis, de Potência: 17,2 KW, Vazão: 13,82 L/s, um em operação e o outro em reserva com os números de patrimônios da Copasa 330318 e 330319. A unidade possui um sistema de extravasor. Entretanto, o dispositivo instalado permitiu o extravazamento apenas quando ocorre algum problema no equipamento ou falta de energia, por meio de uma tubulação de PVC DN150, o afluente é direcionado ao Córrego do Vigia, cujo Projeto foi aprovado SUPRAM/JEQ/SEMAO

O problema de extravazamento da EEE-02 ocorreu por falha eletromecânica dos dois Conjuntos Moto Bombas da unidade.

O Conjunto Moto Bomba patrimônio 330318.

Eder Portella Loyola
UNIS/PMOTAL - 25327

Na data de 04/04/2016, o Conjunto Moto Bomba em operação da EEE-02, apresentou problema eletromecânico, foi encaminhado para manutenção na empresa autorizada Sulzer, dando entrada em 13/04/2016 e findado sua manutenção em 18/11/2016, foi montado na EEE-02 e voltou a operação em 21/11/2016.

Após 03 meses em operação, na data de 22/02/2017 tornou a apresentar o mesmo defeito anterior, enviado para a empresa Sulzer em 07/03/2017 devido o período de garantia do equipamento, foi realizada a manutenção no Conjunto Moto Bomba em 19/04/2017, instalado na EEE-02 em 28/05/2017, conforme OS do SAP nº 1142422'. Em 21/08/2017 o Conjunto Moto

ELABORADO POR: Eder Portella Loyola	UNIDADE: OTAL	RAMAL: 33-37216120
--	------------------	-----------------------

COPASA**NOTA TÉCNICA**

Nº : 02/2018

NT

Data: 12/01/2018

fl. 2/3

DE: DTAL

PARA: DVLA

ASSUNTO: AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 83355/18

Bomba voltou a apresentar o mesmo problema eletromecânico, devido o período de garantia do equipamento, foi enviado para a empresa Sulzer realizar a manutenção, porém a empresa negou o pedido, alegando conforme o laudo pericial nº 4125 a seguinte descrição: "Equipamento queimado devido à sobrecarga do estator durante a operação. O eixo está desgastado na região do selo, permitindo a contaminação por fluido bombeado".

O laudo foi contestado pelo Setor de Manutenção Eletromecânica da COPASA o SMTE, com as seguintes alegações.

"A sobrecarga se deu devido à entrada de líquido no equipamento e não o contrário, sendo assim no nosso entendimento houve falha no sistema de vedação, possibilitando a entrada de líquido pelo selo mecânico; vedação de anéis oring's ou Câmara de óleo? Quanto ao desgaste do eixo, é natural que quando se tem a entrada de líquido na câmara de óleo, tira a lubrificação do equipamento, possibilitando o travamento do rolamento, também pode ter havido interferência excessiva no eixo (base do rolamento). Ressalta-se que todos os serviços de vedação/interferência no eixo, são de responsabilidade do prestador de serviço. Em nosso ponto de vista, a garantia é totalmente pertinente neste caso"

Para a justificativa apresentada de sobre carga, e não aceitar da manutenção no equipamento devido o período de garantia, o problema deveria ser uma queima provocada por problemas elétricos, o que não haveria o desgaste no eixo (problema mecânico) causador da queima.

Não tivemos nenhuma resposta via e-mail até a presente data, mas ligações telefônicas onde fomos informados pelo funcionário da Sulzer o senhor Luis, que estavam preparando um laudo mais detalhado contestando a réplica do SMTE.

O Conjunto Moto Bomba patrimônio 330319.

Este Conjunto Moto Bomba é o reserva da EEE-02 que estava em operação. O mesmo apresentou problema eletromecânico na data de 20/10/2016, conforme a nota SAP 11341748, encaminhado para a assistência técnica na empresa Sulzer em 18/11/2016 e retornado a operação em 15/09/2017. Porém, na data de 11/12/2017, o Conjunto Moto Bomba tornou a apresentar problemas eletromecânicos dando entrada na empresa Sulzer para manutenção em 23/12/2017, que até o presente momento não obtivemos resposta da empresa.

Eduel Portella Loyola
DNT/SP/MDTAL - 25323

ELABORADO POR:

Eduel Portella Loyola

UNIDADE:

DTAL

RAMAL:

33-37216120



NOTA TÉCNICA

Nº: 02/2018

NT

Data: 12/01/2018

fl.: 3/3

DE: DTAL

PARA: DVLA

ASSUNTO: AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 83355/18

IV – CONSIDERAÇÕES:

Toda paralização de Elevatória de Esgoto em função de problemas operacionais é imediatamente comunicado a SUPRAM

Tendo em vista a série de manutenções realizadas nos 02 (dois) equipamentos da Elevatória EDE-02, estamos providenciando a aquisição de um terceiro equipamento. O equipamento já se encontra em processo de manutenção.

Estamos providenciando em caráter emergencial a instalação do equipamento da EDE-05, sendo que para isso é necessário tapar o Poço de Sucção desta elevatória para retirada do equipamento. **Prazo de 7 dias.**


V – CONCLUSÕES:

Solicitamos defesa por meio do jurídico contra o Auto de Infração lavrado pela Polícia Militar Ambiental de Minas Gerais.

VI – ANEXOS:

Anexo I – Relatório Fotográfico

Anexo II – Ordem de Serviço.


Eder Portella Loyola
Gerente do Distrito Regional Almeida

Gerente do Distrito Regional Almeida



ELABORADO POR:

Eder Portella Loyola

UNIDADE:

DTAL

RAMAL:

33-37216120

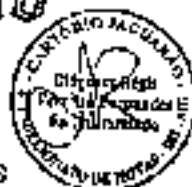


Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 1980P

PRIMEIRO TRASLADO



FOI HA - 068



Substabelecimento de Procuração que
faz **Pedro Eustáquio**
Scapolatempore

Saibam

quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e dezesséis (2016), aos 20 (vinte) dias do mês de setembro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Dr. Regis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: **Pedro Eustáquio Scapolatempore**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 35.323, CPF nº 25.586.516-04, com endereço comercial na Rua Mar de Espanha, nº 525, Bairro Santo Antônio, CEP-30330-270, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais; parte que se identificou ser a própria, conforme documentação apresentada, do que dou fé e, pelo Outorgante me foi dito que, por este público instrumento, substabelece, nos termos do artigo 667, parágrafo 2º do Código Civil, a favor de **Ana Carolina Belém Rios**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 86.992, CPF nº 039.834.626-77; **Blenda Rodrigues de Medeiros**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 78.491, CPF nº 034.243.496-80; **Brigida Bueno Matulini**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB sob o nº 70.714, CPF nº 903.553.136-00; **Bruno Moreira Ferreira**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 135.375, CPF nº 093.959.076-06; **Camila Januária Ferreira Soares**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 142.134, CPF nº 08.843.126-10; **Camila Nicolai Gomes**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 132.876, CPF nº 012.447.976-69; **Carolina Crostant Guimarães Veloso**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 131.440, CPF nº 063.534.826-02; **Carolina Damiano Lara Meirelles**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 129.298, CPF nº 076.389.616-09; **Deneth Bonafortes Souza Ribeiro**, brasileira, divorciada, advogada,





Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais

LIVRO - 1980P

FOLHA - 069

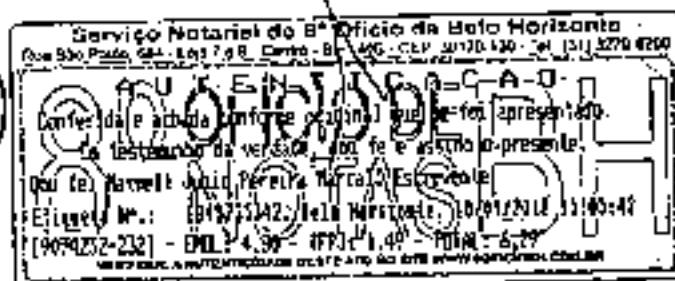
fazendo parte integrante deste instrumento para consolidá-lo. Os substabelecidos poderão retirar em juízo Alvarás Judiciais expedidos em nome da COPASA MG, bem como requerer, junto às instituições financeiras, que o valor seja creditado exclusivamente na Conta Vinculada - Convênio de Centralização de Alvarás nº CC. 6593-3, Operação 003, Agência 0935 da Caixa Econômica Federal. Poderão, ainda, substabelecer para fins de carga processual, requerer cópia de processo e agir em conjunto ou separadamente, sendo-lhes VEDADOS, no entanto, os poderes de receber citações, desistir e renunciar. Esta procuração só terá validade mediante a apresentação da procuração acima mencionada a qual fica fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento. Protocolo nº. 16866/2016. Valores referentes a esta Procuração. Emolumentos: R\$ 17,15 - RECOMPL R\$ 1,03; Taxa de Fisc. Judiciária R\$ 5,73; Total: R\$ 23,91. Valores referentes a Arquivamento de 0 folhas: Emolumentos: R\$; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$; Total R\$ 0,00. Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e achado conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, João Carlos Nunes Júnior, Tabelião, a subscrevi. Pedro Augusto Seapótenipore, - TRASLADADA EM SEGUIDA.

Eu, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, tabelião, a subscrevo e assino em público e assino.

Em testº [assinatura] da verdade.

O TABELIÃO

PODER JUDICIÁRIO - FUND
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 2º de Notas de Belo Horizonte
Selo eletrônico nº: ATFA 7622
Cód. Sup.: 3368.9861.2299.2402
Quantidade de Atos Protocolados: 1
Emol.: R\$ 18,15 - IF: R\$ 5,77 - Valor Final: R\$ 23,91
Consulte a validade desta Selo no site: [HTTP://www.cartoriojaguarao.com.br](http://www.cartoriojaguarao.com.br)

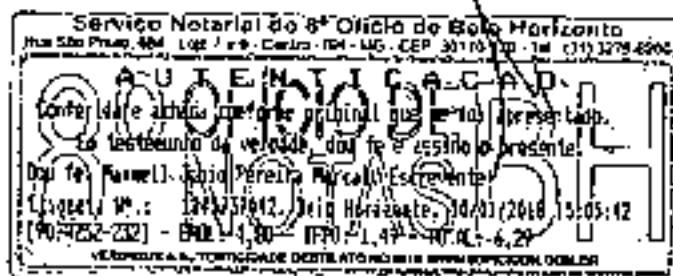


rescisórias, bem como agir na defesa de seus interesses perante repartições públicas e fazendas federais, estaduais e municipais, inclusive da administração indireta, entidades paraestatais, agências executivas, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, podendo, também, interpor impugnação, manifestação de inconformidade e recurso perante a Receita Federal do Brasil (Secretaria da Receita Federal e Secretaria da Receita Previdenciária), consultar dados da Outorga etc, inclusive os protegidos por sigilo fiscal referidos no artigo 3º da Portaria da Receita Federal do Brasil nº 1.360, de 11/10/2010, tirar cópias xerográficas de documentos, ter vistas e retirar processos com carga da Secretaria da Receita Federal, solicitar certidões, documentos e obter informações relativas à regularidade fiscal, dados e valores de débitos, créditos, dívidas e pendências diversos, relatório de restrições de tributos previdenciários, protocolizar documentos e requerer certidão negativa de débito, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao desempenho deste mandato e ainda, substabelecer em parte ou no todo, mas com reserva, os poderes que lhes foram conferidos. Protocolo nº. 25566/2015. Valores referentes a esta Procuração: Emolumentos: R\$ 73,73 - RECOMPE R\$ 4,42; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 24,55; Total: R\$ 102,71. Valores referentes a Arquivamento de 0 folhas: Emolumentos: R\$ 0,00; Taxa de Fisc. Judiciária: R\$ 0,00; Total: R\$ 0,00. Assim disse e me pediu este instrumento, que lido e anexo conforme, aceita e assina dispensada a presença de testemunhas, nos termos da Lei Federal nº. 6.952 de 06 de novembro de 1981, do que dou fé. Eu Diógenes Régis Ferreira Fernandes, Escrevente Autorizado, a escrevi. Dou fé. Eu, Mirian Bomfá Santos Alves, Tabelião Substituto, a subscreevi, Sinara Inácio Meireles Chenna - Francisco Eduardo de Queiroz Carçado. TRASLADADA EM SEGUIDA.

Eu, Diógenes Régis Ferreira Fernandes, tabelião, a subscreevi e assino em público e raso.

Em test. [assinatura] da verdade.

O TABELIÃO [assinatura]



PODER JUDICIÁRIO - TJMG	
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	
Ofício de 2º de Notas de Belo Horizonte	
Selo Eletrônico nº	AJM44994
Cód. Seg.	4935-3251-7801-0526
Quantidade de Atos Praticados:	00001
Emol.: R\$79,15 - TFC: R\$ 24,56 - Valor final: R\$ 102,71	
Consulte a validade deste Selo no site https://selo.tjmg.us.br	





Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 1894P

PRIMEIRO TRASLADO

FOLHA - 058

Procuração que faz Companhia de Saneamento de
Minas Gerais - Copasa MG.

Saibam quantos este público instrumento virem que, do ano de nascimento de

Nossa Senhor Jesus Cristo, de dois mil e quinze (2015), nos 18 (dezoito) dias do mês de novembro desta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Diógenes Régis Pereira Fernandes, Escrevente Autorizado, compareceu como Outorgante: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa MG, com sede na Rua Mar de Espanha, nº 525, 3º Andar, bairro Santo Antônio em Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.281.106/0001-03, representada, neste ato, por sua Diretora-Presidente Sílvia Inácio Maireses Chenna, brasileira, casada, engenheira civil e sanitarista, CPF nº 596.478.926-91, Carteira de Identidade nº MG-3.762.439 SSP/MG e por seu Diretor de Gestão Corporativa Francisco Eduardo de Queiroz Cançado, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 443.427.126-72, Carteira de Identidade nº MG 2.785.331 SSP/MG, residentes e domiciliados nesta Capital; os presentes reconhecidos e identificados como os próprios e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela, por seus representantes, me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes Procuradores Pedro Eurásio Seipulatempore, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº. 35.323, CPF nº. 251.586.516-04, Adão Duarte de Carvalho, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 72.958, CPF nº 764.776.146-34, Alessandra Guimarães Rocha, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-MG sob o nº 90.498, CPF nº 038.321.516-94, Gustavo Reis Aragão Rodrigues, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 72.567, CPF nº 773.597.716-68, Roberto Celso Dias de Carvalho, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 71.123, CPF nº 335.731.476-68; todos com endereço comercial na Rua Mar de Espanha, 525, aos quais confere os poderes da cláusula "ad judicia" e "et extra" para o foro em geral e os especiais, para, em conjunto ou separadamente, representar a Outorgante perante todos os Juízes e Tribunais, nos processos em que a Outorgante compareça como autora, ré, assistente, opoente, denunciada à lide, nomeada à autoria ou chamada ao processo, podendo os Outorgados, receber citações, notificações e intimações judiciais, renunciar, desistir, receber e dar quitação, firmar acordos e compromissos, recorrer, formular exceções, assinar carta de preposição, fazer levantamento de alvará judicial e/ou depósitos judiciais, propor, contestar, transigir, recorrer em não



Secretaria da Micro e Pequena Empresa de Proteção ao Consumidor
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (uso da Junta Comercial)

Nº do ato ou da 1ª, 2ª ou 3ª
sessão de 1ª ou 2ª ou 3ª UF

Código de Natureza
Jurídica

Nº de Matrícula do Agente
Tributário do Comércio

31300036375

2038

1 - RESOLUTIVO

ILMO(A) SR(A) PRES(DENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COMPESA MG**
(ou Empresa ou de Agência Auxiliadora do Comércio)

Nº FCN/REMP



J173361284037

Assunto: a V.ª do(s) ato(s) da(s) reunião de:

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO DO
VIAS DO ATO EVENTO CIDADE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1 007 000 1 ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

000 1 ESTATUTO SOCIAL

BELO HORIZONTE

Local

Representante Legal da Empresa / Agência Auxiliadora do Comércio

Nome:

Assinatura:

Telefone de Contato:

2 Março 2017

Data

1 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGADA

Numero(s) Empresa(s) e/ou Agente(s) ou donatário(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
à decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em vigência. (Não decidida em 1ª ou 2ª sessão)

1ª Sessão

2ª Sessão

3ª Sessão

4ª Sessão

☐ Processo extinto. Publicado em R. ou no Diário

☐ Processo extinto. Publicado em R.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGADA

☐ Processo em vigência. (Não decidida em 1ª ou 2ª sessão)

1ª Sessão

2ª Sessão

3ª Sessão

4ª Sessão

☐ Processo extinto. Publicado em R. ou no Diário

☐ Processo extinto. Publicado em R.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidência de _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 0037254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COMPESA MG, NIRE 31300036375 e protocolo 170809820 - 08/03/2017. Autenticação: 8103A729141C1F02B3D514BA985237149503337D. Marlene de Paula Bomfim - Secretária Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.org.gov.br e informe nº do protocolo 17080.982-0 e o código de segurança 8886584. Confira a autenticidade online no site em 08/03/2017 por Marlene de Paula Bomfim - Secretária Geral.

17080.982-0

08/03/2017



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
171080.082-0	01173361284037	31/01/2017
Identificação do(s) Assinante(s)		
CPE	Nome	
1734.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO	

Página 1 de 1

Paula Bordini

Pág. 004



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 13 DE SETEMBRO DE 2016

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

COMPANHIA ABERTA

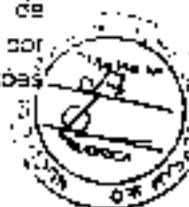
NIRE 21.300.036.375

CNPJ Nº 17.261.106/0001-03

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2016

1. Data, Hora e Local, realizada no dia 13 de setembro de 2016, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na rua Mar de Espanha -25, Santo Antônio, CEP 30330-900, na cidade de Belo Horizonte/MG. 2. Presença: presentes acionistas representantes de 70,1% (setenta vírgula um por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, também, Marco Antônio de Rezende Teixeira, Presidente do Conselho de Administração, Sinara Inácio Meireles Chenna, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Kátia Roque da Silva, Gerente da Secretaria Geral. 3. Convocação: o Edital de Convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404/1976, no Diário Oficial de Minas Gerais nas seguintes edições: 25 de agosto de 2016, caderno 1, página 32; 25 de agosto de 2016, caderno 1, página 27; e 27 de agosto de 2016, caderno 1, página 77; e no Jornal Diário do Comércio nas seguintes edições: 25 de agosto de 2016, página 13; 25 de agosto de 2016, página 09 e 27 de agosto de 2016, página 10. 4. Mesa: assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do parágrafo único do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, Marco Antônio de Rezende Teixeira, que convidou Kátia Roque da Silva para secretariá-lo. 5. Ordem do Dia: (i) aumento do limite do Capital Autorizado e do Capital Social da Companhia; (ii) alteração dos artigos 6º e 7º do Estatuto Social da Companhia; (iii) acreção de proposta de antecipação do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio, referentes ao exercício de 2016; e (iv) consolidação da Política de Dividendos da Companhia, a vigorar a partir do exercício de 2017. 6. Quorum de Instalação: considerando a existência do quorum de instalação para deliberação da Ordem do Dia, foi instalada a Assembleia Geral Extraordinária. 7. Deliberação: após a discussão da matéria, foi deliberado, pelo voto dos acionistas presentes, conforme se segue: (i) aprovar, por unanimidade de votos, conforme alínea "w" do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia a proposta de aumento do limite do Capital Autorizado de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais); e da elevação do Capital Social de R\$2.402.385.609,47 (dois bilhões, novecentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e nove reais e quarenta e sete centavos) para R\$2.402.385.609,47 (três bilhões, quatrocentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e nove reais e quarenta e sete centavos), sem emissão de novas ações, mediante a transferência de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) da Reserva de Lucros para o Capital Social, visando atender aos limites legais; (ii) aprovar, por unanimidade de votos, a alteração do artigo 6º caput e do artigo 7º caput do Estatuto Social da Companhia que passarão a ter a seguinte redação: "Artigo 6º O capital social da Companhia é de R\$2.402.385.609,47 (três bilhões, quatrocentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e nove reais e quarenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 128.751.023 (um e vinte e seis milhões, setecentas e cinquenta e uma mil e vinte e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal;" "Artigo 7º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração a quem compete, também, estabelecer as condições



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão registrada em 13/09/2016 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, NIRE 21300036375 e protocolo 170809820 - 09/03/2017. Autenticação: 910847281410177233251494882371498235575. Manterey de Paula SAKURAI, - Secretária-Geral, Para verificação deste documento, acesse www.jucemg.org.gov.br e informe nº do protocolo 170809820-G e o código de segurança 9846 8004 10 AUTENTICAÇÃO DIGITAL em 08/03/2017 por Manterey de Paula Sakurai - Secretária-Geral.

[Assinatura]
Secretaria-Geral

08/03/2017



lida, conferida, e assinada conforme, foi por todos assinada, tendo sido aprovada na forma do sumário, e a publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, de acordo com o artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/1976. São Horizonte, 13 de setembro de 2016. Acionistas presentes na AGE: Presidente: Marco Antônio de Rezende Teixeira; Secretária: Kátia Roque da Silva; e os seguintes Acionistas: Estado de Minas Gerais, representado pela advogada Ana Paula Muggler Rodante; Alfredo do Carvalho Filho representando o BNDES Participações S/A; Humberto Tavares de Melo; Maurício Pereira de Jesus; Kátia Roque da Silva; Sinara Inácio Meireles Cherrin; e Paulo Roberto Bellenzani Brandão, representando por procuração os demais acionistas: Ab Cap Fund Inc. - Ab Emerging Markets Multi-Asset Portfolio; Acadian Emerging Markets Equity Fund; Acadian Emerging Markets Equity II Fund, LLC; Acadian Emerging Markets Small Cap Equity Fund LLC; Advanced Series Trust - Asi Goldman Sachs Multi-Asset Portfolio, Advanced Series Trust - Asi Parametric Emerging Markets Equity Portfolio; Advisors' Inner Circle Fund - Acadian Emerging Markets Portfolio; Alaska Permanent Fund; Agr Emerging Small Cap Equity Fund, L.P.; Arrowstreet Us Group Trust; Ascension Health Master Pension Trust; Axa Im Global Emerging Markets Small Cap Fund, LLC; Axa Rosenberg Equity Alpha Trust; Baptist Health South Florida, Inc.; Bell Atlantic Master Trust; Board Of Pensions Of The Evangelical Lutheran Church In America; BP Pension Fund; Brunei Investment Agency; Caisse De Depot Et Placement Du Quebec; California Public Employees' Retirement System; Calvert Impact Fund, Inc. - Calvert Global Water Fund; CQ&L Q 140/40 Fund; Celanese Americas Retirement Pension Plan; Cibo Latin American Fund; City Of Los Angeles Fire And Police Pension Plan; City Of New York Group Trust; College Retirement Equities Fund; Dignity Health Retirement Plan Trust; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Non-Lendable Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Non-Lendable Fund B; Emerson Electric Company Master Retirement Trust; Employees' Retirement System Of The State Of Hawaii; Ensign Peak Advisors, Inc.; Fidelity Central Investment Portfolios LLC; Fidelity Emerging Markets Equity Central Fund; Fidelity Emerging Markets Equity Investment Trust; Fidelity Investment Trust; Fidelity Series Emerging Markets Fund; Fidelity Investment Trust; Fidelity Total Emerging Markets Fund; Fidelity Investments Money Management Inc. Fidelity Rutland Square Trust II Strategic Advisers Emerging Markets Fund; Fidelity Salem Street Trust; Soarian Total International Index Fund; Firemen's Annuity And Benefit Fund Of Chicago; Florida Retirement System Trust Fund; Franciscan Alliance, Inc.; Future Fund Board Of Guardians; Gato Common Contractual Fund; Gmaw Investment Funds Trust; Gmo Implementation Fund, A Series Of Gmo Trust; Government Pension Fund; Illinois State Board Of Investment; Ishares Ii Public Limited Company; Ishares MSCI Brazil Small-Cap Etf; Ishares MSCI Emerging Markets Small-Cap Etf; Jony Hightock Seaport Fund; Kaiser Permanente Group Trust; Lazard Asset Management LLC; Mainstay Emerging Markets Opportunities Fund; National Council For Social Security Fund; National Railroad Retirement Investment Trust; New York State Common Retirement Fund; New York State Teachers Retirement System; New Zealand Superannuation Fund; Norges Bank; Northern Trust Collective Safe Small Cap Index Fund-Non Lending; Ngr - Gm Common Daily All Country World Ex-U.S. Investable Market Index Fund - Lending; Ngr-Gm Common Emerging Markets Small Cap Index Fund - Lending; Omers Administration Corporation; Ontario Public Service Employees Union Pension Plan Trust Fund; Oregon Public Employees Retirement System; Parametric Emerging Markets Core Parametric Emerging Markets Fund; Piret - Water; Pimco Equity Series; Pimco Free Fundamental Emerging Markets Fund; Pimco Funds, Global





COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 13 DE SETEMBRO DE 2016

Investors Series Plc; Pimco Real Fundamental Emerging Markets Fund LLC; Powershares Dwa Emerging Markets Technical Leaders Portfolio; Public Employees Retirement System Of Indiana; Public Employees Retirement System Of Ohio; Raytheon Company Master Trust; Russell Institutional Funds, LLC - Russell Emerging Markets Equity Plus Fund; Schroder International Selection Fund; Scot S&P Emerging Markets Small Cap Etl; State Of Wisconsin Investment Board Master Trust; State Street Bank And Trust Company Investment Funds For Tax Exempt Retirement Plans; State Street Bk & Tr Co Inv Fd F Tax Exempt Ret Plans - MSCi Em Mkts Small Cap Index Sec Lending Fd; State University Retirement System; Sunsuper Superannuation Fund; Teachers Retirement System Of Louisiana; Teachers' Retirement System Of The State Of Illinois; Tetrast Super Pty Ltd As Trustee For Tetrast Superannuation Scheme; Texas Municipal Retirement System; The Government Of The Province Of Alberta; The Honeywell International Inc. Master Retirement Trust; The Monetary Authority Of Singapore; The Pension Reserves Investment Management Board; The State Teachers Retirement System Of Ohio; Uaw Retiree Medical Benefits Trust; Uaw Retiree Medical Benefits Trust; Utah State Retirement Systems; Van Eck Vectors Brazil Small-Cap Etl; Vanguard Emerging Markets Select Stock Fund; Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund; Vanguard Fise All-World Ex-Us Small-Cap Index Fund; A Series Of Vanguard International Equity Index Funds; Vanguard Total International Stock Index Fund; A Series Of Vanguard Star Funds; Vanguard Total World Stock Index Fund; A Series Of Vanguard International Equity Index Funds; Virginia Retirement System; Washington State Investment Board; Wells Fargo Diversified International Fund; Wells Fargo International Value Portfolio; West Virginia Investment Management Board; WSIB Investment (Public Equities) Pooled Fund Trust; e Xerox Corporation Retirement & Savings Plan.

Assinada digitalmente por Kátia Rêque da Silva.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão registrada sob o nº 6237254 em 08/03/2017 de Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, inscrita no CNPJ nº 31300036275 e inscrita no ISENTID nº 170809820 - 04/03/2017. Autenticação: 9100A72B14101FED070514B488C2371450C1E57D. Maricely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para verificar este documento, acesse www.jucamp.mg.gov.br e informe o nº de inscrição 170809820 ou o código de segurança acima. Esta cópia foi autenticada eletronicamente e assinada em 08/03/2017 por Maricely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

13/09/2016
Kátia Rêque da Silva

pag 6/11



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 13 DE SETEMBRO DE 2016

Acionistas Presentes na AGE		Nº de Votos
ESTADO DE MINAS GERAIS		64.861.195
RNDES PARTICIPAÇÕES S/A RNDESPAR		4.386.516
KATIA ROQUE DA SILVA		1
MARCO ANTONIO REZENDE DE TEIXEIRA		1
MAURICIO PEREIRA DE JESUS		708
SINARA INACIO MEIRELES CHENNA		1
HUMBERTO TAVARES DE MELO		13.318
AB CAP FUND, INC. - AB EMERGING MARKETS MULTI-ASSET PORTFOLIO		33.500
ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND		17.800
ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND LLC		35.300
ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC		111.000
ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFOLIO		4.200
ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO		3.300
ADVISORS' INNER CIRCLE FUND - ACADIAN EMERGING MARKETS PORTFOLIO		113.100
ALASKA PERMANENT FUND		9.800
ADR EMERGING SMALL CAP EQUITY FUND L.P.		42.500
ARROWSTREET US GROUP TRUST		64.800
ASCENSION HEALTH MASTER PENSION TRUST		17.300
AXA IM GLOBAL EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LLC		3.300
AXA ROSENBERG EQUITY ALPHA TRUST		3.600
BAPTIST HEALTH SOUTH FLORIDA, INC.		11.300
BELL ATLANTIC MASTER TRUST		28.982
BOARD OF PENSIONS OF THE EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA		29.200
BP PENSION FUND		12.200
BRUNEL INVESTMENT AGENCY		41.777
CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC		636.373
CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM		292.034
CALVERT IMPACT FUND, INC. - CALVERT GLOBAL WATER FUND		459.080
CC&L 140/40 FUND		1.400
CELANESE AMERICAS RETIREMENT PENSION PLAN		9.856
CIBC LATIN AMERICAN FUND		4.962
CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN		13.287
CITY OF NEW YORK GROUP TRUST		104.000
COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND		63.880
DIGNITY HEALTH RETIREMENT PLAN TRUST		27.136
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND		52.813
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND		126.100
EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND B		31.265
EMERSON ELECTRIC COMPANY MASTER RETIREMENT TRUST		29.300
EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII		11.300
ENSIGN PEAK ADVISORS, INC.		362.200
FIDELITY CENTRAL INVESTMENT PORTFOLIOS LLC: FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY CENTRAL FUND		99.730
FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY INVESTMENT TRUST		128.300
FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY SERIES EMERGING MARKETS FUND		4.101.070
FIDELITY INVESTMENT TRUST: FIDELITY TOTAL EMERGING MARKETS FUND		20.256
FIDELITY INVESTMENTS MONEY MANAGEMENT INC.		2.700
FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II: STRATEGIC ADVISORS EMERGING MARKETS FUND		10.000



Ata Comercial do Estado de Minas Gerais

CNPJ nº 02.372.594-00 e nº 08.022.001-7 da empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG. Nire 31.300026375 e protocolo 170808620 - 05/02/2017. Autenticado: 9108473814101FF1820314B4985237149603337D. Marinho da Silva Gomes - Secretário-Geral. Para validar esta documentação, acesse www.acatse.mg.gov.br e informe o nº da empresa 170808620 e a senha de segurança 300026375 para autenticação digitalmente assinada em 08/09/2017 por Marinho da Silva Gomes - Secretário-Geral.

[Assinatura]
Secretário-Geral



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 13 DE SETEMBRO DE 2016

Acionistas Presentes na AGE	Nº de Votos
FIDELITY SALEM STREET TRUST: SPARTAN TOTAL INTERNATIONAL INDEX FUND	100
FIREMEN'S ANNUITY AND BENEFIT FUND OF CHICAGO	19.300
FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND	68.100
FRANCISCAN ALLIANCE, INC	14.400
FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS	95.800
GARD COMMON CONTRACTUAL FUND	12.155
GMAM INVESTMENT FUNDS TRUST	48.917
GMO IMPLEMENTATION FUND, A SERIES OF GMO TRUST	198.173
GOVERNMENT PENSION FUND	150.630
ILLINOIS STATE BOARD OF INVESTMENT	166.570
ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY	30.294
ISHARES IV SC BRAZIL SMALL-CAP ETF	144.400
ISHARES IV SC EMERGING MARKETS SMALL-CAP ETF	11.100
JOHN HANCOCK SEAPORT FUND	45.700
KAISER PERMANENTE GROUP TRUST	65.388
LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC	700
MAINSTAY EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND	38.600
NATIONAL COUNCIL FOR SOCIAL SECURITY FUND	5.100
NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUST	13.000
NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND	40.130
NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM	118.908
NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND	61.600
NORGES BANK	2.444.768
NORTHERN TRUST COLLECTIVE SAKE SMALL CAP INDEX FUND - NON LENDING	56.369
NTGI - OM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-UST. MARKET INDEX FUND - LENDING	1.793
NTGI-OM COMMON EMERGING MARKETS SMALL CAP INDEX FUND - LENDING	2.598
OMERS ADMINISTRATION CORPORATION	23.600
ONTARIO PUBLIC SERVICE EMPLOYEES UNION PENSION PLAN TRUST FUND	45.500
OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM	134.700
PARAMETRIC EMERGING MARKETS CORE	1.087
PARAMETRIC EMERGING MARKETS FUND	58.900
PICOT WATER	3.645.062
PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAE FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS FUND	59.400
PIMCO FUNDS: GLOBAL INVESTORS SERIES PLC	300
PIMCO RAE FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS FUND LLC	8.541
POWERSHARES DWA EMERGING MARKETS TECHNICAL LEADERS PORTFOLIO	108.700
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF IDAHO	207.762
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO	51.114
RAYTHEON COMPANY MASTER TRUST	51.100
RUSSELL INSTITUTIONAL FUNDS, LLC - RUSSELL EMERGING MARKETS EQUITY PLUS FUND	21.580
SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	44.400
SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF	43.304
STATE OF WISCONSIN INVESTMENT BOARD MASTER TRUST	144.500
STATE STREET BANK AND TRUST COMPANY INV. FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS	81.924
STATE STREET BK & TR CO INV FD F TAX EXEMPT RET PLANS - MSCI EM MKTS SMALL CAP INDEX SEC LENDING FD	24.865
STATE UNIVERSITY RETIREMENT SYSTEM	31.775
SUNSHINE SUPERANNUATION FUND	10.309



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 12 DE SETEMBRO DE 2016

Acionistas Presentes na AGE		Nº de Votos
TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF LOUISIANA		137.700
TEACHERS' RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS		37.308
TELSTRA SUPERFUND LTD AS TRUSTEE FOR TELSTRA SUPERANNUATION SCHEME		349.300
TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM		7.600
THE GOVERNMENT OF THE PROVINCE OF ALBERTA		128.600
THE HONEYWELL INTERNATIONAL INC. MASTER RETIREMENT TRUST		19.900
THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE		10.300
THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD		84.124
THE STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF OHIO		212.605
UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST		108.200
UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST		79.757
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS		30.266
VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP FCF		212.596
VANGUARD EMERGING MARKETS SELECT STOCK FUND		29.742
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND		789.517
VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX US SMALL-CAP INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS		96.170
VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS		706.617
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS		12.189
VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM		10.890
WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD		43.709
WELLS FARGO DIVERSIFIED INTERNATIONAL FUND		5.300
WELLS FARGO INTERNATIONAL VALUE PORTFOLIO		72.400
WEST VIRGINIA INVESTMENT MANAGEMENT BOARD		14.700
WSIB INVESTMENT (PUBLIC EQUITIES) POOLED FUND TRUST		107.900
XEROX CORPORATION RETIREMENT & SAVINGS PLAN		10.367
TOTAL		88.636.515

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2016.

Conferi com a original lavrada em livro próprio.

Assinada digitalmente por: Kátia Roque da Silva



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8237354 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, Inscrição nº 2000038375 e alvará nº 170809409 - 05/02/2017. Autenticado: 910347391-01FE26305143A865207455523570. Murrain de Paula Barros - Secretária-Geral. Para validar este documento acesse www.pucmg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 17080940-0 e o código de segurança 88636515 para autenticação digitalmente assinada em 08/03/2017 por Adriano de Paula Barros - Secretário-Geral.

[Assinatura]

nº: 800



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Modulo Integrador	Data
17/080.982-0	J173361284037	31/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
628.678.325-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Cadastro Reg. 000.000 e nº 5237254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS S.A. Nro. 31300038075 e protocolo 17/080.982-0 - 38/03/2017, Autenticação: 51DB473914121FE0E00514BA660071488C3637D. Manoel de Paula Bomfim - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.org.br e informe o nº do processo 17/080.982-0 e o código de segurança 51DB473914121FE0E00514BA660071488C3637D. Para mais informações, consulte o site da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Assinado digitalmente em 31/03/2017



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

ESTATUTO SOCIAL COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG

BELO HORIZONTE MINAS GERAIS - BRASIL

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10/09/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6337254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, Min. 2100026675 e endereço 170609870 - 09/02/2017. Autenticado: 9103478841101FE 08305188985027456025570. Ministério da Publicidade e Secretário Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mp.gov.br e informe o nº do protocolo 170609870 e o código de segurança JCEMG. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Ministério da Publicidade e Secretário Geral.

10/03/2017 10:00:00 206 11/03/2017



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

NIRE 31.300.026.375

CNPJ/MF nº 17.281.106/0001-03

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Prazo e Objeto

Artigo 1º A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações de capital autorizado, sob controle acionário do Estado de Minas Gerais, constituída nos termos da Lei nº 2.842, de 5 de julho de 1963, compete planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único Para os efeitos deste Estatuto considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável, constituído pelas atividades necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário, constituído pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituídos pelas atividades de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e da limpeza de logradouros e vias públicas.

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e terá prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização de suas atividades em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º Para realização de seu objeto social a COPASA MG deverá investir em projetos de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e desenvolvimento empresarial, que em seu conjunto garantam à Companhia retorno real superior ou igual ao seu custo de capital.

Artigo 4º Para o cumprimento de suas finalidades institucionais, poderá a COPASA MG:

- a) contrair empréstimo ou financiamento com instituição financeira ou agência de fomento nacional ou internacional, obrigando-se à contrapartida, se for o caso.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 12/09/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro do nº 0007054 em 08/03/2017 na Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31.300.026.375 e protocolo 170805620 - 09/02/2017. Autenticação: 91D6A70F41C1F1E23D51A8A08C2371458C2E57D. Município de Ponte Escura - Aracaju-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.org.br e informe o nº do protocolo 170805620 e o código de segurança 6000. Este documento eletrônico é assinado em 08/03/2017 por Marney de Souza Gomes - Secretário-Geral.

Assinado digitalmente por Marney de Souza Gomes em 08/03/2017



observadas as condições estabelecidas na Política de Endividamento da Companhia, conforme segue:

1. o endividamento líquido consolidado da COPASA MG deve ser igual ou inferior a 3 vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização);
 2. as Exigibilidades Totais da COPASA MG devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido; e
 3. a LAJIDA da COPASA MG deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida
- b) propor desapropriações;
- c) promover encampação de serviços;
- d) receber doações e subvenções;
- e) atuar no Brasil e no exterior;
- f) firmar convênio e formar consórcio ou qualquer outra forma de parceria com pessoas de direito público ou privado;
- g) celebrar contratos, inclusive de programa, de concessão e de permissão de serviço público;
- h) subcontratar parte de suas atividades, observado o disposto no art. 72 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no § 1º do art. 25 da Lei Federal nº 8.967, de 13 de fevereiro de 1996;
- i) contratar empresa prestadora de serviço ou executora de obras que não tenha como objeto social a prestação de serviços de saneamento básico;
- j) executar serviços de montagem, recuperação e ensaios inerentes a verificação inicial e após reparo de medidores de água e esgoto, vedada em qualquer hipótese a sua comercialização.

Parágrafo Primeiro As atividades da COPASA MG, previstas no seu objeto social, serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou ainda por intermédio de empresas de que participe a COPASA MG ou suas subsidiárias, majoritariamente ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo A COPASA MG poderá fornecer apoio operacional, logístico, administrativo e técnico à operação de suas subsidiárias.

Parágrafo Terceiro As metas estabelecidas na alínea "a" deste artigo 4º poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:

- a) endividamento líquido consolidado da Companhia poderá atingir, no máximo, 4 vezes o LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/05/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Cartão registro do nº 6237054 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG - ME, inscrita no CNPJ nº 06.908.382/0001-90 e inscrita no CNPJ nº 06.908.382/0001-90. Autorização: B1D9A79B-61101550B205148A9852371486C3E570. Menção de Poder Público - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do documento 17080382/0 e o código de segurança 64103. Esta copie foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 em: Menção de Poder Público - Secretário-Geral.



cop. 1344



b) as exigibilidades totais da COPASA MG poderão atingir, no máximo, 1,2 vezes o Patrimônio Líquido;

c) o LAJIDA da COPASA MG deverá ser, no mínimo, superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

Artigo 5º A Companhia se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis às sociedades por ações, incluindo a Lei nº 5.404/76 (a "Lei das Sociedades por Ações"), conforme alterada.

Parágrafo Primeiro Com a admissão da Companhia no Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA S.A., sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (o "Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo Segundo As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das obrigações públicas previstas neste Estatuto.

Parágrafo Terceiro A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 6º O capital social da Companhia é de R\$3.402.385.539,47 (três bilhões, quatrocentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e nove reais e quarenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 126.751.023 (cento e vinte e seis milhões, setecentas e cinquenta e uma mil e vinte e três) ações ordinárias, ações nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo Segundo Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Terceiro As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto As ações são escriturais e serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo o custo de transferência a

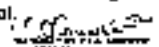
Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 12/09/2016

4



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão registrada sob o nº 8297254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SAQUEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, inscrita no CNPJ nº 31.000381/5 e processo 176889920 - 09/02/2017. Autenticado: 91DBA75E141C1FECB3C514DA86C2371495C3557D. Manuseio de Paulo Benício - Secretário-Geral. Para validar esta certidão, acesse www.jucemg.org.gov.br o número 17.080.983-0 e o código de segurança 00N0. Esta copia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 do Manuseio de Paulo Benício - Secretário-Geral.

 17.080.983-0 00N0



averbação, assim como o serviço relativo às ações custodiadas, ser cobrado do acionista.

Parágrafo Quinto Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 7º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento do capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro A Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Segundo A critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 9º A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO III **Assembleias Gerais**

Artigo 10 Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instauração e deliberação as prescrições legais peninentes e as disposições do presente Estatuto.

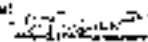
Parágrafo Único As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por seu substituto, e secretariadas por um acionista escolhido pelo Presidente da Assembleia dentre os presentes à reunião.

Adotado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/05/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão registrada sob o nº 0237254 em 09/03/2017 de Engracado COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COSANMG, CNPJ nº 3100036575 e inscrição 170809820 - 08/02/2017. Autenticação: 91DBA729141C1F8030D514BAA852371495C25570. Marmary de Paula Sampaio - Secretária Geral. Para validar esta autenticação acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº de protocolo 1710809820 e a condição de registrante. Adm. Fica habilitada para autenticar digitalmente e assinar em 08/02/2017 por Marmary de Paula Sampaio - Secretária-Geral.


Ass. 13/05/2016



Artigo 11 Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos, contados da data da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo único O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Artigo 12 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO IV **Da Administração**

Artigo 13 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto.

Parágrafo único A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Conselho de Administração

Artigo 14 O Conselho de Administração será composto por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 09 (nove) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro A Assembleia Geral determinará, de o voto de maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 5 (cinco) membros.

Parágrafo Segundo O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes, os quais devem ser expressamente declarados como tais na Assembleia que os eleger. Considera-se independente o conselheiro que (i) não tiver qualquer vínculo com a Companhia exceto participação no capital social; (ii) não for acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do acionista controlador, não for e não tiver sido nos últimos

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/05/2016

8



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão registrada sob o nº 6337258 em 08/04/2017 de Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31000038375 e protocolo 170809820 - 09/02/2017. Autenticação: 9106473814101FE20830514B4850371A9307557D. Forma e de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento acesse www.jucemg.pbv.br e informe nº do protocolo 17080.982-0 e o código de segurança 80N0. Esta copia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Mônica de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

Mônica de Paula Bonfim

005 18mm



3 (três) anos vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (excluem-se desta restrição pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não ter sido nos últimos 3 (três) anos empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ter fornecido ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ter funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja recorrendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ter cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital), ou (viii) o conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Terceiro Quando em decorrência da observância do percentual definido no parágrafo acima, resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia, aquele que: (i) for empregado ou ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; ou (iii) tiver no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva, ou no Conselho Fiscal, parente consanguíneo ou afim até 3º (terceiro) grau.

Parágrafo Quinto Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Sexto O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 1 (um) ano, salvo destituição, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 15 Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstas nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 16 A remuneração global ou individual do Conselho de Administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único No caso da Assembleia fixar a remuneração global caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Adotado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Cartão Registro sob o nº 0297254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, Nua 17100236375 e inscrição 170809023 - 05/02/2017. Autenticação: 0109A70314131FE2B0C18BA665137148600507C. Marivaldo de Paula Sclém - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.org.br e informe o nº de inscrição 170809023 e o nº do documento 0297254.

Assinatura: _____
Data: 13/09/2016



Artigo 17 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 18 As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente citados todos os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo único Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 19 deste Estatuto.

Artigo 19 As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Segundo No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou lac-simile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, por Assembleia Geral Extraordinária.

Parágrafo Quarto Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Artigo 20 As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do Artigo 19, Parágrafo Segundo deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.


Ativado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2016

8

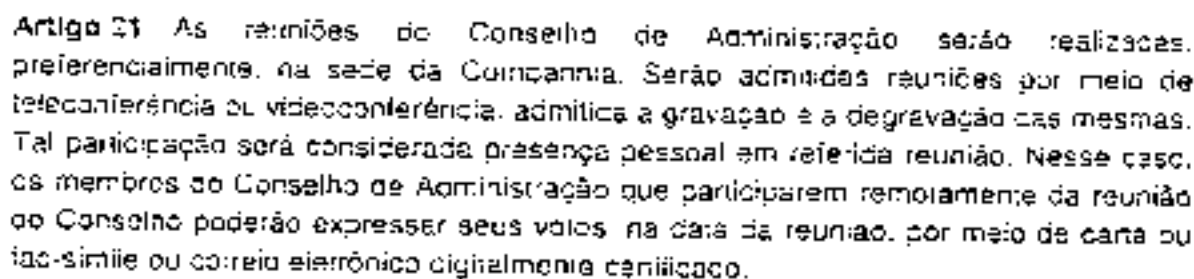


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifica registro sob o nº 5337264 em 05/09/2017 na Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, NRE 3130336375 e inscrição 170808820 - 09/02/2017. Autenticação: 8102A79B14101FE25309100A005037149600557D. Monitor de Paulo Bomfim - Secretário-Geral. Para verificar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe o nº de inscrição 170808820 e o código de segurança 8806. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Murilley de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


Secretária-Geral

2017 09/05



Parágrafo Primeiro. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 19, Parágrafo Segundo deste Estatuto deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração devendo a cópia da carta, fax-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração poderá admitir, em suas reuniões outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 22 **Compete ao Conselho de Administração:**

- a) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- b) fixar as atribuições dos Diretores, bem como definir os assuntos, as unidades organizacionais e as competências que ficarão sob sua responsabilidade, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto;
- c) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- d) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia;
- e) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- f) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- g) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária.

Approved by Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2014



Certifico ter sido lido o nº RJ-7261 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA - MG. NRE 033400997 e processo 17000020 - 09/02/2017. Autenticação: 91DBA73B111C1E+D95D5149A8B6Q9714G00066T. Marilene de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para visualizar este documento, acesse www.jurimp.org.gov.br e informe no campo processo 17000020 e o código de segurança n° 91DBA73B111C1E+D95D5149A8B6Q9714G00066T.



117 \u00d7 10\u207b\u2071\u00b9\u00b9 \u00b0C sec\u207b\u00b9



- h) aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação de quaisquer normas e regulamentos de organização interna da Companhia;
- i) aprovar a metodologia a ser aplicada nos estudos de viabilidade econômico-financeira;
- j) aprovar a metodologia de cálculo para o custo de capital da Empresa, bem como a periodicidade para sua revisão;
- k) aprovar novas concessões cujo Valor Presente Líquido - VPL, conforme o estudo de viabilidade econômico-financeira realizado pela Companhia, seja negativo;
- l) aprovar o plano de cargos e salários da Companhia e seu regulamento;
- m) aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores iguais ou superiores a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), limitados a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A aprovação de investimentos ou despesas, acima desse valor, cabe à Assembleia Geral;
- n) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre exclusão de bens imóveis do ativo permanente da Companhia, por motivo de alienação e inutilidade aos serviços;
- o) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, bem como os termos aditivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório, de valor igual ou superior a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), limitados a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A autorização para instauração desses processos administrativos, acima desse valor, cabe à Assembleia Geral;
- p) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre convênios e contratos não previstos na alínea "o" envolvendo empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, bem como os termos aditivos das respectivas contratações, de valor igual ou superior a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), limitados a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A deliberação sobre esses convênios e contratos, acima desse valor, cabe à Assembleia Geral;
- q) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a utilização de bens móveis para a prestação de garantias a terceiros, no valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- r) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a aquisição e constituição de ônus reais sobre bens imóveis de qualquer valor;
- s) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), limitados a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). A autorização desses procedimentos, acima desse valor, cabe à Assembleia Geral;
- t) escolher e destituir auditores independentes;

Aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 13/05/2016

10



- u) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva;
- v) propor à deliberação da Assembleia Geral a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio e a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, incluindo-se neste a participação dos empregados nos lucros;
- w) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- x) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e sobre a colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, nos limites do capital autorizado, inclusive para a outorga de opção de compra de ações nos termos deste Estatuto;
- y) deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;
- z) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- aa) manifestar a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação ou edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações, quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- bb) aprovar a contratação de instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- cc) propor à Assembleia Geral a emissão de títulos de dívida no mercado internacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- od) propor à Assembleia Geral a emissão de notas promissórias (commercial papers) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

Aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 13/05/2016



Linha Comercial do Estado de Minas Gerais

Certificado registrado sob o nº 5197254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31200038576 e protocolo 170809820 - 02/02/2017. Autenticação: 81D9A72E14C1FE220C9149A8857371456215570. Monitor de Prova Biométrica Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.leg.br/legbrasil](http://www.leg.br/legbrasil/legbrasil) ou informe o nº do documento 170809820 e o código de segurança 4444234 para autenticação digitalmente e assinado em 08/03/2017 por Valéria de Paula Gomes - Secretária-Geral.

Valéria de Paula Gomes
Secretária-Geral



Parágrafo Único No caso da Assembleia fixar a remuneração global caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Artigo 27 Os membros da Diretoria Executiva tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de Atas da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstas nos Artigos 145 e 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 28 A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregues ao Diretor Presidente ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Segundo Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato original.

Parágrafo Terceiro Os Diretores poderão usufruir, a cada ano calendário, de licença remunerada por até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, concedida pela Diretoria Executiva não cumulativa com férias remuneradas. Compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído.

Parágrafo Quarto Os Diretores poderão usufruir, durante o seu mandato, de licença não remunerada por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, concedida pelo Conselho de Administração. Compete ao Conselho de Administração, por indicação do Diretor Presidente, eleger pessoa, não estranha à Companhia, para exercer o cargo durante o afastamento do seu titular. Fimado o prazo da licença concedida, o Diretor licenciado será automaticamente reconduzido ao seu cargo, para concluir seu mandato original.

Parágrafo Quinto Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo nos casos previstos nos parágrafos terceiro e quarto.

Parágrafo Sexto As reuniões da Diretoria Executiva poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal convocação

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Cédula registada sob o nº 6217204 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, inscrita no CNPJ nº 13.000.363/75 e inscrita no CNPJ nº 17.080.982/0 - 09/02/2017, autenticada: 9100A7191101FEE33D514B8B52371498C95370, Manney de Paula Borim - Secretária-Geral. Para verificar este documento, acesse www.jucemg.org.br e informe o nº da inscrição 17.080.982/0 e o código de segurança 22No. Este código foi utilizado eletronicamente e assinado em 08/03/2017 por Manney de Paula Borim - Secretária-Geral.

Ass. 2016



será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria Executiva deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Sétimo. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria Executiva ou que tenham se manifestado na forma Parágrafo Primeiro deste Artigo deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 29 As deliberações nas reuniões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 28, Parágrafo Primeiro deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Artigo 30 Compete à Diretoria Executiva a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do presente Estatuto quanto à forma de representação e à atuação para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, colobar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro Compete ao Diretor Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) exercer a direção da sociedade, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- c) coordenar o planejamento global da Companhia, inclusive a elaboração dos planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia a serem submetidos ao Conselho de Administração, e dirigir os trabalhos da Companhia.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2016

14



- c) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- e) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- f) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função;
- g) prover pessoal adequado às necessidades da Companhia dentro das disponibilidades orçamentárias existentes;
- h) conferir outras atribuições aos Diretores no interesse da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações do Conselho de Administração a este respeito;
- i) todos os demais atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja pelo presente Estatuto atribuída a competência à Diretoria Executiva.

Parágrafo Segundo Compete ao Diretor Vice-Presidente auxiliar o Diretor Presidente em suas funções, na gestão da Companhia.

Artigo 21 Compete à Diretoria Executiva:

- a) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração, bem como suas atualizações e revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- c) aprovar novas concessões cujo Valor Presente Líquido - VPL, conforme o estudo de viabilidade econômico-financeira realizado pela Companhia, calculado de acordo com a metodologia aprovada pelo Conselho de Administração, seja positivo. Os casos de VPL negativo deverão ser submetidos ao Conselho Administração;
- d) aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual aprovado, de valores iguais ou superiores a R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais);
- e) autorizar a exclusão de bens móveis do ativo permanente, no valor de até R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;
- f) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, bem como os termositivos das respectivas contratações e as homologações de processo administrativo licitatório, de valores iguais ou superiores a R\$1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais);
- g) aprovar convênios e contratos não previstos na alínea "f" envolvendo

Adotado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2018





empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, bem como os termos aditivos das respectivas contratações, que individualmente ou em conjunto apresentem valores iguais ou superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e inferiores a R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais);

h) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, de valor inferior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

i) autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;

j) convocar reuniões do Conselho de Administração na ausência do seu Presidente ou de seu Vice-Presidente;

k) autorizar a transferência de ativos às Concessionárias de Energia Elétrica, observada a legislação que rege a matéria.

Artigo 32 A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

a) pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor ou com 1 (um) procurador com poderes especiais devidamente constituído;

b) por 2 (dois) Diretores, indistintamente, ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído, para a movimentação de recursos financeiros da Companhia, encargos e ações cambiais;

c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos, e

d) por 1 (um) só Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos:

1. representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, bem como nas Assembleias Gerais do Acionistas das sociedades nas quais a Companhia participe;
2. endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia;
3. movimentação de contas bancárias instituídas fora da sede da Companhia; e
4. de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas.

e) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Chefe de Departamento ou 1 (um) Superintendente, para a prática dos seguintes atos:

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/08/2018

10



1. firmar convênio para cooperação técnica e científica que não implicarem em ônus para a Companhia: apadrinhamento de entidade social; repasse de valores arrecadados pelo Programa CONFINA EM 5%, ou o que vier a substituí-lo;
2. firmar contrato de fornecimento de energia elétrica; locação; prestação de serviços pela COPASA MG; fixação da subvenção a entidades de assistência social; termo de aceno ou encontro de contas; termo de cessão, permissão ou concessão de uso gratuito para a COPASA MG; termo de compromisso e responsabilidade de uso ou ocupação de faixa de domínio; termo de credenciamento; termo de doação; e termo de depósito de materiais.

Parágrafo Único As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura do Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 33 Compete a cada Diretor:

- a) executar as atribuições relativas à sua área de atuação, responsabilizando-se pelo cumprimento das deliberações e das diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;
- c) outras atribuições que lhes forem determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Primeiro Os Diretores, além dos deveres e responsabilidades próprios, serão gestores nas áreas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo Ao Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores compete, adicionalmente, responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às Bolsas de Valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 34 A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter permanente, e terá de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, dos quais um será o Presidente e o outro o seu Vice-Presidente, e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será unificado de 1 (um) ano, salvo destituição, podendo ser reeleitos. Os Membros do Conselho Fiscal, permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/05/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registrar em nome do nº 8237254 em 08/03/2017 na Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, NIRE 31200036175 e protocolo 170809530 - 08/03/2017, Autenticação: 91DBA73B4101F5C33C514BA85237496C1557D. Membro da Junta Comercial - Secretário-Geral. Para verificar este documento, acesse www.jcemia.org.br e informe o nº da escritura 170809530-0 e o código de segurança 3040. Esta cópia foi autenticada eletronicamente e assinada em 08/03/2017 em Minas Gerais por Paulo Scatena - Secretário-Geral.

Paulo Scatena - Secretário-Geral
OAB/SP 11.000/2016



e posse de seus sucessores. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

Parágrafo Primeiro A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais.

Parágrafo Terceiro No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

Parágrafo Quarto Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com base na prerrogativa do Artigo 163, V da Lei das Sociedades Anônimas, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

Parágrafo Quinto As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente e em sua ausência por seu Vice-Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante notificação escrita e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Sexto Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros Fiscais fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia. Os votos ou pareceres manifestados pelos Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Quinto in fine deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto ou parecer do Conselheiro Fiscal, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Sétimo As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas por seu Presidente e em sua ausência por seu Vice-Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10/06/2018

18



Livro Conselho de Administração de Minas Gerais

CNPJ nº 07.000.939/5 e inscrita no 17.080.982-0 - 09/05/2017. Autenticação: 9108472314101F5C93C514BA8552371435C2557D. Mahany de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse: www.jucem-pmg.gov.br e informe nº do documento 17080982-0 e o código de segurança 9090. Esta cópia foi autenticada eletronicamente e assinada em 06/03/2017 por Mahany de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

10/06/2018 14:00:00
Assinatura Digital



Parágrafo Oitavo As reuniões do Conselho Fiscal somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, incluindo os suplentes no caso de ausência de membros titulares.

Parágrafo Nono As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho Fiscal, e na sua ausência, por seu Vice-Presidente ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes e secretariadas pelo Chefe do Gabinete da Presidência e, na sua ausência, por empregado indicado pelo Diretor Presidente da Companhia.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Lucros e Dividendos

Artigo 35 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 36 O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

- a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202 I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório;
- c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de acionistas com base na proposta da administração, conforme o disposto no Artigo 176, Parágrafo terceiro e 196 da Lei das Sociedades por Ações observadas as disposições contidas no Artigo 134, Parágrafo quarto da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Artigo 37 A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 38 A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão registrada sob o nº 62377254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, NIRE 31300026375 e inscrição 170805670 - 09000017. Autenticação: 910BAC25914101F5C83D514B485C271499225575. Menção de Paulo Sérgio - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucmg.mg.gov.br e informe o nº de protocolo 170805670 e o código de segurança 02NC. Esta cópia foi autenticada eletronicamente e assinada em 08/02/2017 por Marney de Paula Santos - Secretário-Geral.

08/02/2017 Pág. 25/42



Artigo 29 Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

Artigo 40 A Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes, desde que previamente autorizada pela Assembleia Geral, justificadamente.

CAPÍTULO VII

Da Responsabilidade dos Administradores

Artigo 41 Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei e do presente Estatuto.

Artigo 42 A Companhia, nos casos em que não tomar o polo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, por meio de sua unidade jurídica ou por terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.

Parágrafo Primeiro A garantia prevista no caput deste Artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.

Parágrafo Segundo Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, baseada em violação de lei ou deste Estatuto ou em decorrência de sua culpa ou omissão, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

Parágrafo Terceiro Quando a Companhia não indicar tempestivamente um Advogado para a defesa de membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva ou empregado, se este for absolvido, fará jus ao ressarcimento das custas e honorários advocatícios despendidos na ação.

Parágrafo Quarto A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de seus Diretores, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.





CAPÍTULO VIII

Da Alienação do Controle Acionário

Artigo 43 É vedada a alienação, direta ou indireta, por parte do Estado de Minas Gerais, do controle da Companhia, inclusive por acordo de acionistas que trate do exercício de poder de controle, salvo na hipótese prevista no inciso II do § 4º do artigo 14 da Constituição do Estado.

Artigo 44 Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II do § 4º do artigo 14 da Constituição do Estado ou sua alteração, a alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutive de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante.

Parágrafo Primeiro A oferta pública referida neste Artigo também deverá ser realizada nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e os outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários convertíveis em ações da Companhia, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia.

Parágrafo Segundo A oferta pública de aquisição de ações referida neste Artigo será exigida em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia para terceiro. Nessa hipótese, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia pela alienação do seu controle, anexando documentação que comprove esse valor.

Artigo 45 Aquele que adquirir o poder de controle da Companhia, em razão de contrato particular celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar oferta pública nos termos do Artigo 44 deste Estatuto, e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa, nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todos as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vencedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 46 A Companhia não registrará transferências de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto este(s) não inscrever(em) o Termo de Adesão dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/03/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão registrada sob o nº 6337264 em 08/03/2017 da empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA S.A. inscrita no CNPJ nº 03.000.351/75 e inscrita no IPI nº 174804620 - 03/03/2017. Autenticidade: 9102847381e1c1f2252d51a8a8652371496c3557d. Marney de Paula Bonfim - Secretário-Geral. Para validar esta Certidão, acesse www.juceminas.org.br e informe o nº do processo 6337264 e o código de segurança 0360. Esta certidão foi autenticada eletronicamente e assinada em 08/03/2017 por Marney de Paula Bonfim - Secretário-Geral.

100% Autenticidade
Assinatura Digital
08/03/2017 09h 31min



Parágrafo Único Da mesma forma, nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores referido no caput deste Artigo.

CAPÍTULO IX

Da Saída do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e do Cancelamento do Registro da Companhia Aberta

Artigo 47 Deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações por ocasião dos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 31, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro A oferta pública prevista neste Artigo observará as regras aplicáveis previstas em lei, as regras da oferta pública de aquisição de ações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo A saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora desse segmento especial de listagem, deverá ser previamente aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, devendo a notícia da realização da oferta pública referida no caput deste Artigo ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado, imediatamente após a realização dessa Assembleia.

Parágrafo Terceiro Caso a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ocorra em virtude de reorganização societária na qual a companhia resultante da reorganização não seja admitida à negociação no Novo Mercado, a notícia da realização da oferta pública referida no caput deste Artigo deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado, imediatamente após a realização da assembleia geral que tiver aprovado a referida reorganização.

Artigo 48 Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Adotada na Assembleia Geral Extraordinária de 13/03/2016

23



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Cartório registro sob o nº 023723-4 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE CANCELAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, nos 21300036575 e protocolo 170825823 - 05/02/2017. Autenticação: 910HA73B141C1FEC23D514B48E533*143623557D. Matriz de Pova Eanáim - Secretaria-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe o nº da certidão 170825823 e o código de segurança 9896. Esta cópia foi autenticada no sistema e assinada em 08/03/2017 por [Maurício de Pova Eanáim](#) - Secretaria-Geral.

Maurício de Pova Eanáim
Secretaria-Geral

pag 02/02



Parágrafo Primeiro A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Segundo Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos a negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 49 A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 51 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo Segundo Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado, referida no caput, ocorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo Terceiro Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado, referida no caput, ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 50 No caso de oferta pública de aquisição de ações realizada pelo acionista controlador ou pela Companhia com vistas ao cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser oferecido deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 51, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 51 O laudo de avaliação de que trata este Capítulo deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionista controlador, além

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/05/2016



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6237264 em 09/02/2017 da empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, NIRE 31.300036375 e endereço 70001-9020 - 09/02/2017, Autenticado: 8108473914104FE2830514FAA85707149002557D. Marlene de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar esta documentação, acesse www.jucamp.mg.gov.br e informe o nº de protocolo 170280482-0 e o código de autenticação 2016. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/02/2017, por Marlene de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

13/05/2016 09h 55min



de satisfazer os requisitos do Parágrafo Primeiro do Artigo 8º, da Lei das Sociedades por Ações, e contra a responsabilidade prevista no parágrafo sexto do mesmo Artigo.

Parágrafo Primeiro A escolha da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação de que trata este Capítulo é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembléia, a qual, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte por cento) do total de ações em circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Consideram-se em circulação todas as ações emitidas pela Companhia, exceto as detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas pelos administradores da Companhia e aquelas mantidas em tesouraria.

Parágrafo Segundo Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão integralmente arcados pelo cliente.

CAPÍTULO X

Da Liquidação

Artigo 52 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Gerais

Artigo 53 A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de setembro de 2016
Assinado digitalmente por Kátia Figueira da Silva

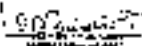
Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 13/09/2016

54



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5237254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, inscrita no CNPJ nº 13.000330/75 e processo 170809820 - 05/02/2017. Autenticação: 5105473614101FE0B30514BA6552371498035570. Manoel de Paula Damasceno - Secretário-Geral. Para validar esta documentação, acesse www.jucamg.mg.gov.br e informe nº do processo 17080.982-0 e a posição da assinatura. ACHC esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Manoel de Paula Damasceno - Secretário-Geral.

 sup. Geral



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Mópulo Integrado	Data
17/080 982-0	J173351254037	31/01/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
1688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Página 1 de 1



MINAS GERAIS - CADERNOS

Este caderno contém os artigos publicados no jornal "O Estado de Minas" de 1974, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento sobre os fatos e acontecimentos ocorridos no Estado de Minas Gerais.

CONSELHO SUPERIOR DE FISCALIAZAMENTO DE MINAS GERAIS

O Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais, órgão de controle e fiscalização das atividades administrativas e financeiras do Estado, tem a honra de informar que, em virtude da necessidade de atualização dos dados cadastrais das empresas e estabelecimentos comerciais, está sendo realizada uma campanha de coleta de informações.

Para isso, o Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais está solicitando que todas as empresas e estabelecimentos comerciais apresentem, até o dia 31 de março de 1974, um formulário de coleta de dados, preenchido com as informações necessárias para a atualização dos dados cadastrais.

O formulário de coleta de dados pode ser obtido gratuitamente no Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais, ou diretamente nas repartições de arrecadação de impostos e contribuições do Estado.

É importante ressaltar que a coleta de dados é obrigatória para todas as empresas e estabelecimentos comerciais, independentemente do tamanho e do tipo de atividade exercida.

Para obter mais informações sobre a campanha de coleta de dados, consulte o formulário de coleta de dados ou procure as repartições de arrecadação de impostos e contribuições do Estado.

A coleta de dados é uma medida necessária para a melhoria da administração pública e para a otimização dos recursos do Estado.

Por isso, solicitamos a colaboração de todas as empresas e estabelecimentos comerciais para a realização desta campanha.

Agradecemos a atenção e a colaboração de todos.

Assinatura do Presidente do Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais.

Assinatura do Secretário de Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Governador do Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente da Câmara Municipal de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho Municipal de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Fomento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Planejamento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Administração de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Supervisão de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Controle de Minas Gerais.

DIÁRIO DE EXECUTIVO

Este diário contém os atos executivos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento sobre os fatos e acontecimentos ocorridos no Estado de Minas Gerais.

O Diário de Executivo do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, órgão de controle e fiscalização das atividades administrativas e financeiras do Estado, tem a honra de informar que, em virtude da necessidade de atualização dos dados cadastrais das empresas e estabelecimentos comerciais, está sendo realizada uma campanha de coleta de informações.

Para isso, o Diário de Executivo do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais está solicitando que todas as empresas e estabelecimentos comerciais apresentem, até o dia 31 de março de 1974, um formulário de coleta de dados, preenchido com as informações necessárias para a atualização dos dados cadastrais.

O formulário de coleta de dados pode ser obtido gratuitamente no Diário de Executivo do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, ou diretamente nas repartições de arrecadação de impostos e contribuições do Estado.

É importante ressaltar que a coleta de dados é obrigatória para todas as empresas e estabelecimentos comerciais, independentemente do tamanho e do tipo de atividade exercida.

Para obter mais informações sobre a campanha de coleta de dados, consulte o formulário de coleta de dados ou procure as repartições de arrecadação de impostos e contribuições do Estado.

A coleta de dados é uma medida necessária para a melhoria da administração pública e para a otimização dos recursos do Estado.

Por isso, solicitamos a colaboração de todas as empresas e estabelecimentos comerciais para a realização desta campanha.

Agradecemos a atenção e a colaboração de todos.

Assinatura do Presidente do Diário de Executivo do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Secretário de Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Governador do Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente da Câmara Municipal de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho Municipal de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Fomento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Planejamento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Administração de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Supervisão de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Controle de Minas Gerais.

Este caderno contém os artigos publicados no jornal "O Estado de Minas" de 1974, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento sobre os fatos e acontecimentos ocorridos no Estado de Minas Gerais.

O Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais, órgão de controle e fiscalização das atividades administrativas e financeiras do Estado, tem a honra de informar que, em virtude da necessidade de atualização dos dados cadastrais das empresas e estabelecimentos comerciais, está sendo realizada uma campanha de coleta de informações.

Para isso, o Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais está solicitando que todas as empresas e estabelecimentos comerciais apresentem, até o dia 31 de março de 1974, um formulário de coleta de dados, preenchido com as informações necessárias para a atualização dos dados cadastrais.

O formulário de coleta de dados pode ser obtido gratuitamente no Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais, ou diretamente nas repartições de arrecadação de impostos e contribuições do Estado.

É importante ressaltar que a coleta de dados é obrigatória para todas as empresas e estabelecimentos comerciais, independentemente do tamanho e do tipo de atividade exercida.

Para obter mais informações sobre a campanha de coleta de dados, consulte o formulário de coleta de dados ou procure as repartições de arrecadação de impostos e contribuições do Estado.

A coleta de dados é uma medida necessária para a melhoria da administração pública e para a otimização dos recursos do Estado.

Por isso, solicitamos a colaboração de todas as empresas e estabelecimentos comerciais para a realização desta campanha.

Agradecemos a atenção e a colaboração de todos.

Assinatura do Presidente do Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais.

Assinatura do Secretário de Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Governador do Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente da Câmara Municipal de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho Municipal de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Fomento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Planejamento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Administração de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Supervisão de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Controle de Minas Gerais.

SECRETARIA DE ESTADO DE MINAS GERAIS

Este caderno contém os artigos publicados no jornal "O Estado de Minas" de 1974, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e ao conhecimento sobre os fatos e acontecimentos ocorridos no Estado de Minas Gerais.

O Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais, órgão de controle e fiscalização das atividades administrativas e financeiras do Estado, tem a honra de informar que, em virtude da necessidade de atualização dos dados cadastrais das empresas e estabelecimentos comerciais, está sendo realizada uma campanha de coleta de informações.

Para isso, o Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais está solicitando que todas as empresas e estabelecimentos comerciais apresentem, até o dia 31 de março de 1974, um formulário de coleta de dados, preenchido com as informações necessárias para a atualização dos dados cadastrais.

O formulário de coleta de dados pode ser obtido gratuitamente no Conselho Superior de Fiscalização de Minas Gerais, ou diretamente nas repartições de arrecadação de impostos e contribuições do Estado.

É importante ressaltar que a coleta de dados é obrigatória para todas as empresas e estabelecimentos comerciais, independentemente do tamanho e do tipo de atividade exercida.

Para obter mais informações sobre a campanha de coleta de dados, consulte o formulário de coleta de dados ou procure as repartições de arrecadação de impostos e contribuições do Estado.

A coleta de dados é uma medida necessária para a melhoria da administração pública e para a otimização dos recursos do Estado.

Por isso, solicitamos a colaboração de todas as empresas e estabelecimentos comerciais para a realização desta campanha.

Agradecemos a atenção e a colaboração de todos.

Assinatura do Presidente da Secretaria de Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Secretário de Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Governador do Estado de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente da Câmara Municipal de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho Municipal de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Fomento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Planejamento de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Administração de Minas Gerais.

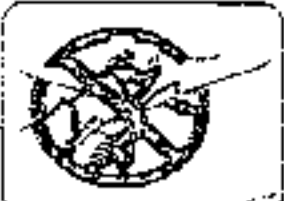
Assinatura do Presidente do Conselho de Supervisão de Minas Gerais.

Assinatura do Presidente do Conselho de Controle de Minas Gerais.



O combate não pode parar.
O Aedes aegypti mata.

Imprensa Oficial: 120 anos registrando a história e perpetuando a liberdade de expressão; sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.



Loja Comercial do Estado de Minas Gerais
 Cartão de registro sob o nº 6237254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANFAMENTO DE MINAS GERAIS CDPAG MG, Nro 3100036375 e inscrita no 17080632C - OBRIGADO. Autenticação: R198473812101-12325148A0862371486235370. Manter e no Paulo Bonfim - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse www.ccmg.gov.br e informe o código de verificação 17080632C e o código de segurança 3100036375. Este documento é válido até 31/03/2017 por Manter e no Paulo Bonfim - Secretário-Geral.

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

... (text continues) ...

ATACADISTA

Tambasa anuncia unidade em Montes Claros

Empreendimento no Norte de Minas receberá investimentos entre R\$ 15 milhões e R\$ 16 milhões

Carla S. P. P. P.

Com investimentos de R\$ 15 milhões a R\$ 16 milhões, a Tambasa Anunciadora, localizada no bairro de São João, em Montes Claros, anunciou a construção de uma unidade de produção de cimento Portland, com capacidade para 1 milhão de toneladas por ano, em Montes Claros. O empreendimento, que será construído em uma área de 100 hectares, no bairro de São João, em Montes Claros, será construído em uma área de 100 hectares, no bairro de São João, em Montes Claros.

De acordo com o presidente da Tambasa, Carlos Alberto Tambasa, o empreendimento será construído em uma área de 100 hectares, no bairro de São João, em Montes Claros. O empreendimento, que será construído em uma área de 100 hectares, no bairro de São João, em Montes Claros, será construído em uma área de 100 hectares, no bairro de São João, em Montes Claros.

De acordo com o presidente da Tambasa, Carlos Alberto Tambasa, o empreendimento será construído em uma área de 100 hectares, no bairro de São João, em Montes Claros. O empreendimento, que será construído em uma área de 100 hectares, no bairro de São João, em Montes Claros, será construído em uma área de 100 hectares, no bairro de São João, em Montes Claros.



Unidade de produção de cimento Portland da Tambasa em Montes Claros.

Trabalho

Ives Gandra defende flexibilização da CLT

Ministro do Trabalho, Ives Gandra, defendeu a flexibilização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para facilitar a contratação de trabalhadores e promover o crescimento econômico do Brasil.

De acordo com o ministro, a flexibilização da CLT é necessária para atrair investimentos estrangeiros e criar empregos para a população brasileira.

De acordo com o ministro, a flexibilização da CLT é necessária para atrair investimentos estrangeiros e criar empregos para a população brasileira.

De acordo com o ministro, a flexibilização da CLT é necessária para atrair investimentos estrangeiros e criar empregos para a população brasileira.

De acordo com o ministro, a flexibilização da CLT é necessária para atrair investimentos estrangeiros e criar empregos para a população brasileira.

De acordo com o ministro, a flexibilização da CLT é necessária para atrair investimentos estrangeiros e criar empregos para a população brasileira.

EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA

Atividade principal: 8010-0/01 - Serviços de limpeza e conservação de áreas comuns.

Atividade secundária: 8010-0/02 - Serviços de limpeza e conservação de áreas externas.

Atividade terciária: 8010-0/03 - Serviços de limpeza e conservação de áreas internas.

EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA

Atividade principal: 8010-0/01 - Serviços de limpeza e conservação de áreas comuns.

Atividade secundária: 8010-0/02 - Serviços de limpeza e conservação de áreas externas.

Atividade terciária: 8010-0/03 - Serviços de limpeza e conservação de áreas internas.

Banco do Brasil

Atividade principal: 6411-0/01 - Serviços de intermediação financeira.

Atividade secundária: 6411-0/02 - Serviços de intermediação financeira.

Atividade terciária: 6411-0/03 - Serviços de intermediação financeira.

EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA

Atividade principal: 8010-0/01 - Serviços de limpeza e conservação de áreas comuns.

Atividade secundária: 8010-0/02 - Serviços de limpeza e conservação de áreas externas.

Atividade terciária: 8010-0/03 - Serviços de limpeza e conservação de áreas internas.

EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA

Atividade principal: 8010-0/01 - Serviços de limpeza e conservação de áreas comuns.

Atividade secundária: 8010-0/02 - Serviços de limpeza e conservação de áreas externas.

Atividade terciária: 8010-0/03 - Serviços de limpeza e conservação de áreas internas.

Banco do Brasil

Atividade principal: 6411-0/01 - Serviços de intermediação financeira.

Atividade secundária: 6411-0/02 - Serviços de intermediação financeira.

Atividade terciária: 6411-0/03 - Serviços de intermediação financeira.

EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA

Atividade principal: 8010-0/01 - Serviços de limpeza e conservação de áreas comuns.

Atividade secundária: 8010-0/02 - Serviços de limpeza e conservação de áreas externas.

Atividade terciária: 8010-0/03 - Serviços de limpeza e conservação de áreas internas.

EMPRESA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA

Atividade principal: 8010-0/01 - Serviços de limpeza e conservação de áreas comuns.

Atividade secundária: 8010-0/02 - Serviços de limpeza e conservação de áreas externas.

Atividade terciária: 8010-0/03 - Serviços de limpeza e conservação de áreas internas.

Banco do Brasil

Atividade principal: 6411-0/01 - Serviços de intermediação financeira.

Atividade secundária: 6411-0/02 - Serviços de intermediação financeira.

Atividade terciária: 6411-0/03 - Serviços de intermediação financeira.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Numero do Protocolo	Numero do Processo Modulo Integrador	Data
17080.962-0	01170361284037	31/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
668 978 326-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5237254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE GANHEAMENTO DE MINAS GERAIS - COMPASA MG, nos 91300008275 e protocolo 170809620 - 08/02/2017. Autenticação: 910BA73B14121FECB3D514BA6835071498C0557D. Marney de Paula Gomes - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucefmg.org.br e informe o nº do protocolo 17080.962-0 e o código de autenticação. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marney de Paula Gomes - Secretário-Geral.

Assinatura: 910BA73B14121FECB3D514BA6835071498C0557D
Data: 08/03/2017 08h:42m



Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, de nre 3130003637-6 e protocolado sob o número 17/080.952-C em 09/02/2017, encontra-se registrado na Jucemg sob o número 6237254, em 08/03/2017. O ato foi autenticado digitalmente pela 2ª TURMA DE VOCAIS.

Assim o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Márcery de Paula Gomes, Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (http://consaiservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pag05/mage-n7/validar_documento.asp) e informar o número do protocolo e chave de segurança.

Causa de Processo

Assinante(s)
CPF Nome
784.776.146-34 IAD. ELI QUARTE DE CARVALHO

Documento Principal

Assinante(s)
CPF Nome
558.878.326-20 KATIA ROQUE DA SILVA

Anexo

Assinante(s)
CPF Nome
558.878.326-20 KATIA ROQUE DA SILVA

Anexo

Assinante(s)
CPF Nome
558.878.326-20 KATIA ROQUE DA SILVA

Belo Horizonte, Quarta-feira, 08 de Março de 2017

Márcery de Paula Gomes - 672.638.958-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6237254 em 08/03/2017 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, NRE 3130003637-6 e protocolo 170809520 - 08/02/2017. Autenticação: 9108470814101FE03005145ABE53371495C25572 Márcery de Paula Gomes - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do documento 6237254 e o código de segurança 9108470814101FE03005145ABE53371495C25572. Assinado em 08/03/2017 por Márcery de Paula Gomes - Secretária-Geral.

Dr. [Assinatura] 08/03/2017



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

O ato foi gerado e assinado digitalmente por

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
274.077.500-00	ÍORIAS BATISTA FREITAS
091.780.826-68	HUDSON LÍDIO DE NAVARRO
048.342.096-09	FELIPE AUGUSTO LEMOS DE FARIA
673.636.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Quarta-feira, 08 de Março de 2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão registrada sob o nº 8237254 em 08/03/2017, da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG Nue 312000035375 e protocolo 170809920 - 05/02/2017. Autenticação: 5103A72B141C1FE2E2D5148A8E2237140822557D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.org.gov.br e informe o nº do protocolo 17080.99240 e o código de segurança 8040. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assina em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim



Destinatário:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE
JEQUITINHONHA - SUPRAM JEQ

Avenida Saudade, 335, Centro - Diamantina/MG - CEP. 39 100-000

☒ AR
Correios ☐ MP
Pessoa física

SEDEX



DY 10992333 1 BR



A. R.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

PARECER UNICO Nº 288/2019 - DEFESA

Indexado ao Processo CAP nº 506367/18

Auto de Infração nº 83355/2018

1. IdentificaçãoEmpreendedor/Atuado
COPASACNPJ / CPF:
17.281.106/0001-03**2. Discussão**

Na data de 10 de janeiro de 2018 foi lavrado pela PMMG o Auto de Infração nº 83355/2018, amparado no Boletim de Ocorrência nº MS018-2018-00200072, em desfavor da Atuada, com a descrição da seguinte infração administrativa ambiental:

- 1) Art. 83, Anexo I, Código 122 do Decreto Estadual 44.844/2008 e Lei Estadual nº 7.772/1980 - por: "*Causar poluição através do lançamento de esgoto (in natura), no leito do Córrego Vigia, resultando em dano ao referido recurso hídrico, podendo prejudicar a saúde e o bem estar da população*".

Pela infração cometida foi aplicada a penalidade de multa simples no valor de R\$17.943,52 (dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

A infração ocorreu devido ao extravasamento do esgoto na Estação Elevatória - 02, sem qualquer tipo de tratamento (in natura), por problema na bomba, com seu direcionamento por meio de tubulação para o Córrego do Vigia.

A defesa é tempestiva, vez que interposta via postal no dia 29/01/2018, dentro do prazo de 20 (vinte) dias previsto pelo art. 33, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, oportunidade em que alegou, em síntese:

→ Nulidade do Auto de Infração ante vício formal: Não observância dos requisitos do art. 27 e 31 do Decreto Estadual nº 44.844/2008 e exigência de Lei em sentido formal, emanada do Poder Legislativo a fim de obrigar qualquer cidadão a fazer ou deixar de fazer alguma coisa e não Decreto;

→ Nulidade do Auto de Infração - Inadequação Típica, sob o argumento de que a mera reprodução do texto do tipo administrativo é insuficiente para caracterizar a suposta infração, e é uma afronta ao Estado Democrático de Direito, o que remonta ao Estado autocrático, onde a mera e infundada acusação era suficiente para constituir um fato e cominar a punição;

Ao final requer seja declarado nulo o Auto de Infração, considerando-o inapto à produção de qualquer efeito jurídico, ante os vícios formais existentes, com a consequente eliminação da multa aplicada.

3. Análise

SUPRAM JEQ

Avenida da Saúde, nº355 - Centro
Diamantina/MG
CEP 39.100-000 - Tel.: (38) 3532-6650DATA 17/06/2019
Página: 1/5

X



Os argumentos apresentados na defesa são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o Auto de Infração em questão.

Como é sabido, os Decretos regulamentares são normas jurídicas expedidas pelo Chefe do Poder Executivo com a função de pormenorizar e desenvolver as disposições gerais e abstratas da lei, viabilizando sua aplicação em casos específicos.

O princípio da legalidade, por sua vez, que está consubstanciado no artigo 5º, II, da Constituição Federal, que assim dispõe: "Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, não é violado pelo definido nos regulamentos. Este princípio tem como objetivo estabelecer limites ao Poder Executivo e proteger o cidadão, garantindo que as prescrições gerais sejam fixadas pelo Poder Legislativo como fruto da manifestação das diversas posições da sociedade."

Uma vez estabelecidas, por lei, obrigações e regras para o uso dos bens ambientais, cabe ao Poder Público, com o escopo de viabilizar o exercício do poder de polícia pelos órgãos competentes, minuciosamente os preceitos gerais, de forma a regular a atuação da Administração, sempre em consonância com o princípio da legalidade, cujo conteúdo, em sua aplicação aos órgãos públicos, é consubstanciado na noção que o administrador só pode fazer aquilo que a lei - em sentido amplo - permite.

Em Minas Gerais, é a Lei Estadual nº 7.772/1980 que define, no seu Capítulo VI, as penalidades relativas às infrações às normas de proteção ao meio ambiente e que prevê, expressamente, inclusive, no §2º do art. 15, que o regulamento da lei detalhará o procedimento administrativo de fiscalização, de aplicação de sanções e a tipificação das infrações. Vejamos:

"Art. 15 As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, serão punidas nos termos desta Lei.

[...]

§ 2º O regulamento desta Lei detalhará:

I - o procedimento administrativo de fiscalização;

II - o procedimento administrativo, as hipóteses e os critérios para aplicação de sanções;

III - a tipificação e a classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos;

IV - a competência e o procedimento para elaboração das normas técnicas complementares". grifo nosso

Dessa forma, o Decreto Estadual nº 44.844/2008, ao tipificar e classificar as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelecer procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, o faz em total obediência à lei, bem como a toda a legislação ambiental pátria. O Decreto em tela, ao prescrever a sanção administrativa tipificada no art.83, Anexo 1, Código 122, concretizou o dever jurídico previsto em lei strictu sensu, em total consonância com o princípio da legalidade.

Dessa forma, o Auto de Infração em tela, atendeu perfeitamente as diretrizes do art. 27, incisos I e II do que previu o Decreto Estadual nº 44.844/2008, com a menção clara e precisa das normas que embasaram a aplicação da sanção administrativa. Afasta-se, por consequência, a alegação de violação ao disposto no art.31, III do Decreto em testilha.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

Resulta-se que a lei de infringência da presente autuação é a Lei Estadual nº 7.772/1980, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Em relação ao disposto no inciso IV do Decreto Estadual nº 44.844/2008, compete ao agente autuante, no momento da fiscalização, verificar a ocorrência de infração às normas citadas no caput e à legislação ambiental, não existindo qualquer comando legal que determine que tais circunstâncias sejam consignadas expressamente no Auto de Infração em apreço, até, porque, pode-se não constatar/configurar/não provar, nenhuma das circunstâncias atenuantes ou agravantes quando da lavratura do auto de infração; não, sendo, portanto, correto o entendimento de que todo auto de infração lavrado deve conter/contemplar essas circunstâncias.

Afastia-se, ainda, a alegação de nulidade do auto de infração, devido a inadequação típica, vez que a sua conduta (lançamento de esgoto in natura), subsume-se perfeitamente ao tipo administrativo descrito no Anexo I, Código 122, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, vindo causar poluição aos recursos hídricos. Tal conduta, caracteriza dano não só ao meio ambiente, como, à saúde da população, vejamos julgados dos nossos Tribunais, in verbis:

EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES - PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE - CORRESPONSABILIDADE DOS ENTES FEDERADOS - ARTIGOS 23 E 225, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - IRREGULARIDADE NO TRATAMENTO DO ESGOTO - ART. 47, DA LEI Nº 12.305/10 - COMPROVAÇÃO DO LANÇAMENTO DE EFLUENTES BRUTOS NO RIO GANHÃES E DEMAIS CORPOS HÍDRICOS - NECESSIDADE DE ABSTENÇÃO DO LANÇAMENTO - INSUFICIÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O texto constitucional, em seus artigos 23 e 225, dispõe que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, impondo a corresponsabilidade pela sua defesa e preservação aos cidadãos, bem como ao Poder Público, nas esferas municipal, estadual e federal, solidariamente.

2. Nos termos do art. 47, da Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é expressamente vedada a destinação de resíduos sólidos ou rejeitos diretamente em corpos hídricos ou in natura a céu aberto, consubstanciando o esgotamento sanitário um serviço público de saneamento básico, à luz do art. 2º, da Lei nº 11.445/07.

3. A despeito da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com a previsão de implementação do adequado sistema de tratamento de esgoto, uma vez comprovada a ausência do referido sistema, bem como o lançamento direto dos dejetos nos cursos d'água do Município, com o patente potencial de danos à população e ao meio ambiente, faz-se necessária a determinação ao Município voltada à abstenção do lançamento direto dos efluentes brutos nos corpos hídricos municipais.

4. Recurso não provido. Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0280.17.005134-4/001 - COMARCA DE Guanhães - Agravante (s): MUNICÍPIO DE DORES DE GANHÃES - Agravado (a) (s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Meio Ambiente - Lançamento de esgoto in natura no Município de Águas de Santa Bárbara - Sentença Procedente - Ausência de cercamento de defesa - Legitimidade e interesse do Ministério Público - Pedido juridicamente possível - Responsabilidade ambiental objetiva - Dano comprovado - Obrigações manutidas, multa diária e prazo para cumprimento das medidas bem fixados - Preliminares.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

afastadas, agravo rejeitado, recursos desprovidos". (TJ-SP - API.: 994031574990 SP, Relator: Samuel Júnior, Data de Julgamento: 8/02/2010, Câmara Reservada ao Meio Ambiente, Data de Publicação: 11/03/2010).

Não podemos, ainda, olvidar que o nosso ordenamento jurídico não permite o lançamento de esgotos sanitários em cursos d'água sem prévio tratamento.

Em Minas Gerais a Lei nº 2.126/1960 e suas alterações, que estabelece normas para o lançamento de esgotos e resíduos industriais nos cursos de água, é claro, quando dispõe:

"Art. 1º - Fica proibido, a partir da data da publicação desta lei, em todo o território do Estado de Minas Gerais, lançar nos cursos de água - córregos, ribeirões, rios, lagos, lagoas e canais, por meio de canalização direta ou indireta, de derivação ou de depósito em local que possa ser arrastado pelas águas pluviais ou pelas enchentes, sem tratamento prévio e instalações adequadas, qualquer resíduo industrial em estado sólido, líquido ou gasoso e qualquer tipo de esgoto sanitário proveniente de centro urbano ou de agrupamento de população."

No tocante ao ente federal podemos citar o disposto no art. 3º da Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para gestão do lançamento de efluentes em corpos de água receptores, in verbis:

"Art. 3º - Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados diretamente nos corpos receptores após o devido tratamento e desde que obedeçam às condições, padrões e exigências dispostos nesta Resolução e em outras normas aplicáveis".

Ademais, a Resolução nº 40, de 3 de outubro de 2013, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAR-MG, assim, prevê:

"Art. 8º O prestador de serviços executará, de forma constante, a conservação e a manutenção dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mantendo-os em condições adequadas de operação, segurança e limpeza, obedecendo às normas e aos procedimentos técnicos pertinentes.

§ 1º O prestador deverá evitar vazamentos de água e extravasamentos de esgoto com a finalidade de prevenir perdas no sistema público de abastecimento de água ou contaminação do meio ambiente.

[...]
grito nosso

Destarte, não restam dúvidas quanto a legalidade da lavratura do Auto de Infração em referência.

4. Parecer Conclusivo

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pela Autuada e a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

Infricção, remetemos os presentes autos à Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha, nos termos do art. 54, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo a **MANUTENÇÃO** da penalidade de multas simples aplicada no valor de R\$17.943,52 (dezesete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Data: 17/06/2019

Responsável pela elaboração:	Matrícula	Assinatura
Wesley Alexandre de Paula Diretoria de Controle Processual	1107056-2	

Wesley Alexandre de Paula
Diretoria de Controle Processual
17/06/2019





DECISÃO

Unidade Administrativa: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE JEQUITINHONHA

DECISÃO do julgamento realizado no dia: 24/06/2019


Nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto 47.042/2018, a(o) SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE JEQUITINHONHA decidiu:

Data da Decisão: 24/06/2019

Processos julgados

Processo 2	Auto de infração	Interessado	Parecer	Valor (R\$) e parcela(s)
500090/17	56897 - / 2017	Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Indeferimento	17.943,52 1
501099/18	83105 - / 2017	Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Indeferimento	17.943,52 1
506387/19	83355 - / 2018	Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Indeferimento	17.943,52 1

Quantidade de Processos: 3


Autoridade Competente

Cristiane Barros de Vilela
Diretora de Administração e Finanças
CPF: 141.128-98/00014-0

Observações da DECISÃO

Decisão Administrativa embasada em Parecer Técnico / Único Defesa anexo ao processo.

Data da Publicação:





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente - Jequitinhonha - SUPRAM-JEQ

REF: DECISÃO ADMINISTRATIVA SOBRE DEFESA ADMINISTRATIVA (JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO - 1ª INSTÂNCIA)

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD: 1042/2019

Diamantina, 24 de Junho de 2019

Auto de Infração nº: 83355/2018

Processo nº: 506367/18

A Superintendência Regional Jequitinhonha, pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), tendo em vista o Controle de Auto de Infração, examinou o Processo Administrativo em epígrafe, instaurado em desfavor da COPASA, em decorrência da lavratura do Auto de Infração referenciado e decidiu, após análise de Defesa Administrativa apresentado.

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração,
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 17.943,52 (dezesete mil novecentos e quarenta e três reais com cinquenta e dois centavos), mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;

Desta forma, V. Sa. dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para quitação da dívida através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE, anexo ou apresentar Recurso Administrativo no prazo de 30 dias contados do recebimento desta decisão com envio ao NAI JEQUITINHONHA.

Informamos também, que o débito ora apresentado não representa a inexistência de outros débitos.

- *Atenção: Cientificamos ainda que valores de multa igual ou superior a 1.661 Ufemgs (R\$ 5.968,31) devem prover o recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tornando pré-requisito para que o Recurso Administrativo seja conhecido conforme art. 68 do Decreto 47.383/2018.*

Para efeito de informação, o valor base da multa é calculado seguindo os valores vigentes da UFEMG do ano vigente, no caso 2018. O valor final da multa é constituído pelo valor base do auto de infração somado aos juros perpetuados no tempo contado desde o 21º dia da notificação até a data de emissão do DAE.

Maiores esclarecimentos que se fizerem necessário favor entrar em contato pelo telefone (38) 3532-6565.

Atenciosamente,

Danilo I Silva - Gestor Ambiental
NAI Jequitinhonha

Danilo Itabirano Silva
Gestor Ambiental
Mestr. 2.368.293-5
- Supram Jequitinhonha



A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
Rua Mar de Espanha, 453 - Bairro Santo Antônio
CEP: 30.330-900 - Belo Horizonte/MG

SUPRAM-JEQ

Avenida da Saudade, nº 335 - Centro -
Diamantina/MG
CEP 39.400-000 - Tel: (38) 3532-6650

DATA 17/06/2019
Página: 6/6



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME
Companhia de Saneamento de Minas Gerais

ENDEREÇO
RUA Mar de Espanha, 453

MUNICÍPIO
BELO HORIZONTE

UF
MG

TELEFONE
11 -

DATA DE VALIDADE
25/07/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO
1 - FISCAL ESTADUAL
2 - FISCAL MUNICÍPIO RURAL
3 - OUTROS
4 - RESERVADO

TIPO
3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
17.281.106/0001-03

FORA DO MUNICÍPIO DEVE SER PARA PRODUTOS RURAIS E NÃO INDUSTRIAIS

ANEXO DE IDENTIFICAÇÃO
2018

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
0200443491279

HISTÓRICO

Auto de Infração nº 83355- Série 2018, processo número 506357/19

DATA 01/01

Valor do DRE 19.524,99

Valor de Juros 0,00

Valor de Multa 0,00

Valor da taxa 0,00

Valor Final TOTAL 19.524,99

Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.

Linha digitável do código de barras: 85640000195 9 24990213150 6 72512020044 1 54912790205 2

AUTENTICAÇÃO

TOTAL R\$ 19.524,99

85640000195 9 24990213150 6 72512020044 1 54912790205 2



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME
Companhia de Saneamento de Minas Gerais

ENDEREÇO
RUA Mar de Espanha, 453

MUNICÍPIO
BELO HORIZONTE

UF
MG

TELEFONE
11 -

DATA DE VALIDADE
25/07/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO
1 - FISCAL ESTADUAL
2 - FISCAL MUNICÍPIO RURAL
3 - OUTROS
4 - RESERVADO

TIPO
3

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
17.281.106/0001-03

FORA DO MUNICÍPIO DEVE SER PARA PRODUTOS RURAIS E NÃO INDUSTRIAIS

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
0200443491279

VALOR R\$

PRESTADOS R\$

ANEXO R\$

TOTAL R\$ 19.524,99

Ju. 395 570 35 7 8R



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

SENHOR DIRETOR DE CONTROLE PROCESSUAL DA SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE –
SUPRAM JEQUITINHONHA
NAI JEQUITINHONHA

Auto de Infração n.º 83355/2018

Ofício NAI/DRCP/SEMAD n.º 1042/2019

Processo Administrativo n.º 505367/19

Localidade: Almenara/MG

NORMA JEQUITINHONHA	
Região: 1 - Ilha Jequitinhonha - S. - Minas	
Processo	_____
Nº de Processo	3188
15/07/19	_____
_____	_____
COPASA - Companhia de Saneamento	

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, Sociedade de Economia Mista, sediada à Rua Mar de Espanha, n.º 525, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30.330-270, CNPJ 17.281.106/0001-03, vem por intermédio de seus procuradores que esta subscrevem (procuração anexa), interpor RECURSO em face da decisão do NAI JEQUITINHONHA, constante do Ofício NAI/DRCP/SEMAD n.º 1042/2019, referente ao Auto de Infração n.º 83355/2018, por meio dos fatos e razões a seguir aduzidas:

1 - TEMPESTIVIDADE

A COPASA MG recebeu a decisão referente à defesa administrativa ao Auto de Infração n.º 83355/2018 no dia 24/06/2019, por meio do Ofício NAI/DRCP/SEMAD n.º 1042/2019.

Assim, nos termos do artigo 66 do Decreto n.º 47.383/2018, o prazo de trinta dias para apresentação de recurso irá vencer no dia 24/07/2019.

Logo, depreendo-se que o recurso, protocolizado nesta data, é tempestivo.





Companhia de Saneamento de Minas Gerais

II - DOS FATOS

Trata-se de Auto de Infração n.º 83355/18 lavrado em face da COPASA MG, por meio do qual houve a aplicação da penalidade de multa no valor de R\$17.943,52 com fundamento no código 122 do anexo I a que se refere o art. 83 do Decreto n.º 44.844 de 2008.

A infração ambiental supostamente praticada foi descrita pelo agente autuante como *"Causar poluição através do lançamento de esgoto (in natura) no leito do Córrego Vigia, resultando em dano ao referido corpo hídrico, podendo prejudicar a saúde e bem estar da população"*.

Em face disso, a COPASA MG apresentou defesa.

Em resposta à defesa apresentada, o NAI JEQUITINHONHA indeferiu os pedidos desta Companhia, conforme Ofício NAI/DRCP/SEMAD n.º 1042/2019.

Entretanto, como será demonstrado no curso desta peça Recursal, o referido Auto de Infração deverá ser declarado nulo e arquivado, em razão dos vícios formais carreados, ou, sucessivamente, reconsiderado, em razão das matérias de mérito ventiladas.

III – DO MÉRITO

III.1 – DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS

A Estação de Elevatória de Esgoto - 02 do Sistema de Esgotamento Sanitário de Almenara opera por meio de dois conjuntos de Moto bomba submersíveis, de potência 17,2 KW de vazão 13,82 L/s, um em operação e o outro em reserva.

A unidade possui um sistema de extravasor que permite o extravasamento dos efluentes por meio da tubulação até o Córrego do Vigia. Contudo, o extravasamento ocorre apenas quando há algum problema no equipamento (moto bomba da elevatória) principal e reserva ou quando ocorre falta energia.

Ou seja, o extravasamento dos efluentes com direção ao Córrego do Vigia somente ocorreu em razão de falha eletromecânica nos dois conjuntos de moto bomba da unidade.



Além disso, é importante informar que o procedimento acima descrito foi devidamente aprovado pela Superintendência Regional de Meio Ambiente – Supram de Jequitinhonha quando da regularização ambiental.

Como se percebe na Nota Técnica enviada à época junto com a defesa, a moto bomba principal foi enviada para manutenção em razão da apresentação de defeito nas datas 13/04/2016, 07/03/2017 e em 21/08/2017.

É a moto bomba reserva que estava em operação apresentou o mesmo problema eletromecânico, tendo sido enviada para manutenção em 18/11/2016 e 11/12/2017.

Nesse sentido, tendo em vista que as duas moto bombas (principal e reserva) da elevatória vem apresentando problemas técnicos de forma reiterada, foi realizada a aquisição de uma terceira moto bomba para a elevatória, de modo a impossibilitar o extravasamento dos efluentes ao Córrego do Vigia.

IV. - DA NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO ANTE AO VÍCIO FORMAL

O artigo 5º, inc. XXXIX Constituição Federal de 1988 estabelece que

"não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;"

Nesse sentido também está o art. 1º, do Código Penal Brasileiro:

"Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal"

No presente caso é flagrante a invalidade do Auto de Infração ante a ausência do dispositivo legal eventualmente infringido pela autuada:

B. Emissão de Auto de Infração		Ampla	Recusa	Código	Indicador	Atividade	Geradora	Localidade	Responsável	ARH	Função	Assinatura
		83	I	102		Tratamento de Efluentes						FENM
C. Análise de Infração	Análise de Infração											
	NR	Artigo/Faixa	Infração	Atividade	Resultado	NR	Artigo/Faixa	Infração	Atividade	Resultado		
10. Reflexão da infração		<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível identificar <input type="checkbox"/> Não se aplica										



O princípio da Reserva Legal estabelece que somente lei, em sentido estrito ou seja editada pelo Poder Legislativo, pode definir infrações e estabelecer sanções. Logo, Medidas Provisórias, Decretos, e demais diplomas normativos não podem estabelecer infrações, nem cominar sanções.

Dessa forma, havendo violação da reserva legal, isso implica necessariamente em violação ao princípio da legalidade, pois aquele é parte deste.

Ademais o agente autuante ao não consigná-lo no Auto de Infração, estaria atribuindo à Autuada a tarefa de supor qual teria sido o eventual dispositivo infringido.

Não bastaria, até mesmo, indicar o Diploma Legal ou Regulamentar é preciso determinar o dispositivo legal que fundamenta a autuação, de modo preciso e de forma clara indubitável, sob pena de invalidação do auto de infração, ferindo o Princípio da Legalidade, além do prejuízo ou mesmo inviabilização do andamento da defesa, afrontando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição Federal, segundo o qual:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Ausente a indicação do pertinente dispositivo legal, a defesa e eventual recurso serão baseados em hipótese e não na certeza assegurada pela precisa anotação do dispositivo legal no ato da lavratura do Auto de Infração

Assim, exigir da Autuada a produção da peça de defesa baseada em hipótese normativa, transferindo a ela a tarefa de supor qual teria sido o dispositivo, em tese, infringido, é não lhe conceder a necessária segurança jurídica pela indicação do tipo no qual sua conduta estaria inserida. É negar-lhe os elementos essenciais sobre os quais lançaria as bases da sua defesa, ferindo o Princípio da Legalidade

Ausentes os elementos acima enunciados, o Auto de Infração em tela deverá ser declarado absolutamente nulo, pois ausentes os requisitos necessários à sua constituição válida, não tendo o mesmo a prerrogativa de estabelecer qualquer vínculo jurídico.

O Decreto nº 44.844/08 estabelece em seu art. 27, caput e §1º incisos I e II, que o auto de infração deverá ser lavrado com fundamento na ocorrência de transgressão às normas contidas nas seguintes Leis: Lei nº 7.772, de 1980; Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002; Lei nº 13.199, de 1999, conforme se comprova a seguir:

"Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002, e Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio das SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;" (grifo apostro)

Ocorre que, ante a determinação da norma supracitada, constatou-se flagrante vício formal na constituição do Auto de Infração nº 83355/2018, uma vez que, tal documento NÃO especifica qual dispositivo da Lei nº 7.772/80 que supostamente foi infringido pela Autuada, conforme se infere do campo n.º 8 do formulário do auto de infração.

Dessa forma, a autuada está a desconhecer os dispositivos legais hipoteticamente infringidos, uma vez que não foram discriminados no auto de infração.

As multas foram aplicadas sem ser concedido à autuada o direito de conhecer os dispositivos legais ensejadores das penalidades, o que caracteriza grave vício formal a tornar nulo o auto de infração e, conseqüentemente, as multas aplicadas.

Tal fato fere gravemente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mais especificamente seu art. 5º, II, segundo o qual *"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de Lei"*

Esse regramento Constitucional traduz o princípio da legalidade, segundo o qual exige-se Lei em sentido formal, emanada do Poder Legislativo a fim de obrigar qualquer cidadão a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Nesse sentido, o nosso Ilustre Constitucionalista José Afonso da Silva, vem corroborar tal entendimento:

"Do que se disse acima, já se deduz que a palavra Lei, para realização plena do princípio da legalidade, se aplica, em rigor técnico, à lei formal, isto é, ao ato do legislativo emanado dos órgãos de representação popular e elaborado de conformidade com o processo legislativo previsto na constituição (arts. 59 a 69)."



O que se extrai do dispositivo é um comando geral e abstrato, do qual conclui-se que somente a lei poderá criar direitos, deveres e vedações, ficando os indivíduos vinculados aos comandos legais, disciplinadores de suas atividades.

Destarte, o Decreto Estadual n.º 44.844/08, em consonância com a Constituição Federal, também ratifica o disposto no Princípio da Legalidade ao dispor em seu artigo 27, incisos I e II, que a infração se dará em ofensa às normas das LEIS dispostas no caput, quais sejam, Lei n.º 7.772/80, Lei n.º 14.309/02, Lei n.º 14.181/02 e Lei n.º 13.199/99, bem como legislação ambiental, em sentido formal, as quais legitimam a lavratura do auto de infração.

Portanto, É TOTALMENTE ILEGAL A RESPONSABILIZAÇÃO DA COPASA MG em função da ofensa ao artigo do DECRETO nº 44.844/2008 (art. 83, anexo I, códigos 122), conforme pretende o Órgão Ambiental.

Aqui, por oportuno, vale argumentar que o Código Penal Brasileiro, em consonância com as normas constitucionais, preceitua em seu art. 1º que "não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal". Assim, inexistindo indicação legal a definir o fato típico, não há que se falar em aplicação de qualquer penalidade, até mesmo a de multa.

A aplicação de qualquer sanção só se justifica quando pautada em lei, esta considerada no sentido estrito, sob o aspecto formal. O sistema constitucional brasileiro não admite tipificação de condutas por outros atos normativos que não a lei.

Lado outro, há que se destacar que, nos termos do art. 31, do Decreto 44.844/08, o agente fiscalizador deverá observar os requisitos essenciais que necessariamente instruirão o Auto de Infração. Confira-se, *in verbis*:

"Art. 31. Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, em três vias, destinando-se a primeira ao autuado e às demais à formação de processo administrativo, devendo o instrumento conter:

- I - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço;*
- II - fato constitutivo da infração;*
- III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;*
- IV - circunstâncias agravantes e atenuantes;*
- V - reincidência;*
- VI - aplicação das penas;*
- VII - o prazo para pagamento ou defesa;*
- VIII - local, data e hora da autuação;*
- IX - identificação e assinatura do servidor credenciado responsável pela autuação; e*



*X assinatura do infrator ou de seu preposto, sempre que possível, valendo esta como notificação ** (grifo apostro)

A presença desse dispositivo na norma, como condição de validade do Auto de Infração, é justamente para coibir arbitrariedades por parte dos Agentes Ambientais e assegurar à Autuada plenas condições de apresentar defesa dos fatos a ela imputados.

A disposição legal ou regulamentar que fundamentar a autuação deve ser precisa, clara, indubitável, sob pena de prejudicar ou mesmo inviabilizar a elaboração da defesa afrontando o Princípio Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa, consagrado no art 5º, LV, da Constituição da República, segundo o qual:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Nesse sentido, salienta-se que o § 2º, do artigo 27, do Decreto Estadual nº 44.844/08, exige que o servidor ao lavrar o auto de infração deverá fundamentar a aplicação da penalidade, dentre outros, de acordo com os critérios previstos no inciso III, desse mesmo artigo, cujas alíneas "a" e "b" dispõem que:

"Art. 27 (...)

(...)

III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:

a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;

b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

c) a situação econômica do infrator, no caso de multa,

d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta; e

(...)

§ 2º O servidor credenciado, ao lavrar os autos de fiscalização ou boletim de ocorrência e de infração, deverá fundamentar a aplicação da





penalidade, tendo em vista os critérios previstos no inciso III." (grifo nosso)

No presente auto de infração fica clara a ausência de informações acerca das circunstâncias atenuantes e agravantes (requisito disposto no inciso IV do art. 31 do Decreto Estadual nº 44.844/08), bem como o equívoco quanto ao lançamento da reincidência. Tais fatos impedem qualquer juízo acerca dos antecedentes da autuada e assim, conforme exposto acima, tornam plenamente NULO o auto de infração.

De todo o elencado, ante a ausência de elementos essenciais à validade do auto, quais sejam, dispositivo legal infringido, circunstâncias atenuantes e agravantes, vê-se afastado o Princípio da Legalidade, da Ampla Defesa e do Contraditório, cujo direito está assegurado constitucionalmente.

Da mesma forma, a ausência de elementos essenciais, conforme preceitua o Decreto n.º 44.844/08, configura grave descumprimento das exigências formais de constituição do Auto de Infração, devendo o Auto de Infração nº 83355/2018 ser declarado totalmente NULO pelas irregularidades apontadas.

Por fim, cumpre salientar que, as nulidades apontadas tratam de NULIDADES ABSOLUTAS, ou seja, aquelas que NÃO comportam convalidação, devendo, pois, ser o presente Auto de Infração declarado nulo e, consequentemente, determinado o seu arquivamento.

IV.1 – NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO – INADEQUAÇÃO TÍPICA

Foi imputada à COPASA MG a conduta descrita no Decreto n.º 44844/2008, art. 83, anexo I, cod. 122 "causar poluição através do lançamento de esgoto (in natura) no leito do Córrego Vigia, resultando em dano ao referido recurso hídrico, podendo prejudicar a saúde e o bem estar da população".

Quanto à alegação de que foi constatada a "degradação ambiental", importa esclarecer que para a correta lavratura do auto de infração seria necessário que o agente atuante houvesse caracterizado a extensão da degradação pois, apenas dessa forma, seria possível alertar se a eventual degradação poderia causar algum dano ao meio ambiente.

A mera reprodução do texto do tipo administrativo, além de ser completamente insuficiente para caracterizar a suposta infração, é uma afronta ao Estado Democrático de Direito, remontando ao Estado autocrático, onde a mera e infundada acusação era suficiente para constituir um fato e cominar punição.

Inexistindo laudo técnico que comprove que tenha havido degradação e que esta esteja em níveis tão elevados a ponto de ter causado danos aos recursos hídricos, às



espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população, não há que se falar em infração.

Por suposição, se considerássemos tratar-se de ato discricionário, a não indicação da suposta degradação ambiental implicaria abuso ou desvio de poder, à medida que o não conhecimento da suposta degradação inviabiliza o ajuizamento da defesa para o fato específico, tendo em vista que a Autuada não pode se defender de algo que não lhe é dado conhecer.

Apesar dos dispositivos da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e da Constituição Federal fazerem referência à responsabilização civil objetiva, isso não exclui a necessidade de comprovação da ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente, uma vez que a efetiva existência dos danos e do nexo causal são essenciais ao reconhecimento do direito de reparação.

Ainda que se possa argumentar pela incidência da teoria do risco integral às atividades que possam causar impacto ambiental, adotando postura puramente negativista, onde não se cogita como ou por que ocorreu o dano, o arcabouço jurídico brasileiro exige, para efeitos de responsabilização civil, administrativa e penal, a comprovação do dano vinculado ao fato. Não há como presumir a ocorrência de dano.

A própria legislação deixa evidente a necessidade de comprovação ou, no mínimo, de constatação do dano. Confira-se:

"Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora."(Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981)



No mesmo sentido aponta a legislação estadual:

"Art. 2º - Entende-se por poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam:

I - prejudicar a saúde ou bem-estar da população;

II - criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

III - ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural;

IV - ocasionar danos relevantes aos acervos histórico, cultural e paisagístico." (Lei nº 7.772/1.980)

Ou seja, a legislação citada exige a constatação de uma situação concreta e efetiva. A presunção de dano representa verdadeira aberração jurídica.

Sobre a necessidade de comprovação da ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente nos casos de responsabilidade objetiva, pacífica é a jurisprudência dos Tribunais Pátrios. Confira-se

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA – INDENIZAÇÃO POR DANOS AMBIENTAIS – CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – APREENSÃO DE SEIS PÁSSAROS SILVESTRES – ATIVIDADE CONSIDERADA CAUSADORA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL SIMPLEMENTE POR AUSÊNCIA DE LICENÇA DO IBAMA – IMPOSSIBILIDADE – INTERPRETAÇÃO DA LEI EM RELAÇÃO AOS FATOS SOB JULGAMENTO – SENTENÇA MANTIDA. 1- Ao julgador cabe apreciar a questão de acordo com o que entender pertinente à lide. Inexiste cerceamento de defesa se a prova que se pretende produzir é desnecessária e irrelevante para o deslinde da demanda. 2- A responsabilidade pela preservação e recomposição do meio ambiente é objetiva, mas se exige nexo de causalidade entre a atividade do proprietário e o dano causado (Lei nº 5.938/1981) 2- Não se admite que o Direito se divorcie da realidade, devendo as normas jurídicas ser interpretadas a propósito das situações fáticas postas em julgamento, considerando suas peculiaridades. Inexistência de circunstância de fato que demonstre a efetiva ocorrência do dano ao meio ambiente." (AC 1.0024.06.933009-0/001 – TJMG – 6ª Câmara Cível – Rel. Des. Maurício Barros – DJ: 03/07/2007 – Data da publicação: 17/07/2007).

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL – VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA – MANUTENÇÃO DE AVES SILVESTRES EM CATIVEIRO – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO AGENTE POLUIDOR – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO



ADMINISTRATIVA - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO AMBIENTAL NÃO COMPROVADO. 1. Não ocorre ofensa ao art. 535, II, do CPC, se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide. 2. **A responsabilidade civil objetiva por dano ambiental não exclui a comprovação da efetiva ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente, pois estes são elementos essenciais ao reconhecimento do direito de reparação.** 3. Em regra, o descumprimento de norma administrativa não configura dano ambiental presumido. 4. Ressalva-se a possibilidade do se manejar ação própria para condenar o particular nas sanções por desatendimento de exigências administrativas, ou eventual cometimento de infração penal ambiental. 5. Recurso especial não provido." (REsp. n.º 1.140.549 - MG - Rel.ª Ministra Eliana Calmon - DJe: 14/04/2010)

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO AMBIENTAL - CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA - ARTS. 3º, INC. IV, E 14, § 1º, DA LEI 6.398/1981 - IRRETROATIVIDADE DA LEI - PREQUESTIONAMENTO AUSENTE: SÚMULA 282/STF - PRESCRIÇÃO - DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF - INADMISSIBILIDADE. 1. **A responsabilidade por danos ambientais é objetiva e, como tal, não exige a comprovação de culpa, bastando a constatação do dano e do nexo de causalidade.** 2. Excetuam-se a regra, dispensando a prova do nexo de causalidade, a responsabilidade de adquirente de imóvel já danificado porque, independentemente de ter sido ele ou o dono anterior o real causador dos estragos, imputa-se ao novo proprietário a responsabilidade pelos danos. Precedentes do STJ. 3. A solidariedade nessa hipótese decorre da dicção dos arts. 3º, inc. IV, e 14, § 1º, da Lei 6.398/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente). 4. Se possível identificar o real causador do desastre ambiental, a ele cabe a responsabilidade de reparar o dano, ainda que solidariamente com o atual proprietário do imóvel danificado. 5. Comprovado que a empresa Furnas foi responsável pelo ato lesivo ao meio ambiente a ela cabe a reparação, apesar de o imóvel já ser de propriedade de outra pessoa jurídica. 6. É inadmissível discutir em recurso especial questão não decidida pelo Tribunal de origem, pela ausência de prequestionamento. 7. É deficiente a fundamentação do especial que não demonstra contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal. 8. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido." (REsp. 1056540/GO - Rel(a) Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 14/09/2009)

Desta forma, ante a ausência de efetiva constatação de poluição ou degradação ambiental, é claro o erro de tipificação, de modo que o fundamento jurídico adotado não corresponde a situação fática, havendo nulidade absoluta do Auto de Infração, resultando no seu arquivamento.

Nesse sentido, está a decisão do "TRF - 1ª Região", transcrita abaixo



*ADMINISTRATIVO. MULTA. SUNAB. AUTO DE INFRAÇÃO. DESCRIÇÃO DOS FATOS QUE NÃO CORRESPONDE À TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA. POSTERIOR RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DO AUTO.

I. É nulo o auto de infração em que o fundamento jurídico adotado não corresponde à situação fática descrita na autuação, sendo insuficiente a posterior retificação administrativa da tipificação de infração.

II. Apelação e remessa oficial improvidas." Grifo aposto. (AC 18826 GO 95.01.18826-4, (Relator: Juiz Moacir Ferreira Ramos, Julgamento: 08/08/2002. Órgão Julgador: 3ª Turma Suplementar, Publicação: 22/08/2002 DJ p 182)

Portanto, demonstrada a inadequação típica, o presente Auto de Infração deve ser declarado nulo e arquivado.

V – ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE TAXA DE EXPEDIENTE PARA ANÁLISE DO RECURSO

Inicialmente, cumpre apontar a ilegalidade do inciso VI do artigo 68 do Decreto nº 47.383/2018, que assim dispõe:

**Art. 68 – O recurso não será conhecido quando interposto:*

[]

*VI – sem o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 1975, quando o crédito estadual não tributário for igual ou superior a 1.661 Ufemgs.**

Com efeito, nos termos da Súmula Vinculante nº 21 do Supremo Tribunal Federal, "É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de recurso administrativo".

Gize-se que, conforme dispõe a Lei 11.417/2006, em seu parágrafo segundo, é imperativa a obediência à Súmula Vinculante pelos Poderes Judiciário e Executivo, de todos os entes federativos. Confira-se:

**Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder*





Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei."

Por conseguinte, ante a redação da Súmula Vinculante n.º 21 do Supremo Tribunal Federal é ilegal a exigência disposta no inciso VI do artigo 58 do Decreto Estadual n.º 47.383/2018.

Nesse sentido, é imperativo o conhecimento do presente Recurso, bem como a devolução do valor pago referente a malfadada taxa de expediente.

VI – DESCABIMENTO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE À COPASA MG

Segundo a COPASA a Estação Elevatória de Esgoto - EEE-02 do SES de Almenara opera por meio de dois conjuntos: conjunto Moto Bomba submersíveis, de potência: 17,2 KW, vazão: 13,62ls, um em operação e o outro em reserva com os números de patrimônios da COPASA 330318 e 330319. A unidade possui um sistema de extravasor. Entretanto, o dispositivo instalado permitiu o extravasamento apenas quando ocorre algum problema no equipamento ou falta de energia, por meio de uma tubulação de PVC DN150, o afluente é direcionado ao Corrego do Vigia, cujo Projeto foi aprovado SUPRAM/JEQ/SEMAD.

O problema de extravasamento da EEE-02 ocorreu por falha eletromecânica dos dois Conjuntos Moto Bombas da unidade.

O conjunto Moto Bomba patrimônio 330318.

Na data de 04/04/2016, o conjunto Moto bomba em operação da EEE-02, apresentou problema eletromecânico, foi encaminhado para manutenção na empresa autorizada Sulzer, dando entrada em 13/04/2016, e findado sua manutenção em 18/11/2016, foi montado na EEE-02 e voltou a operação em 21/11/2016.

Após 03 meses em operação, na data de 22/02/2017, tornou a apresentar o mesmo defeito anterior, enviado para a empresa Sulzer em 07/03/2017 devido ao período de garantia do equipamento, foi realizada a manutenção no Conjunto Moto Bomba em 19/04/2017, instalado na EEE-02 em 28/05/2017, conforme OS do SAP n.º 11424221. Em 21/08/2017 o Conjunto Moto Bomba voltou a apresentar o mesmo problema eletromecânico, devido ao período de garantia do equipamento, foi enviado para a empresa Sulzer realizar a manutenção, porém a empresa negou o pedido, alegando conforme o laudo pericial n.º 4125 a seguinte descrição: "Equipamento queimado devido à sobrecarga do estator durante a operação. O eixo está desgastado na região do selo, permitindo a contaminação por fluido bombeado".





O laudo foi contestado pelo Setor de Manutenção Eletromecânica da COPASA o SMTE, com as seguintes alegações:

"A sobrecarga se deu devido à entrada de líquido no equipamento e não o contrário, sendo assim no entendimento da COPASA houve falha no sistema de vedação, possibilitando a entrada de líquido pelo selo mecânico; vedação de anéis oring's ou Câmara de óleo? Quanto ao desgaste do eixo, é natural que quando se tem a entrada de líquido na câmara de óleo, tira a lubrificação do equipamento, possibilitando o travamento do rolamento, também pode ter havido interferência excessiva no eixo (base do rolamento). Ressalta-se que todos os serviços de vedação/interferência do eixo, são de responsabilidade do prestador de serviço. Ponto de vista da COPASA, a garantia é totalmente pertinente neste caso."

Informa a COPASA para a justificativa apresentada de sobre carga, e não aceitar dar manutenção no equipamento devido ao período de garantia, o problema deveria ser uma queima provocada por problemas elétricos, o que não haveria o desgaste no eixo (problema mecânico) causador da queima.

A COPASA não obteve nenhuma resposta via e-mail à época até a presente data, mas ligações telefônicas onde foi informada pelo funcionário da Sulzer o senhor Luis, que estavam preparando um laudo mais detalhado contestando a réplica do SMTE

O Conjunto Moto Bomba patrimônio 330319.

Este Conjunto Moto Bomba é o reserva da EEE-02 que estava em operação. O mesmo apresentou problema eletromecânico na data de 20/10/2016, conforme Nota SAP 11341748, anexa, encaminhado para a assistência técnica na empresa Sulzer em 18/11/2016 e retornado a operação em 15/09/2017. Porém, na data de 11/12/2017, o Conjunto Moto Bomba tornou a apresentar problemas eletromecânicos dando entrada na Empresa Sulzer para manutenção em 20/12/2017, que na época do ocorrido a COPASA não havia obtido resposta da empresa.

A COPASA informa que toda paralização de Elevatória de Esgoto em função de problemas operacionais é imediatamente comunicado a SUPRAM.

Tendo em vista a série de manutenções realizadas nos 02 (dois) equipamentos da Elevatória EDE-02, a COPASA está providenciando a aquisição de um terceiro equipamento. A COPASA esclarece que o equipamento já se encontra em processo de manutenção

Por fim a COPASA providenciou na época do ocorrido em caráter emergencial a instalação do equipamento da EDE-05, sendo que para isso foi necessário limpar o Poço de Sucção desta elevatória para retirada do equipamento. Com prazo de 7 dias na época.





VII – DESCABIMENTO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE À COPASA MG – CASO FORTUITO/FORÇA MAIOR

Segundo Édis Milaré (Direito do Ambiente, 7ª edição, RT, 2011, pag. 1155) a responsabilidade administrativa pode ser afastada, regra geral, quando se confirmar uma hipótese de **força maior, caso fortuito ou fato de terceiro**. A hipótese dessas excludentes se amolda ao caso em tela, como passamos demonstrar.

Fato é que, devido às falhas ocorridas nos dois Conjuntos Moto bombas da unidade é que ocorreu o extravasamento de efluentes no mencionado Córrego. A Estação Elevatória de Esgoto – EEE - 02 opera por meio de 2 (dois) conjuntos moto bombas, sendo 01 em operação e outro reserva.

A verdade é que a COPASA MG não praticou qualquer ato comissivo ou omissivo que pudesse ocasionar o dano ambiental.

E não poderia praticar qualquer ato para que pudesse evitar o incidente, afinal, a sua ocorrência era um fato inevitável diante da queima praticamente no mesmo tempo de 2 (dois) Conjuntos Moto Bomba.

E ainda que se considerasse a responsabilidade objetiva ambiental, esta não significa risco integral, e carece da presença de dois requisitos: o dano e o nexo de causalidade já demonstrado nesta peça recursal.

Através de uma breve leitura dos fatos imputados a COPASA MG, percebe-se que inexistente nexo de causalidade a ligar o dano causado a qualquer conduta comissiva ou omissiva praticada por esta Companhia.

Sem falar que, nos termos do art. 393 do Código Civil de 2002, o **caso fortuito e a força maior** são hipóteses excludentes de responsabilidade, eventos que tem a seguinte definição segundo o Código Civil de 2002:

Art 393 – o devedor não responde pelos prejuízos resultantes do caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo Único – O caso fortuito ou de força maior verifica-se pelo fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.





Assim, não há que se falar em responsabilidade da COPASA MG pelo evento danoso, principalmente, pelo fato de que em razão de queima quase que simultânea dos dois Conjuntos Moto Bomba da unidade.

Ademais, se na esfera da responsabilidade civil, o devedor não responde pelos prejuízos causados por caso fortuito ou força maior, o mesmo deve ser feito na esfera administrativa.

Portanto, seja em face da inexistência de nexo de causalidade a impular qualquer fato à conduta comissiva/omissiva praticada pela COPASA MG, ou mesmo, pela presença irrefutável das excludentes de responsabilidade (caso fortuito e força maior) deve o presente Auto ser cancelado.

Por outro lado, cabe mencionar também que a COPASA MG providenciou de imediato a limpeza do Poço de Sucção e Desarenador da EEE 02 em 14/11/2017 através do Caminhão Hidro Vácuo conforme demonstrou o "Relatório Fotográfico, OS 117552436901" anexada à a esta peça Recursal e providenciou a manutenção dos Conjuntos Moto Bomba.

Convém mencionar também que a Lei Federal nº 11.445/2007 estabelece no seu artigo 40 que os serviços poderão ser interrompidos pela Concessionária no caso da necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas, conforme transcrito abaixo:

"Art. 40. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

- I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;*
- II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;*
- III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;*
- IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e*
- V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado." (grifo nosso)*

A situação objeto do presente Auto de Infração enquadra-se no inciso II. do art. 40, da Lei Federal nº 11.445/2007, tendo em vista que tratou-se de paralisação temporária da EEE, diante da necessidade de realização de manutenção



Assim sendo, a mencionada paralisação, em face da necessidade da realização de reparo, constitui um direito da Concessionária, amparado por uma pela Lei Federal 11.445/2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências."

No mesmo sentido, está o Art. 105 da Resolução n.º 040 de 03 de outubro de 2013 da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG: "*O prestador, sempre que necessário, poderá paralisar a prestação de seus serviços em situações de emergência ou que atinjam a segurança de pessoas e bens ou quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas*".

Portanto, mostra-se descabida a manutenção da aplicação de penalidade à COPASA MG, devendo o presente Auto de Infração n.º 83355/2018 ser declarado nulo e arquivado.

VIII – DOS PEDIDOS

Ante ao exposto, requer:

- a) seja acolhido o presente RECURSO, bem como o Auto de Infração n.º 83355/2018 declarado nulo, considerando-o inapto a produção de qualquer efeito no âmbito jurídico, cancelando sua correspondente multa;
- b) seja cancelado o Auto de Infração n.º 83355/2018 e sua correspondente multa, desfazendo-se toda e qualquer relação jurídica que tenha se originado com a lavratura de tal documento, haja vista a ausência do nexo de causalidade entre a conduta da COPASA MG e a previsão em norma ambiental;
- c) caso assim não se entenda, em respeito aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da gradação das penas, seja convertida a penalidade de multa em advertência;
- d) a devolução do valor pago referente a malfadada taxa de expediente para análise do presente RECURSO.

Em anexo, a COPASA MG encaminha os seguintes documentos:



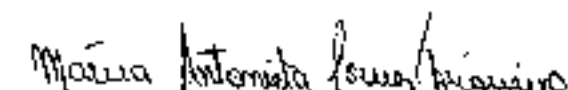
- a) Procuração;
- b) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- c) Estatuto Social da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG;
- d) Auto de Infração n.º 83355/2018;
- e) OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD n.º 1042/2019;
- f) Nota SAP - 11341748
- g) Relatório Fotográfico e OS 117552436901;
- h) Comprovante de pagamento da taxa de expediente referente à análise de **RECURSO** interposto.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 12 de julho de 2019



Gilberto Rocha
Assistente Jurídico



Advª Marcia Antonieta Cruz Trigueiro
OAB/MG 72.859





Cartório Jaguarão

2º Tabelionato de Notas

República Federativa do Brasil

Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais



LIVRO - 2156P

PRIMEIRO TRASLADO

FOLHA - 003



2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE MG
Tabelião João Carlos Nunes Júnior
Rua da Bahia, 1000 - Centro - CEP 30160-011 - Belo Horizonte - MG
Fone: (31) 3014-4600 - WhatsApp: (31) 98212-1694 - www.cartoriojaguaraomg.com.br

AUTENTICAÇÃO

Conforme o original apresentado, do Sr.
Belo Horizonte,
27/03/2019. 08:00:01

Cartório Jaguarão - 2º Tabelionato de Notas - Belo Horizonte, MG



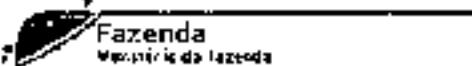
Procuração que faz Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa MG.

Saibam quantos este público instrumento vierem que, do ano de

nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e dezenove (2019), aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no 2º Tabelionato de Notas, situado na Rua da Bahia nº 1000, perante mim, Mariane Gil Marques Andrade, Escrevente Autorizada, compareceu como Outorgante: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.281.106/0001-03 com sede na Rua Mar de Espanha, nº 525, 3º Andar, bairro Santo Antônio em Belo Horizonte, Minas Gerais, que declara que seu endereço eletrônico é: pre@copasa.com.br, nos termos dos seus atos societários e da certidão simplificada expedida em 14/03/2019, neste ato representada, por sua Diretora-Presidente Sinara Inácio Meireles Chenna, brasileira, casada, engenheira civil, Carteira de Identidade nº MG-1.762.439 SSP/MG, CPF nº 596.478.926-91 e por seu Diretor de Gestão Corporativa Francisco Eduardo de Queiroz Cançado, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 445.427.126-72, Carteira de Identidade nº MG-2.785.331 SSP/MG, residentes e domiciliados nesta Capital, os presentes reconhecidos e identificados como os próprios e de cuja capacidade jurídica dou fé, e por ela, por seus representantes, me foi dito que nomeia e constitui seus bastantes Procuradores: Adlei Duarte de Carvalho, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-MG sob o nº 72.958,



CONVEYANCE
VERMONT
STATE OF VERMONT
TO THE PUBLIC



10

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.381.108/0001-03 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/08/1965
NOME EMPRESARIAL COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPASA MG				PORTA DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 20.30-4-01 - Captação, tratamento e distribuição de água				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-8 - Sociedade de Economia Mista				
LOGRADOURO R. MAR DE ESPANHA		NÚMERO 525	COMPLEMENTO	
CNPJ 30.330-270	SANTO ANTONIO	CIDADE BELO HORIZONTE		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE		
ENTE DECLARANTE RESPONSÁVEL (ETRI) MG				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/11/2006		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL INEXISTENTE		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL INEXISTENTE		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (do Estado ou País, quando a sede for em outro UF)

31300036375

Código de Natureza Jurídica

2038

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J183876286309

Requer a V.Sª a deferimento do seguinte ato:

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO DO
VIAS DO ATO EVENTO ORGÃO DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1 007 ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

071 1 ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

018 1 ESTATUTO SOCIAL

35. D. HORIZONTE

Local

23/Mar/2018

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome

Assinatura:

Telefone de Contato:

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ao(s) nome(n)s:

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
A decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidência de _____ Turno

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6558054 em 23/03/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG NIRE 31300036375 e protocolo 183048828 - 15/05/2018, Autuação nº 347RE1NE485D24740B0F65A30A9C057A24380B, Marmely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 18304882-8 e o código de segurança NCG000184. Cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/03/2018 por Marmely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/304.862-8	1163879286306	16/05/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.146-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

COMPANHIA ABERTA

NIRE 31.300.036.375

CNPJ Nº 17.281.106/0001-03

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2018

1. **Data, Hora e Local:** realizada no dia sete de maio do ano de dois mil e dezoito, às 15.00 horas, na sede da Companhia, na rua Mar de Espanha 525, Santo Antônio CEP 30.330-900, na cidade de Belo Horizonte/MG. 2. **Presença:** presentes acionistas representantes de 73,8% (setenta e três vírgula oito por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, também, Tadeu José de Mandonça, Vice-Presidente da Companhia e Frederico Lourenço Ferreira Delfino, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Interino, e Kátia Roque da Silva, Secretária Executiva de Governança. 3. **Convocação:** o Edital de Convocação foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404/1976, no Diário Oficial de Minas Gerais nas seguintes edições: 21 de abril de 2018, caderno 1, página 47; 24 de abril de 2018, caderno 1, página 30, e 25 de abril de 2018, caderno 1, página 41, e no Jornal O Tempo nas seguintes edições: 21 de abril de 2018, página 23, 22 de abril de 2018, página 21; e 23 de abril de 2018, página 21. 4. **Mesa:** assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do parágrafo único do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, Frederico Lourenço Ferreira Delfino que convidou Kátia Roque da Silva para secretariá-lo. 5. **Ordem do Dia:** (i) fixação da verba para remuneração global dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia; (ii) reforma do Estatuto Social da Companhia; (iii) alteração da Política de Dividendos, e (iv) pagamento de Dividendos Extraordinários, condicionado a alteração da Política de Dividendos. 6. **Quórum de Instalação:** considerando a existência de quórum de instalação para deliberação da Ordem do Dia, foi instalada a Assembleia Geral Extraordinária. 7. **Deliberações:** 7.1 após a discussão das matérias, foi deliberado, pelo voto dos acionistas presentes, conforme se segue: (i) aprovar, por maioria de votos, em observância aos artigos 16, 26 e 34 parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia, a verba global para remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia, contemplando os gastos de honorários, licenças remuneradas, encargos social e benefícios para o período de abril/2018 a março/2019, no montante de R\$6.535.787,76 (seis milhões, novecentos e trinta e seis mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos), sendo para os membros da Diretoria Executiva: R\$5.714.146,47 (cinco milhões, setecentos e quatorze mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos); para os membros do Conselho de Administração: R\$931.536,22 (novecentos e trinta e um mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos); e para os membros do Conselho Fiscal: R\$291.105,07 (duzentos e noventa e um mil, cento e cinco reais e sete centavos). (ii) aprovar, por maioria de votos, de acordo com a alínea "w" do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia e em cumprimento às exigências da Lei Federal nº 13.303/16 e do Decreto Estadual nº 47.154/17, a reforma do Estatuto Social da COPASA MG, conforme anexo I desta Ata. (iii) aprovar, por maioria de votos, a alteração da Política de Dividendos, que passar a vigorar a partir desta data, conforme segue: "Política de Dividendos - COPASA MG: 1) Objetivo: delinir as práticas adotadas pela Companhia quanto à remuneração dos acionistas, de modo a dar transparência ao mercado e aos investidores, proporcionando-lhes previsibilidade nos rendimentos e buscando atender aos melhores padrões de Governança Corporativa. 2) Fundamentação legal: 2.1) Artigos 201, 202, 204 e 205 da Lei Federal nº 6.404/1976; 2.2) Artigos 36 a 38 do Estatuto Social; e 2.3) Artigo 9º da Lei Federal nº 9.249/1995. 3) Remuneração aos acionistas e base de cálculo: 3.1) A remuneração aos acionistas se dará sob a forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP). 3.2) Os JCP declarados serão considerados como dividendo mínimo legal obrigatório; e 3.3) A base de cálculo para a remuneração aos acionistas é o "Lucro Líquido Ajustado", que é o valor do Lucro Líquido após diminuição ou acréscimo dos valores especificados



nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/1976. 4) **Periodicidade e Pagamento:** 4.1) **Dividendos Regulares:** 4.1.1) O Conselho de Administração definirá, até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído no referido exercício como Dividendos Regulares, sempre observando os seguintes parâmetros: a) o mínimo legal obrigatório, e b) o limite máximo de 50% (cinquenta por cento); 4.1.2) A declaração de Dividendos Regulares deverá ocorrer trimestralmente; 4.1.3) O pagamento da remuneração aos acionistas será realizado em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da declaração pelo Conselho de Administração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício. 4.2) **Dividendos Extraordinários:** 4.2.1) Adicionalmente, em conjunto com a divulgação das Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Trimestrais (ITR) referentes ao segundo trimestre de cada exercício, a administração procederá e divulgará o "Cálculo do Enquadramento Regulatório", já considerando o pagamento dos "Dividendos Regulares", visando avaliar se o mesmo se encontra dentro da margem considerada eficiente ("Intervalo Eficiente de Alavancagem Regulatória") e caso esse índice esteja: **Acima do intervalo:** o Conselho de Administração definirá que o percentual de distribuição do Lucro Líquido Ajustado será o mínimo legal obrigatório. **Dentro do intervalo:** a remuneração obedecerá ao critério dos "Dividendos Regulares", observando os patamares definidos no item 4.1. **Abaixo do intervalo:** o Conselho de Administração poderá até 03 (três) meses após a divulgação das Demonstrações Financeiras Anuais e do ITR do segundo trimestre de cada exercício declarar "Dividendos Extraordinários", que compreenderá uma remuneração adicional que seja suficiente para que o patamar inferior do rolê do intervalo seja alcançado. Essa declaração ocorrerá após a realização de estudos que indiquem que eventual pagamento de "Dividendos Extraordinários" não colocará em risco a saúde financeira, o Plano de Investimentos ou a liquidez corrente da Companhia; 4.2.2) Por "Cálculo do Enquadramento Regulatório" entende-se, para o atual ciclo regulatório, o múltiplo Dívida Líquida corrente da Companhia dividido pelo EBITDA acumulado dos 12 meses anteriores ao período de cálculo, que deverá alcançar o valor de 2,10x, com margem de 0,10x para cima ou para baixo; 4.2.3) Eventuais alterações na estrutura de capital eficiente estabelecida nas próximas revisões tarifárias serão refletidas nessa Política de Dividendos da forma que se estabeleça um novo valor central para o "Intervalo Eficiente de Alavancagem Regulatória", alinhado aos novos parâmetros definidos pelo regulador. 5) **Disposições Finais:** 5.1) Sempre que a situação financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, suas estratégias de investimento, as condições macroeconômicas e outros fatores considerados relevantes recomendarem, o Conselho de Administração poderá, respeitada a legislação e o Estatuto Social, durante o exercício, alterar o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observado o limite máximo fixado no item 4.1; 5.2) Caberá a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Financeiras de cada exercício a aprovação final das condições e dos valores da remuneração aos acionistas; 5.3) A aplicação desta Política não implica em qualquer alteração no normativo que regulamenta a participação dos empregados nos lucros da COPASA MG, cujas regras específicas são definidas em Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração." (iv) considerando a aprovação da alteração na Política de Dividendos, aprovar, por maioria de votos, a declaração de dividendos extraordinários, utilizando parte do Saldo da Conta de Reservas de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31/12/2017, no montante de R\$280 milhões, tendo em vista a margem de alavancagem apresentada pelo limite regulatório, nas condições detalhadas a seguir: (a) valor total: R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais); (b) valor do dividendo por ação: R\$2,2152983599 (dois reais, vírgula dois um cinco dois nove oito três cinco nove nove centavos); (c) forma e prazo de pagamento dos dividendos: pagamento em moeda corrente nacional. A data proposta para seu pagamento é 17/05/2018; (d) atualização e juros sobre os dividendos extraordinários: não haverá; (e) data de crédito (Data de Corte) considerada para a identificação



dos acionistas que terão direito ao seu recebimento: 07/05/2018; (f) data "Ex-dividendos": 08/05/2018. O Sr. Wallace Alves dos Santos representante do Estado de Minas Gerais registrou o voto a favor dos assuntos deliberados, ressaltando que a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, como representante formal do acionista controlador, sem ter pronunciado qualquer avaliação técnica sobre a discricionariedade das deliberações daquela a quem representa, nem das alterações sugeridas ao Estatuto Social, adota a orientação de voto constante do Ofício SEF/DCSG nº 22/2018 e da mensagem eletrônica enviada pelo Exmo. Subsecretário do Tesouro da Secretaria de Estado da Fazenda, Sr. Paulo Duarte (datada de 07/05/2018 às 12h11). O Sr. Maurício Pereira de Jesus registra seu voto contrário aos itens (iii) e (iv). Os representantes da XP Gestão de Recursos, Oceana e Kondor Invest registram apoio à nova Política de Dividendos da Companhia, com entendimento de que o Conselho de Administração deverá sempre buscar a estrutura de capital eficiente dentro da banda de alavancagem constante na referida Política. 8. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida, conferida, e acada conforme, foi por todos assinada, tendo sido aprovada na forma de sumário, e a publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, de acordo com o artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/1976. Acionistas presentes na AGF: Presidente: Frederico Lourenço Ferreira Delino; Secretária: Kátia Roque da Silva; e os seguintes Acionistas: Estado de Minas Gerais, representado pelo advogado Wallace Alves dos Santos, Kátia Roque da Silva; Maurício Pereira de Jesus, Ricardo José Martins Gimenez, representando por procuração os seguintes acionistas: ROBECO CAPITAL GROWTH FUNDS; GROWTH FUNDS; ACADIAN COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND, LLC; ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC; ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFOLIO; ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO; ADVANCED SERIES TRUST - AST J.P. MORGAN STRATEGIC OPPORTUNITIES PORTFOLIO; ADVISORS' INNER CIRCLE FUND - ACADIAN EMERGING MARKETS PORTFOLIO; AXA IM GLOBAL EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LLC; BERNSTEIN FUND, INC. - INTERNATIONAL STRATEGIC EQUITIES PORTFOLIO; BRITISH COLUMBIA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION; BRUNEI INVESTMENT AGENCY; CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC; CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM; CALVERT IMPACT FUND, INC. - CALVERT GLOBAL WATER FUND; CHEVRON MASTER PENSION TRUST; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; DESJARDINS EMERGING MARKETS MULTIFACTOR - CONTROLLED VOLATILITY ETF; LAION VANCE MANAGEMENT; EMERSON ELECTRIC COMPANY MASTER RETIREMENT TRUST; ENSIGN PEAK ADVISORS, INC.; EQUIPSUPER; FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY INVESTMENT TRUST; FIDELITY INVESTMENT TRUST; FIDELITY EMERGING MARKETS DISCOVERY FUND; FIDELITY INVESTMENT TRUST; FIDELITY SERIES EMERGING MARKETS FUND; FIDELITY INVESTMENT TRUST; FIDELITY TOTAL EMERGING MARKETS FUND; FIDELITY RUTLAND SQUARE TRUST II; STRATEGIC ADVISERS EMERGING MARKETS FUND; FIDELITY SALCM STREET TRUST; FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL INDEX FUND; FIREFIGHTERS RETIREMENT SYSTEM; FIRST TRUST INDOX GLOBAL NATURAL RESOURCES INCOME ETF; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; FLORIDA STATE BOARD OF ADMINISTRATION; FORD MOTOR COMPANY DEFINED BENEFIT MASTER TRUST; FRANCISCAN ALLIANCE, INC.; GLOBAL WATER SOLUTIONS FUND; GMAM GROUP PENSION TRUST II; INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT, A T F S R P A TRET STAFF BEN PLAN AND TRUST; KBI GLOBAL INVESTORS (NA) LTD CIT; KBI INSTITUTIONAL FUND ICAV; KBI MASTER INVESTMENT FUND; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE (PENSIONS MANAGEMENT) LTD; LEGG MASON GLOBAL FUNDS PLC; LEUTHOLD CORE INVESTMENT FUND; LOCKHEED MARTIN CORPORATION MASTER



RETIREMENT TRUST; LOUISIANA STATE EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM; NEW ZEALAND SUPERANNUATION FUND; NORGES BANK; NIGI - QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MARKET INDEX FUND - LENDING; OMERS ADMINISTRATION CORPORATION; PICTET - WATER; PICTET GLOBAL SELECTION FUND - GLOBAL HIGH YIELD EMERGING EQUITIES FUND; PIMCO EQUITY SERIES; PIMCO RAE FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS FUND; PIMCO EQUITY SERIES PIMCO RAFI DYNAMIC MULTI FACTOR EMERGING MARKETS EQUITY ETF; PIMCO FUNDS; GLOBAL INVESTORS SERIES PLC; PIMCO RAE FUNDAMENTAL EMERGING MARKETS FUND LLC; RAYTHEON COMPANY MASTER TRUST; PBS PENSION TRUSTEE LIMITED; RELIANCE TRUST INSTITUTIONAL RETIREMENT TRUST SERIES NINE; SCHRODER COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; SEGALL BRYANT & HAMILL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; SKELLIG DST WATER FUND; SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC; SSGA SPDR ETFS EUROPE II PUBLIC LIMITED COMPANY; STATE OF WISCONSIN INVESTMENT BOARD MASTER TRUST; STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS; STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS - STATE STREET MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP INDEX SECURITIES LENDING FUND; STATE STREET RUSSELL RAFI GLOBAL EX-US INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND; STICHTING DELA DEPOSITARY & MANAGEMENT, STICHTING F&G MULTI MANAGER EMERGING EQUITY ACTIVE; SUNSUPER SUPERANNUATION FUND, TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF LOUISIANA; THE BANK OF NEW YORK MELLON EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN, THE CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, THE GOVERNMENT OF THE PROVINCE OF ALBERTA; UAW RETIREE MEDICAL BENEFITS TRUST; UPS GROUP TRUST; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; VANECK VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF; VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US SMALL-CAP INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS; VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX FUND; VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS; VICTORY TRIVALENT EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM; VOYA MULTI-MANAGER EMERGING MARKETS EQUITY FUND; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; WELLS FARGO DIVERSIFIED INTERNATIONAL FUND; WELLS FARGO INTERNATIONAL VALUE PORTFOLIO; WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND; WISDOMTREE GLOBAL SMALLCAP DIVIDEND FUND; WSIB INVESTMENT (PUBLIC EQUITIES) POOLED FUND TRUST; BOSTON PATRIOT C ST LLC; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR INSURANCE FUND; BUREAU OF LABOR FUNDS-LABOR PENSION FUND; FIDELITY CENTRAL INVESTMENT PORTFOLIOS LLC; FIDELITY EMERGING MARKETS EQUITY CENTRAL FUND; FIDELITY INVESTMENTS MONEY MANAGEMENT INC; JPMORGAN FUNDS; MENHADEN CAPITAL PLC; NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND; OPTIMIX WHOLESALE GLOBAL EMERGING MARKETS SHARE TRUST; PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS; e VANTAGETRUST III MASTER COLLECTIVE INVESTMENT FUNDS TRUST. Marcelo dos Reis da Moraes, representando por procuração os seguintes acionistas: OCEANA LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, OCEANA VALOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, OCEANA LONG BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, OCEANA LONG SHORT FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, OCEANA O3 MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, e OCEANA SELECTION





COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - 07 DE MAIO DE 2018

MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; Matheus Fernandes Amorim, representando por procuração os seguintes acionistas KONDOR LONG SHORT FIM; KONDOR EQUITIES INSTITUCIONAL FIA; KONDOR EQUITY LONG BIASED FIM CP; e KONDOR PREVIDENCIA FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO C; e Rodrigo Castro Dias, representando por procuração os seguintes acionistas: XP LONG BIASED FIM; XP INVESTOR 30 MASTER FUNDO INVESTIMENTO DE AÇÕES, XP INVESTOR FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, XP LONG SHORT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, XP MACRO FIM; XP AÇÕES 30 MASTER FIA; XP DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, e XP DIVIDENDOS 30 MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, Belo Horizonte, 07 maio de 2018. Contere com a original lavrada em livro próprio. Assinada digitalmente por Kátia Roque da Silva.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8868281 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300004375 e protocolo 183048928 16/05/2018. Autenticação: 3470E1DE4B502A740B8F55A504BC057A240BD9. Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18304892-8 e o código de segurança N63rm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.


Secretária-Geral



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

ESTATUTO SOCIAL

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG


BELO HORIZONTE MINAS GERAIS - BRASIL

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6888061 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300038375 e protocolo 183048828 - 18/05/2018. Autenticação: 3478F1DE4B5D2A740B8FE5A304BCD57A243BD8. Atividade de Perfil Rorlim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucecmg.org.br> e informe o nº do protocolo 18/304.882-8 e o código de segurança NGGm. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marney da Paula Borim - Secretária-Geral.


Secretária-Geral

pág. 2/60



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

NIH 31.300.036.375

CNPJ/MF nº 17.261.106/0001-03

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Prazo e Objeto

Artigo 1º A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital autorizado, sob controle acionário do Estado de Minas Gerais, constituída nos termos da Lei nº 2.842, de 5 de julho de 1963, tem como competência planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, com vistas a contribuir para o bem estar social e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Parágrafo Único Para os efeitos deste Estatuto considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável, constituído pelas atividades necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário, constituído pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, constituídos pelas atividades de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e da limpeza de logradouros e vias públicas.

Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e terá prazo de duração indeterminado.

Parágrafo Único Mediante deliberação do Conselho de Administração a Companhia poderá abrir ou fechar filiais, agências, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização de suas atividades em qualquer outro Estado do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º Para realização de seu objeto social a COPASA MG deverá investir em projetos de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e desenvolvimento empresarial, que em seu conjunto garantam à Companhia retorno real superior ou igual ao seu custo de capital.

Artigo 4º Para o cumprimento de suas finalidades institucionais, poderá a COPASA MG:

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8888061 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG, NIRE 31300036375 e protocolo 180648828 - 16/05/2018. Autenticação: 3470E1D54B503A74006F5A504DC037A242B09. Mennely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jcemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 180648828 e o código de segurança NGmm Estn cõpla lã auten: cada digito tem a e assinada em 24/05/2018 por Mennely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



I - contrair empréstimo ou financiamento com instituição financeira ou agência de fomento nacional ou internacional, obrigando-se à contrapartida, se for o caso, observadas as condições estabelecidas na Política de Endividamento da Companhia, conforme segue:

- a) o endividamento líquido consolidado da COPASA MG deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização);
- b) as Exigibilidades Totais da COPASA MG devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido, e
- c) o EBITDA da COPASA MG deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

II - propor desapropriações;

III - promover encampação de serviços;

IV - receber coações e subvenções;

V - atuar no Brasil e no exterior;

VI - firmar convênio e formar consórcio ou qualquer outra forma de parceria com pessoas de direito público ou privado;

VII - celebrar contratos, inclusive de programa, de concessão e de permissão de serviço público;

VIII - subcontratar parte de suas atividades, observado o disposto no art. 78 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no § 1º do art. 25 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

IX - contratar empresa prestadora do serviço ou executora de obras que não tenha como objeto social a prestação de serviços de saneamento básico;

X - executar serviços de montagem, recuperação e ensaios inerentes à verificação inicial e após reparo de medidores de água e esgoto, vedada em qualquer hipótese a sua comercialização.

Parágrafo Primeiro As atividades da COPASA MG, previstas no seu objeto social, serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou ainda por intermédio de empresas de que participem a COPASA MG ou suas subsidiárias, majoritária ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo A COPASA MG poderá fornecer apoio operacional, logístico, administrativo e técnico à operação de suas subsidiárias.

Parágrafo Terceiro As metas estabelecidas na alínea "a" deste artigo poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:





I - endividamento líquido consolidado da Companhia poderá atingir, no máximo, 4 vezes o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortização) da Companhia;

II - as exigibilidades totais da COPASA MG poderão atingir, no máximo, 1,2 vezes o Patrimônio Líquido;

III - EBITDA da COPASA MG deverá ser, no mínimo, superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

Artigo 5º A Companhia se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Lei Federal nº 13.303/2016 e o Decreto Estadual nº 47.154/2017.

Parágrafo Primeiro Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela B3.

CAPÍTULO II

Capital Social e Ações

Artigo 6º O capital social da Companhia é de R\$3.402.385.609,47 (três bilhões, quatrocentos e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e nove reais e quarenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado representado por 126.751.023 (cento e vinte e seis milhões, setecentas e cinquenta e uma mil e vinte e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo Segundo Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Terceiro As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto As ações são escriturais e serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em nome da seus titulares, sem emissão de certificados, podendo o custo de transferência, e

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 3888081 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300036375 e protocolo 183048628 - 18/05/2018. Autenticação: 3479E1DE435D2A740B6FE5A5CA6C057A243DD6. Mariney de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/304 862-8 e o código de segurança NG1mm. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Mariney de Paula Bonfim - Secretária-Geral.



averbação, assim como o serviço relativo às ações custodiadas, ser cobrado do acionista.

Parágrafo Quinto Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 7º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro A Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Segundo A critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 9º A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO III

Da Assembleia Geral

Artigo 10 Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto.

Parágrafo único As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por seu substituto, e serão secretariadas pela Secretaria Executiva da Governança.





Artigo 11 Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos, contados da data da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo único O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos.

Artigo 12 As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO IV **Da Administração** **Subseção I** **Regras Gerais**

Artigo 13 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com o presente Estatuto.

Parágrafo único A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de Termo de Posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no art. 89 do presente Estatuto.

Artigo 14 Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-
Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 15 A Companhia poderá, nos termos deste Estatuto, contratar, em favor dos membros dos órgãos estatutários, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.

Subseção II **Requisitos e Vedações para Administradores**

Artigo 16 Os administradores deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios:

- I - ser cidadão de reputação ilibada;
- II - ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;



Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018

6





III - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e

IV - ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:

- a) dez anos, no setor público ou privado, na área de atuação da COPASA MG ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;
- b) quatro anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da COPASA MG, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;
- c) quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança no setor público equivalente, no mínimo, ao quarto nível hierárquico, ou superior do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Minas Gerais;
- d) quatro anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da COPASA MG; ou
- e) quatro anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da COPASA MG.

Parágrafo Primeiro A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

Parágrafo Segundo As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso IV do *caput* não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

Parágrafo Terceiro As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso IV do *caput* poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

Parágrafo Quarto Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador.

Parágrafo Quinto Os Diretores deverão residir no País.

Artigo 17 É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva de:

I - representante do órgão regulador ao qual a COPASA MG está sujeita;

II - Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;

III - titular de cargo em comissão na administração pública, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - dirigente estatutário do partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;





V - parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I, II, III e IV deste artigo;

VI - pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VII - pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VIII - pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IX - pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o Estado de Minas Gerais, com a COPASA MG, nos três anos anteriores à data de sua nomeação;

X - pessoa que tenha conflito de interesse ou que apresente fundado receio de vir a tê-lo com o Estado de Minas Gerais ou com a COPASA MG;

XI - pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

XII - pessoa condenada por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

XIII - pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Primeiro Aplica-se a vedação contida no inciso III do caput ao servidor ou ao empregado público aposentado mesmo que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta.

Parágrafo Segundo Aplica-se o disposto neste artigo aos administradores representantes dos empregados e dos acionistas minoritários.

Parágrafo Terceiro Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem do treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos dois últimos anos.

Subseção III

Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores

Artigo 18 Nos termos da Política de Elegibilidade de Membros Estatutários da COPASA MG, os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.



Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018

8



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6868061 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, NIRE 31300036075 e protocolo nº 0040070 - 10105/2018. Autenticação: 3479E1DE4B632A740BBFE5A60ABC057A243B0B. Maricely de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/004 862 B e o código de segurança N06m. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Maricely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

pág. 15/50



Parágrafo Único Os requisitos acima mencionados serão comprovados por meio da apresentação do Formulário de Elegibilidade de Membros Estatutários, juntamente com a documentação exigida.

CAPÍTULO V
Dos Órgãos de Administração
Subseção I
Conselho de Administração

Artigo 19 O Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros, sendo um Presidente e um Vice-Presidente, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, observada a Política de Elegibilidade de Membros Estatutários da COPASA MG.

Parágrafo Primeiro A Assembleia Geral determinará o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos para o respectivo prazo de gestão, pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Segundo: No Conselho de Administração é garantida a participação de:

I - 1 (um) representante dos empregados, de acordo com regulamento específico;

II - no mínimo, 1 (um) representante dos acionistas minoritários, eleito nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976.

Artigo 20 Os membros do Conselho serão eleitos para um prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, considerando os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro Attingido o prazo máximo a que se refere o caput, o retorno do membro para o Conselho de Administração da COPASA MG só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo Terceiro Em relação à contagem do prazo de gestão, serão considerados os períodos anteriores da gestão ocorridos há menos de dois anos.

Artigo 21 O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de conselheiros independentes, que serão assim declarados na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Primeiro Considera-se independente o Conselheiro que:

I - não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital;





II - não for cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau ou por adoção, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de administrador da Companhia;

III - não manteve, nos últimos 3 (três) anos, vínculo de qualquer natureza com a COPASA MG ou com o Estado de Minas Gerais, que possa vir a comprometer sua independência;

IV - não for ou não tiver sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de suas coligadas ou subsidiárias ou de sociedade por ela controlada, exceto se o vínculo for exclusivamente com instituições públicas de ensino ou pesquisa;

V - não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia, de modo a implicar perda de independência;

VI - não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços ou produtos à Companhia, de modo a implicar perda de independência;

VII - não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro, à exceção de valores em dinheiro oriundos da participação no capital.

Parágrafo Segundo Na hipótese do cálculo do número de Conselheiros Independentes resultar em número fracionário será feito o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro Serão considerados independentes os Conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários, mas não aqueles eleitos pelos empregados.

Artigo 22 Em caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes para completar o respectivo prazo de gestão, observando-se a Política de Elegibilidade de Membros Estatutários, até que seja convocada nova Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro No caso de vacância de representantes dos acionistas minoritários que implique descumprimento do percentual de Conselheiros independentes ou de representantes dos empregados, deverá ser convocada nova Assembleia Geral para elegê-los, observando-se a Política de Elegibilidade de Membros Estatutários.

Parágrafo Segundo Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração da Companhia, será convocada a Assembleia Geral para proceder à nova eleição.

Artigo 23 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, de acordo com o calendário previamente aprovado e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 0888061 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300030375 e protocolo 183048628 - 18/05/2018. Autenticação: 3479E10E4B502A74088FESA5DAEC057A243BD9. Mininey de Paula Bonfim, Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucamg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/304 862-8 e o código de segurança NG8mm. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Mininey de Paula Bonfim – Secretária-Geral.



Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia.

Parágrafo Segundo As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

Parágrafo Terceiro A participação do Conselheiro, nos termos do Parágrafo Segundo deste artigo, será considerada presença pessoal.

Artigo 24 As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente mediante notificação encaminhada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que seja assegurada a ciência a todos os demais integrantes do Conselho, sendo considerada regular a reunião em que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 25 As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança.

Parágrafo Segundo No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo seu Vice-Presidente ou, na sua ausência, por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros.

Parágrafo Terceiro No caso de ausência de qualquer membro do Conselho de Administração, esse poderá, com base na pauta da reunião, manifestar formalmente seu voto ao Presidente do Conselho de Administração, por meios que permitam a comprovação do recebimento, até a data da reunião.

Parágrafo Quarto Os membros do Conselho de Administração não poderão se afastar do exercício de suas funções, injustificadamente, sob pena de destituição do cargo.

Artigo 26 As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do Parágrafo Terceiro do art. 25, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho o voto de qualidade.

Artigo 27 Ao término da reunião, a ata deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião.





Parágrafo Primeiro Os votos preferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Terceiro do art. 25 deverão constar e ser juntados à respectiva ata.

Parágrafo Segundo Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 28 Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável:

I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II - aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo;

III - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, o planejamento estratégico, os planos plurianuais, o programa de investimentos, o orçamento empresarial da Companhia, bem como suas eventuais revisões;

IV - aprovar o orçamento dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração e das Unidades Estatutárias;

V - eleger e destituir os Diretores da Companhia e os membros dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração;

VI - fixar as atribuições dos Diretores, bem como definir os assuntos, as unidades organizacionais e as competências de sua responsabilidade, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto;

VII - aprovar o compromisso com metas e resultados específicos assumidos pelos membros da diretoria, bem como fiscalizar seu cumprimento;

VIII - promover, anualmente, análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, bem como publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sob pena de responsabilização dos membros do Conselho, por omissão;

IX - fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

X - avaliar anualmente o desempenho, individual e coletivo dos administradores e dos membros dos Comitês vinculados ao Conselho de Administração, observados os seguintes quesitos mínimos para os administradores

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 0508051 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nre 21300039375 e protocolo 180048828 - 18/05/2018, Autenticação: 3476E1DC406D2A2408BFE5A80ABC057A243B0D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.org.gov.br> e informe nº do protocolo 18/004.882.8 e o código de segurança. NGMm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pag. 12/50



- a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- b) contribuição para o resultado do exercício;
- c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

XI - aprovar as políticas e os regulamentos da Companhia, bem como o seu Manual de Organização;

XII - aprovar o Plano de Carreiras, Cargos e Salários da Companhia, bem como manifestar-se sobre o aumento do quantitativo de pessoal próprio, a concessão de benefícios e vantagens, inclusive a alteração de valores pagos a título de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento e remuneração de dirigentes, quando for o caso;

XIII - manifestar-se sobre as demonstrações financeiras - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, relatório anual da administração, notas explicativas e demais documentos contábeis - que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;

XIV - convocar a Assembleia Geral nos casos previstos na Legislação ou quando julgar necessário;

XV - aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta;

XVI - subscrever e divulgar a Carta Anual de Políticas Públicas e a Carta Anual de Governança Corporativa;

XVII - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XVIII - aprovar a metodologia a ser aplicada nos estudos de viabilidade econômico-financeira, bem como a metodologia do cálculo para o custo de capital da Companhia e a periodicidade para sua revisão;

XIX - autorizar previamente a celebração de negócios jurídicos, quando o valor envolvido ultrapassar R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), limitados a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões), incluindo a obtenção de empréstimos e financiamentos e assunção de obrigações em geral;

XX - autorizar, por proposta da Diretoria Executiva, a exclusão de bens móveis do ativo permanente no valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;





XXI - aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, a alienação, aquisição, constituição de ônus reais, bem como prestação de garantia a terceiros de bens imóveis de valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

XXII - autorizar a alienação de bens móveis e a prestação de garantia a terceiros no valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

XXIII - autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), limitados a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

XXIV - deliberar sobre a constituição de empresas subsidiárias integrais, bem como sobre a participação da COPASA MG ou de suas subsidiárias em outras empresas, de forma majoritária ou minoritária;

XXV - autorizar a contratação e a destituição de auditores independentes;

XXVI - autorizar a contratação, em favor dos membros dos órgãos estatutários, de seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos;

XXVII - autorizar a doação, ao município, de áreas avaliadas em até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) destinadas à implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário ou de resíduos sólidos, quando a propriedade do imóvel for condição para a transferência de recursos financeiros oriundos de órgãos públicos para o custeio das obras;

XXVIII - dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto;

Parágrafo Primeiro Excluem-se da obrigação de divulgação a que se refere ao inciso VIII as informações de natureza estratégica, cujo conteúdo possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo Nos casos em que os valores superarem os limites previstos nos incisos XIX, XXIII e XXVII, a competência será da Assembleia Geral.

Artigo 29 Compete, ainda, ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I - propor para deliberação da Assembleia Geral a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio e a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, incluindo a participação dos empregados nos lucros;

II - apreciar os resultados trimestrais da Companhia;

III - submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Carteira registrada sob o nº 6888081 em 30/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300038373 e protocolo 183048828 - 16/05/2018. Autenticação: 3479E1DE4RSD7A740RFFESA50ARC057A2438DB, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/304 862-R e o código de segurança NCGmm Esta cópia foi autenticada no sistema e registrada em 24/05/2018 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



IV - deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e sobre a colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição, nos limites do capital autorizado, inclusive para a outorga de opção de compra de ações nos termos deste Estatuto;

V - deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, à época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;

VI - deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis.

VII - propor à Assembleia Geral a emissão de títulos de dívida no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

VIII - deliberar sobre a emissão de notas promissórias para distribuição no Brasil, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

IX - propor à Assembleia Geral a emissão de notas promissórias no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

X - propor à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis.

Artigo 30 O Conselho de Administração poderá instituir Comitês técnicos e consultivos para seu assessoramento, devendo aprovar os respectivos regimentos.

Artigo 31 A remuneração global ou individual do Conselho de Administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro No caso de a Assembleia fixar a remuneração global caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Parágrafo Segundo É vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros aos membros do Conselho de Administração.

Subseção II

Diretoria Executiva

Artigo 32 A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 8 (oito) membros, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor Vice-Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração, que delinirá suas áreas de atuação e atribuições.





Parágrafo Único Em caso de eleição de empregado da Companhia para exercer o cargo de Diretor, seu contrato de trabalho ficará, obrigatoriamente, suspenso.

Artigo 33 Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, considerando os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro Atingido o prazo máximo a que se refere o caput, o retorno do membro da Diretoria Executiva da COPASA MG só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo Não se considera recondução a eleição de Diretor para atuar em outra Diretoria da COPASA MG.

Parágrafo Terceiro Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 34 É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados.

Artigo 35 Em caso de vacância de cargo de Diretor, compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará interinamente suas funções, perdurando esta substituição até o provimento definitivo do cargo.

Artigo 36 A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, conforme disposto no calendário de reuniões e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro As reuniões da Diretoria serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia.

Parágrafo Segundo As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

Parágrafo Terceiro A participação do Diretor, nos termos do Parágrafo Segundo deste Artigo, será considerada presença pessoal.

Artigo 37 As reuniões da Diretoria Executiva serão convocadas pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da reunião, mediante envio da pauta e respectivos documentos aos Diretores, por meio da Secretaria Executiva de Governança.

Parágrafo Primeiro Em caráter de urgência, as reuniões da Diretoria Executiva poderão ser convocadas sem observância do prazo acima, desde que assegurada ciência a todos os Diretores.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6866081 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, N.º 31300393010 e protocolo 183048628 - 10/05/2018. Autenticação: 3478E1DE4B5D2A740B8FE5A5DARC357A243RC9. Marnely de Paula Borim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceimgo.gov.br> e informe o nº do protocolo 183048628 e a data de emissão de 10/05/2018. Esta obra foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marnely de Paula Borim - Secretária-Geral.

089.23950



Parágrafo Segundo As reuniões poderão ser convocadas, excepcionalmente, por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência de 3 (três) dias.

Parágrafo Terceiro Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores, por si ou devidamente representados.

Artigo 38 As reuniões da Diretoria Executiva serão instaladas com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Primeiro As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor-Presidente e secretariadas pela Secretaria Executiva de Governança.

Parágrafo Segundo As reuniões serão presididas pelo membro da Diretoria Executiva designado pelo Diretor-Presidente, que o substituirá no caso de sua ausência temporária.

Parágrafo Terceiro No caso de ausência de qualquer membro da Diretoria Executiva, esse poderá, com base na pauta de reunião, manifestar formalmente seu voto ao Diretor-Presidente, por meios que permitam a comprovação do recebimento, até a data da reunião.

Parágrafo Quarto Os membros da Diretoria Executiva não poderão se afastar do exercício de suas funções, injustificadamente, sob pena de destituição do cargo.

Artigo 39 As deliberações nas reuniões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do Parágrafo Terceiro do art. 38 deste Estatuto Social, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

Artigo 40 Após a reunião, será elaborada ata que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião.

Parágrafo Único Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria Executiva ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Terceiro do art. 38 deste Estatuto Social deverão constar e serem juntados à respectiva ata.

Artigo 41 Compete à Diretoria Executiva a administração dos negócios sociais da Companhia e, no exercício dessa função, deve cumprir e fazer cumprir as leis, as regras deste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, o seu Regimento Interno e as boas práticas de governança corporativa, em proveito da Companhia e do interesse público que justificou a sua criação.

Artigo 42 Compete à Diretoria Executiva, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação aplicável:





I - recomendar para aprovação do Conselho de Administração o planejamento estratégico, o plano de negócios para o exercício anual seguinte e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os 5 (cinco) anos seguintes;

II - recomendar para aprovação do Conselho de Administração o programa de investimentos e o orçamento operacional da Companhia, bem como suas atualizações e revisões;

III - aprovar as renovações e novas concessões nas quais o Valor Presente Líquido - VPL tenha apresentado resultado positivo, conforme o estudo de viabilidade econômico-financeira e, nos casos de VPL negativo, submeter à deliberação do Conselho Administração;

IV - autorizar previamente a celebração de negócios jurídicos quando o valor ultrapassar R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), limitado a R\$16.000.000,00 (dezois milhões de reais), incluindo a obtenção de empréstimos e financiamentos e assunção de obrigações em geral;

V - autorizar a alienação de bens móveis e a prestação de garantia a terceiros quando o valor envolvido ultrapassar R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) limitado a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

VI - autorizar a exclusão de bens móveis do ativo permanente, de valor superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por motivo de alienação, bem como por destruição, perda e extravio;

VII - aprovar a alienação, aquisição, constituição de ônus reais, bem como prestação de garantia a terceiros de bens imóveis de valor superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

VIII - autorizar a exclusão de bens imóveis do ativo permanente por inutilidade ao serviço;

IX - autorizar a concessão de subvenção a entidades beneficentes de acordo com os critérios e limites definidos pela Companhia;

X - autorizar doações de sucatas e bens inservíveis, de acordo com os critérios e limites definidos pela Companhia;

XI - autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) limitados a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

XII - autorizar as provisões contábeis da Companhia, independentemente de seu valor, mediante proposta do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;

XIII - autorizar a transferência de ativos às Concessionárias de Energia Elétrica de valores superiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), observada a legislação que rege a matéria;

XIV - aprovar a contratação de instituição depositar a prestadora de serviços de ações escriturais, repondo esse ato ao Conselho de Administração;

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5866381 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA S.A. NIRE 31300038375 e protocolo 183048628 - 18/05/2018. Autenticação: 3478610E4B502A7408DFE5A00ABC057A243B39. Marnehy de Paula Bornim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.org.br> ou o Inquérito nº 00 protocolo 18304862-8 e o código de segurança NG6m Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marnehy de Paula Bornim - Secretária-Geral.

pág. 25/50



XV - aprovar a instituição e a modificação de Normas de Procedimentos da Companhia.

Artigo 43 Compete ao Diretor-Presidente:

I - exercer a direção da sociedade, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II - coordenar o planejamento global da Companhia, inclusive a elaboração dos planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia a serem submetidos ao Conselho de Administração e dirigir os trabalhos da Companhia;

III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - definir as diretrizes básicas de provimento e administração do pessoal da Companhia;

V - elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;

VI - conferir outras atribuições aos Diretores no interesse da Companhia, observado o disposto neste Estatuto e nas deliberações do Conselho de Administração;

VII - todos os demais atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja pelo presente Estatuto atribuída a competência à Diretoria Executiva.

Artigo 44 Compete a cada Diretor:

I - executar as atribuições relativas à sua área de atuação, responsabilizando-se pelo cumprimento das deliberações e das diretrizes do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a deliberação das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;

III - outras atribuições que lhes forem determinadas pelo Diretor-Presidente ou pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro Os Diretores, além dos deveres e responsabilidades próprios, serão gestores das áreas que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo Ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores compete, adicionalmente, responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às Bolsas de Valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

Artigo 45 A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada.





I - pelo Diretor-Presidente em conjunto com outro Diretor ou com 1 (um) procurador com poderes especiais devidamente constituído;

II - por 2 (dois) Diretores, indistintamente, ou por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído, para a movimentação de recursos financeiros da Companhia, endossos e aceites cambiais;

III - por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos;

IV - por 1 (um) só Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, para a prática dos seguintes atos:

a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, bem como nas Assembleias Gerais de acionistas das sociedades nas quais a Companhia participe;

b) endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia;

c) movimentação de contas bancárias instituídas fora da sede da Companhia; e

d) de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados, e para acordos trabalhistas.

V - por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Superintendente, para a prática dos seguintes atos:

a) firmar convênio para: cooperação técnica e científica que não implicar em ônus para a Companhia; apadrinhamento de entidade social; repasse de valores arrecadados pelo Programa CONFINA EM 6%, ou o que vier a substituí-lo;

b) firmar contrato de: fornecimento de energia elétrica; locação; prestação de serviços pela COPASA MG; liberação de subvenção a entidades de assistência social; termo de acerto ou encontro de contas; termo de cessão, permissão ou concessão de uso gratuito para a COPASA MG; termo de compromisso e responsabilidade de uso ou ocupação de faixa de domínio; termo de credenciamento; termo de doação; e termo de depósito de materiais;

VI - por ocupante de cargo gerencial, quando lhe forem delegados poderes pela Diretoria Executiva para, em razão do valor ou do objeto, responder por matérias e celebrar negócios jurídicos, desde que tais poderes estejam limitados à competência individual dos Diretores prevista no Manual de Organização da Companhia.

Parágrafo Único As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura do Diretor-Presidente em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/09/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6866261 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, N.º 01300035375 e inscrição 133048828 - 16/03/2018. Autenticação: 3478e10e4b302a74088fe3ae0abc057a243bd9. Marlene de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 18/304.882-8 e o código de segurança NGirm. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marlene de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 27/50

Artigo 46 A remuneração global ou individual da Diretoria Executiva será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo único No caso da Assembleia Geral fixar a remuneração global caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.

Artigo 47 Os Diretores poderão usufruir, a cada ano calendário, de licença remunerada por até 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, concedida pela Diretoria Executiva, não cumulativa com férias remuneradas.

Parágrafo único. Compete à Diretoria Executiva indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído.

Artigo 48 Os Diretores poderão usufruir, durante o seu mandato, de licença não remunerada por até 90 (noventa dias), consecutivos ou não, concedida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único O Conselho de Administração, por indicação do Diretor-Presidente, elegerá substituto para exercer o cargo durante o afastamento do seu titular, devendo ser observados os critérios de indicação e de elegibilidade.

CAPÍTULO VI

Do Conselho Fiscal

Artigo 49 O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, dos quais um será seu Presidente e outro seu Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Primeiro O Conselho Fiscal contará com, no mínimo, 1 (um) membro indicado pelo Estado de Minas Gerais, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

Parágrafo Segundo É garantida a participação como membro do Conselho Fiscal de um representante dos acionistas minoritários, eleito nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e de acordo com Política de Elegibilidade de Membros Estatutários da COPASA MG.

Artigo 50 Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos para um prazo de atuação de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas, considerando os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro Attingido o prazo máximo a que se refere o *caput*, o retorno do membro para o Conselho Fiscal da COPASA MG só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo Os membros do Conselho Fiscal permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.



Artigo 51 Os membros do Conselho Fiscal da COPASA MG deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada;
- II - ter formação acadêmica compatível com o exercício da função;
- III - ter experiência mínima de três anos em cargo de:
 - a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta, ou
 - b) conselheiro fiscal ou administrador em empresas;
- IV - não se enquadrar nas vedações de que trata o art. 162, §2º, da Lei das Sociedades por Ações;

Parágrafo Primeiro A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

Parágrafo Segundo As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso III não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, salvo aquelas relativas a períodos distintos.

Artigo 52 A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de Termo de Posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no art. 89 do presente Estatuto.

Parágrafo Primeiro Os Conselheiros Fiscais eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos dois últimos anos.

Parágrafo Segundo O desempenho dos Conselheiros Fiscais, individual e coletivo, deverá ser avaliado anualmente, nos termos do que dispuser o seu Regimento Interno.

Artigo 53 No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.

Artigo 54 No caso de vacância no Conselho Fiscal, este órgão poderá convocar Assembleia Geral Extraordinária, com base no art. 163, V, da Lei Federal nº 6.404/1976, com o objetivo de eleger um substituto e o respectivo suplente para exercer o cargo até o término do prazo de atuação do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único No caso de vacância de representante dos acionistas minoritários que implique descumprimento do número mínimo de representantes deverá ser convocada nova Assembleia Geral para elegê-lo, observando-se a Política de Elegibilidade de Membros Estatutários da COPASA MG.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 88820181 em 21/05/2018 na Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300038375 e protocolo 183048628 - 18/05/2018. Autenticação: 3476E1DE4B5D2A740B6FE5A50ABC057A243BD9. Marilene de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucecmg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/304.862-8 e o código de segurança NGm7m. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/05/2018 por Marilene de Paula Bonfim - Secretária-Geral.



Artigo 55 O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia.

Parágrafo Segundo É admitida a realização de reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação.

Parágrafo Terceiro A participação do Conselheiro, nos termos do Parágrafo Segundo deste artigo, será considerada presença pessoal.

Artigo 56 As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação encaminhada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo único Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que seja assegurada a ciência a todos os demais integrantes do Conselho, sendo considerada regular a reunião em que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 57 As reuniões do Conselho Fiscal somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, incluindo os suplentes no caso de ausência de membros titulares.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas pelo Presidente do Conselho Fiscal e secretariadas pela Secretária Executiva de Governança.

Parágrafo Segundo No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho Fiscal, essas reuniões serão presididas por seu Vice-Presidente ou, na sua ausência, por conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Terceiro No caso de ausência de qualquer membro do Conselho Fiscal, este poderá, com base na pauta da reunião, manifestar formalmente o seu voto ao Presidente do Conselho Fiscal, por meios que permitam a comprovação do recebimento, até a data da reunião.

Parágrafo Quarto Os membros do Conselho Fiscal não poderão se afastar do exercício de suas funções, injustificadamente, sob pena de destituição do cargo.

Artigo 58 As deliberações nas reuniões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos dos presentes e daqueles expressados na forma do Parágrafo Terceiro do art. 57 deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho o voto de qualidade.





Artigo 59 Ao término da reunião, deverá ser assinada ata por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião.

Parágrafo Primeiro Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Terceiro do art. 57 deste Estatuto deverão constar e ser juntados à respectiva ata.

Parágrafo Segundo Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho Fiscal da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo Terceiro O Conselho Fiscal poderá admitir em suas reuniões outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 60 Sem prejuízo das demais atribuições do Conselho Fiscal, a este compete:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

II - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;

III - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia geral relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar erros, fraudes ou crimes, sugerindo medidas úteis, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências, à assembleia geral.

V - convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que consideram necessárias;

VI - analisar, ao menos trimestralmente, os balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

VII - examinar as demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e sobre elas opinar, após apreciação do Conselho de Administração da COPASA MG;

VIII - exercer essas atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

IX - a pedido de qualquer dos seus membros, solicitar aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora, assim

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 00000001 em 23/06/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, N.e 31300038375 e protocolo 183048828 - 19/05/2018. Autenticação: 3478F1DE4B5D2A2408BFE5A30ABCE57A243BD6. Marmely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> a Inform nº de protocolo 18304882-8 e o código de segurança NGmm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marmely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais. Os pareceres e representações do Conselho Fiscal, ou de qualquer um de seus membros, poderão ser apresentados e lidos na assembleia geral, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia.

X - os membros do Conselho Fiscal assistirão às reuniões do Conselho de Administração da COPASA MG, nas quais se deliberar sobre assuntos em que devam opinar (incisos II, III e VII deste capítulo). A ausência dos conselheiros caracteriza omissão no cumprimento do dever, ensejando a sua responsabilidade na forma do art. 165 da Lei Federal nº 6.404/1976.

XI - solicitar, por qualquer de seus membros aos auditores independentes os esclarecimentos ou informações que julgar necessários e a apuração de fatos específicos;

XII - fornecer, ao acionista, ou grupo de acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência;

Artigo 61 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais.

Parágrafo Primeiro A remuneração dos Conselheiros será composta por parcela fixa mensal de 50% (cinquenta por cento) e outra variável de 50% (cinquenta por cento), de acordo com sua participação nas reuniões ordinárias.

Parágrafo Segundo Os Conselheiros suplentes farão jus à remuneração da parcela variável quando substituírem o respectivo Conselheiro titular nas reuniões ordinárias

CAPÍTULO VII

Do Comitê de Auditoria Estatutário

Artigo 62 O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, por ele eleito, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes.

Parágrafo Primeiro Considera-se independente aquele que atender ao disposto no Parágrafo Primeiro do art. 21 deste Estatuto, não se aplicando o disposto no inciso VII.

Parágrafo Segundo Ao menos 1 (um) dos membros do Comitê deverá ser conselheiro de administração da Companhia.

Artigo 63 Os Membros do Comitê de Auditoria deverão atender às seguintes condições:

I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê.





a) diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da COPASA MG, subsidiária, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta;

b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na COPASA MG;

II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim ou por adoção, até o segundo grau, das pessoas referidas no inciso I;

III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da COPASA MG, subsidiária, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê;

IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público eletivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão na administração pública estadual direta, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê;

V - atender aos requisitos previstos nos parágrafos art. 147 da Lei Federal nº 6.404/1976.

Parágrafo Primeiro Os membros do Comitê deverão ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da Companhia e possuir conhecimentos em auditoria, compliance, controles, contabilidade, riscos e afins ou experiência em tais atividades, devendo, no mínimo, um dos membros ter experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária.

Parágrafo Segundo O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da COPASA MG pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado do último dia do mandato do membro do Comitê.

Artigo 64 Os mandatos dos membros do COAUDI não integrantes do Conselho de Administração serão de três anos, não coincidentes entre todos os membros, admitindo-se uma reeleição.

Parágrafo Primeiro O Conselho de Administração poderá definir mandato inferior a três anos para fins de não coincidência entre todos os membros, mantendo o prazo de três anos em caso de reeleição de membros não integrantes do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo O membro do Comitê de Auditoria integrante do Conselho de Administração terá seu mandato limitado ao seu prazo de gestão neste órgão.

Parágrafo Terceiro No curso de sua gestão, os membros do Comitê de Auditoria somente poderão ser destituídos nas seguintes hipóteses:

I - morte ou renúncia;



Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018

20



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8688061 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300038075 e protocolo 18044628 - 18/05/2018, Autenticação: 3478E1DE8B5UZA740BB2E5A53ABCC67A243B09. Marmaty de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> a Informa nº de protocolo 18044628 e o código de segurança NQ6mm. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marmaty de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

20



II - ausência injustificada a 20% (vinte por cento) das reuniões de cada exercício;

III - afastamento do exercício de suas funções por mais de 60 (sessenta) dias corridos, salvo o caso de licença concedida pelo Conselho de Administração; ou

IV - voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração

Parágrafo Quarto Nos casos de vacância de cargos de membro do Comitê, competirá ao Conselho de Administração eleger novo membro para completar o mandato.

Parágrafo Quinto O membro eleito nos termos do Parágrafo Quarto deste artigo terá o mandato contado da data de posse do membro substituído.

Artigo 65 O Comitê deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive de caráter sigiloso, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

Artigo 66 As atas das reuniões do Comitê serão divulgadas pela COPASA MG.

Parágrafo Único Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata do Comitê possa pôr em risco interesse legítimo da COPASA MG, apenas seu extrato será divulgado.

Artigo 67 O funcionamento do Comitê será estabelecido em regimento interno, devendo as reuniões ocorrer quando necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam apreciadas antes de sua divulgação.

Artigo 68 Para o desempenho de suas funções, o Comitê terá acesso às informações de que necessitar e disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, nos limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações relacionadas às suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

Artigo 69 Compete ao Comitê:

I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II - supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da COPASA MG e de suas subsidiárias;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da COPASA MG e de suas subsidiárias;





IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela COPASA MG e de suas subsidiárias.

V - avaliar e monitorar exposições de risco da COPASA MG e de suas subsidiárias, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração dos administradores;
- b) utilização de ativos;
- c) gastos incorridos em nome da Companhia;

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da COPASA MG e a área de auditoria interna, a adequação e a divulgação das transações com partes relacionadas;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações e registrar, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;

VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão patrocinado pela Companhia;

IX - opinar, de modo a auxiliar os acionistas, na indicação de administradores e conselheiros fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

X - verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais; e

XI - opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes

Artigo 70 São deveres dos membros do Comitê:

I - participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos, nos termos do art. 40, do Decreto Estadual nº 47.154/2017, sob pena de não poderem ser reconduzidos, caso não participem de treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos dois últimos anos;

II - exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social;

III - guardar sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação.

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 07/05/2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 0000001 em 20/05/2010 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 31300398375 e protocolo 183748928 - 18/05/2018. Autenticação: 3479E1DE4B5D2A74009FE5A50A0C057A243DD8. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/304 862-8 e o código de segurança 8G3m4 E4a c4p4. Inútil Ruzizcardi Ruzizcardi e SUMMITZ AIR 2405000 à por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Artigo 71 O Comitê de Auditoria poderá atuar nas subsidiárias da COPASA MG.

CAPÍTULO VIII

Unidade de Auditoria Interna

Artigo 72 A unidade de Auditoria Interna da COPASA MG vincula-se diretamente ao Conselho de Administração.

Artigo 73 A Auditoria Interna desenvolve atividade de avaliação independente, objetiva e de consultoria orientada para agregar valor e melhorar as operações da Companhia, auxiliando-a no alcance de seus objetivos estratégicos e visando à melhoria da eficiência e eficácia dos controles, da gestão de riscos, da performance dos processos e da governança corporativa.

Parágrafo Único Para atuação independente, serão assegurados à Auditoria Interna:

- I - orçamento próprio; e
- II - regras específicas para destituição do cargo de Auditor Geral.

Artigo 74 Compete à Auditoria Interna:

- I - auxiliar o Conselho de Administração, dentro do limite de suas competências;
- II - aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras;
- III - examinar e avaliar a adequação, eficiência e eficácia do desempenho das unidades em relação às suas atribuições e aos planos, objetivos e políticas da COPASA MG;
- IV - apurar fraudes e irregularidades identificadas pela própria Auditoria Interna ou a partir de demandas da Administração ou do recebimento de denúncias;
- V - elaborar e encaminhar, ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente da COPASA MG, os resultados das auditorias realizadas;
- VI - prestar apoio aos Conselhos de Administração e Fiscal, dentro do limite de suas competências;
- VII - coordenar o relacionamento com os órgãos de controle externo.

Parágrafo Único A Auditoria Interna deverá reportar-se ao Conselho Fiscal sobre as recomendações relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade, se os administradores deixarem de adotar medidas necessárias em relação à situação relatada em até trinta dias.

Artigo 75 A Auditoria Interna terá autorização para acesso, sem nenhuma restrição, a quaisquer dependências, arquivos, documentos e sistemas informatizados da empresa,





cabendo às unidades envolvidas colaborar na localização e elaboração de informações e na interpretação de atos, dados ou fatos administrativos, quando solicitadas.

Parágrafo Único A Auditoria Interna poderá solicitar às áreas da COPASA MG, quando necessário ou pertinente, informações que deverão ser apresentadas tempestiva e obrigatoriamente pelos seus respectivos gestores.

Artigo 76 Regimento interno da Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, disciplinará, dentre outros assuntos, as regras previstas no inciso II do Parágrafo Único do art. 73, bem como a forma como se dará a comunicação direta com o Conselho Fiscal prevista no Parágrafo Único do art. 74.

CAPÍTULO IX

Unidade de Integridade e Gestão de Riscos

Artigo 77 A COPASA MG manterá estrutura específica, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, para atuar nas atividades de conformidade, gestão de riscos e controles internos.

Parágrafo Primeiro O Diretor-Presidente poderá delegar a diretor estatutário a condução da unidade, função que poderá ser desempenhada concomitantemente a suas outras competências.

Parágrafo Segundo O titular da unidade de integridade e gestão de riscos deverá comunicar formalmente o Diretor-Presidente sobre diligências em curso em que esteja envolvido Diretor, membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, o Procurador Jurídico ou o Auditor Geral.

Parágrafo Terceiro Ocorrendo o disposto no Parágrafo Segundo deste artigo, o Diretor-Presidente deverá informar formalmente o assunto ao Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Quarto A unidade de integridade e gestão de riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas situações em que houver suspeita de envolvimento do Diretor-Presidente ou equivalente em irregularidades ou quando este deixar de adotar as medidas necessárias em relação a situação a ele relatada.

Parágrafo Quinto Para a atuação independente, serão assegurados à unidade de integridade e gestão de riscos:

- I - orçamento próprio; e
- II - regras específicas para a destituição do cargo de gestor da unidade;

Parágrafo Sexto Regimento interno da unidade de integridade e gestão de riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, disciplinará, dentre outros assuntos, as regras previstas no inciso II do Parágrafo Quinto deste artigo, bem como a forma como





se dará a comunicação direta com o Conselho de Administração prevista no Parágrafo Quarto deste artigo

Artigo 78 Compete à unidade de integridade e gestão de riscos:

I - promover as políticas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Anticorrupção e demais políticas atinentes à atuação da unidade e difundir a cultura de integridade na organização;

II - analisar atividades e ações das diversas unidades da COPASA MG, com vistas a manter a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões; e

III - liderar e supervisionar as atividades de gerenciamento de riscos e de implementação de controles internos

CAPÍTULO X

Do Exercício Social, Lucros e Dividendos

Artigo 79 O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável

Artigo 80 O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

I - a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

II - a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no art. 202, I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório.

III - o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de acionistas com base na proposta da administração, conforme o disposto no art. 176, §3º e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no art. 134, §4º da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas.

Artigo 81 A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 82 A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos





intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 83 Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO XI

Da Defesa Judicial

Artigo 84 Os administradores, os membros do Conselho Fiscal e de Comitês Estatutários são responsáveis, nos termos da lei, pelos atos praticados e pelos danos causados no exercício de suas funções.

Artigo 85 A Companhia, nos casos em que não tomar o polo ativo das ações, assegurará aos administradores e aos membros do Conselho Fiscal e de Comitês Estatutários, por meio de sua unidade jurídica ou por terceiros contratados, a defesa em processos administrativos e judiciais propostos por terceiros, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.

Parágrafo Primeiro A garantia prevista no *caput* deste artigo se estende aos empregados da Companhia e aos seus mandatários legalmente constituídos, que atuarem em nome da Companhia.

Parágrafo Segundo Se o administrador, o Conselheiro Fiscal, membro de Comitê Estatutário ou empregado da Companhia for condenado, com decisão transitada em julgado, por violação de lei, deste Estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas ou prejuízos a ela causados, salvo quando evidenciado que o ato foi praticado de boa-fé, com razoabilidade e visando ao interesse da COPASA MG.

Parágrafo Terceiro Quando a Companhia não indicar, tempestivamente, um advogado para a defesa do administrador, do Conselheiro Fiscal, do membro de Comitê Estatutário ou empregado, se este for absolvido, fará jus ao ressarcimento das custas e honorários advocatícios despendidos na ação.

CAPÍTULO XII

Da Alienação do Controle Acionário

Artigo 86 É vedada a alienação, direta ou indireta, por parte do Estado de Minas Gerais, do controle da Companhia, inclusive por acordo de acionistas que trate do exercício do poder de controle, salvo na hipótese prevista no art. 14, §4º, inciso II, da Constituição do Estado

Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27/05/2018

32



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 0606061 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, nº 31308038275 e protocolo 183048628 - 18/05/2018. Autenticação: 3476E1DE4B5D2A740B8FE5A53ABCD57A242BD9, Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 183048628 e o código de segurança NGren. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

pag. 30/50



Artigo 87 Ocorrendo a hipótese prevista no art. 14, §4º, inciso II, da Constituição do Estado ou sua alteração, a alienação direta ou indireta de controle da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPÍTULO XIII

Da Liquidação

Artigo 88 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XIV

Da Arbitragem

Artigo 89 A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei Federal nº 6.385/1976, na Lei Federal nº 6.404/1976, no Estatuto Social da COPASA MG, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Anexo à Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de maio de 2018.
Assinado digitalmente por Kátia Roque da Silva.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
18/304.862-B	J183878286309	18/05/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.326-20	KATIA ROQUE DA SILVA



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Caridade registro sob o nº 6868081 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANTEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 01300036375 e protocolo 183048628 - 18/05/2018. Autenticação: 3470E10E4B6D2A740B8FE5A50ABC057A243BD9. Marinely de Paula Gomes - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/304.862-B e o código de segurança A-Gmpt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marinely de Paula Gomes - Secretária-Geral.

Pág. 1/150



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrado:	Data
18/304.862-8	J183879286306	16/05/2018

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.328-20	KATIA ROQUE DA SILVA

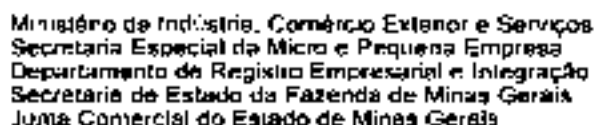
Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 68860061 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nire 11300038376 e protocolo 183048628 - 16/05/2018. Autenticação: 3479E1DE4B5D2A743B6FE5430ABC357A243BD9. Marinely de Paula Góes - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 18/304.862-8 e o código de segurança NQnub Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pag. 48/50



Banco Comercial do Estado de Minas Gerais

Assim o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral Marinely de Paula Bordin. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagensProcessoViaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Assinante(s)	
CPF	Nome
764.776.14E-34	ADLEI DUARTE DE CARVALHO

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.325-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Assinante(s)	
CPF	Nome
688.678.325-20	KATIA ROQUE DA SILVA

Página 1 de 1



Características gerais do documento: Data de emissão: 23/05/2018 em 23/05/2018 da Empresa: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, Nro: 31300038373 e protocolo: 18304882-8 - 1603572018. Autenticação: 3a70E12E4B8D2A740B8F65A50A8C057A243808. Manuêly de Paula Bomfim - Secretária-Geral, Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 18/304.882-8 e a expressão de segurança NGMm EMLA cópia foi eletronicamente assinada em 24/05/2018 por Manuêly de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

udg. 4950



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por:

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
155.515.200-68	MARCO AURELIO CUNHA DE ALMEIDA
087.422.866-20	FRANCISCO DE PAULA DECATINI FILHO
073.638.958-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Quinta-feira, 24 de Maio de 2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registo sob o nº 080808 em 23/05/2018 da Empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG. Nire 31300035375 e protocolo 183048628 - 18/05/2018. Autenticação: 3470E10E4B5D2A74DB0FESA50A8CD37A243008. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 18/304.982-8 e o código de segurança NGren. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/05/2018 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

REF: DECISÃO ADMINISTRATIVA SOBRE DEFESA ADMINISTRATIVA (JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO - 1ª INSTÂNCIA)

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD: 1042/2019

Diamantina, 24 de Junho de 2019

Auto de Infração nº: 83355/2018

Processo nº: 506367/18

A Superintendência Regional Jequitinhonha, pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), tendo em vista o Controle de Auto de Infração, examinou o Processo Administrativo em epígrafe, instaurado em desfavor da COPASA, em decorrência da lavratura do Auto de Infração referenciado e decidiu, após análise de Defesa Administrativa apresentada:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 17.943,52 (dezoito mil novecentos e quarenta e três reais com cinquenta e dois centavos) mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;

Desta forma, V. Sa. dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para quitação da dívida através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE anexo ou apresentar Recurso Administrativo no prazo de 30 dias contados do recebimento desta decisão com envio ao NAI JEQUITINHONHA.

Informamos também, que o débito ora apresentado não representa a inexistência de outros débitos.

➤ *Atenção: Cientificamos ainda que valores de multa igual ou superior a 1.661,00 (um mil e seiscentos e sessenta e um reais) devem prover o recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tornando pré-requisito para que o Recurso Administrativo seja conhecido conforme art. 68 do Decreto 47.363/2018.*

Para efeito de informação, o valor base da multa é calculado seguindo os valores vigentes da UFEMG do ano vigente, no caso 2018. O valor final da multa é constituído pelo valor base do auto de infração somado aos juros perpetuados no tempo contado desde o 21º dia da notificação, até a data de emissão do DAE.

Maiores esclarecimentos que se fizerem necessário favor entrar em contato pelo telefone: (38) 3532-6665.

Atenciosamente,

Danilo I Silva - Gestor Ambiental
NAI Jequitinhonha

Danilo Iabrara Silva
Gestor Ambiental
Matr. 1.364.793-5
Supram Jequitinhonha

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA
Rua Mar de Espanha, 453 - Bairro Santo Antônio
CEP: 30.330-900 - Belo Horizonte/MG

SUPRAM JEQ

Avenida da Saudade, nº 335 - Centro -
Diamantina/MG
CEP 35.100-000 - Tel: (38) 3532-6650

DATA 17/06/2019
Página: 6/6

Nota

Status da nota

Objeto de referência

Localização

Equipamento

Descrição

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto

Assunto



COPASA

ORDEN DE SERVIÇO - OS

Grupo
968
Página
1
Origem
ELAL

No. OS 117592436901	Destino ELAL	No. Ord.	Equipe	Data Geração 30/09/2017	Hora Geração 07:08:34	Cód. Serviço 1300300
Descrição Serviço LIMPEZA DE RESERVATÓRIO				Extensão	Data e Hora Limite Atendimento 14/11/2017 23:59	
Cliente/Identificador Único COPASA EEE ALUMINARA		Solicitante COPASA		Telefone 0 0	Matrícula 131921487	Localizador Setor Rua Fone 5eq. 05 01 25 400

Nome do Logradouro CARMIN DA SILVA CORDEIRO		N. Imóvel 29	Complemento Tor. Descrição	Quantidade/Economias p/ Carg. Sec. Res. Com. Ind. Pub.		Situação Cód. Motivo	Razão Atividade Cód. Descrição
No. Imóvel Ant.	No. Imóvel Pós.	Bairro CIDADE NOVA		A E	3 1	R F OS	L
Endereços / Referências LIMPEZA DA EEE 02 POÇO DE SACÇÃO DA BUEVATORIA			Localidade 31017005 ALUMINARA	Mês/Ano/Data Leitura/CFA/Vol. Faturado		Leil.Fat. CA Cód. Ocor.	
TPS	Quant. Pontos Serviço	No. PS p/ execução	Numero do Hidrometro Cód. Ano Mês No Sequencia Y 10 L 336617	12/2017 13/12/2017 2		40 1	
				11/2017 17/11/2017 2		39 1 3	
				10/2017 18/10/2017 2		39 1	
				09/2017 18/09/2017 10		38 1	
				08/2017 18/08/2017 2		24 1 3	
				07/2017 18/07/2017 4		24 6 99	
Cód. Imóv. Imóvel PS 3	Localização do Ponto PARQUE CENTRAL	Data da instalação 07/03/2014	Período da instalação 2 A 10 M				

CLASSE MEDIDOR: 0 TIPO RADIAL- REG. ESFERA/CAVALIETE

DADOS COMPLEMENTARES:

*Mantenção geral do
EEE 02.
Alumina*



SERVIÇOS EXISTENTES
NUMOS CCO.SERV ST DATA.ATEND

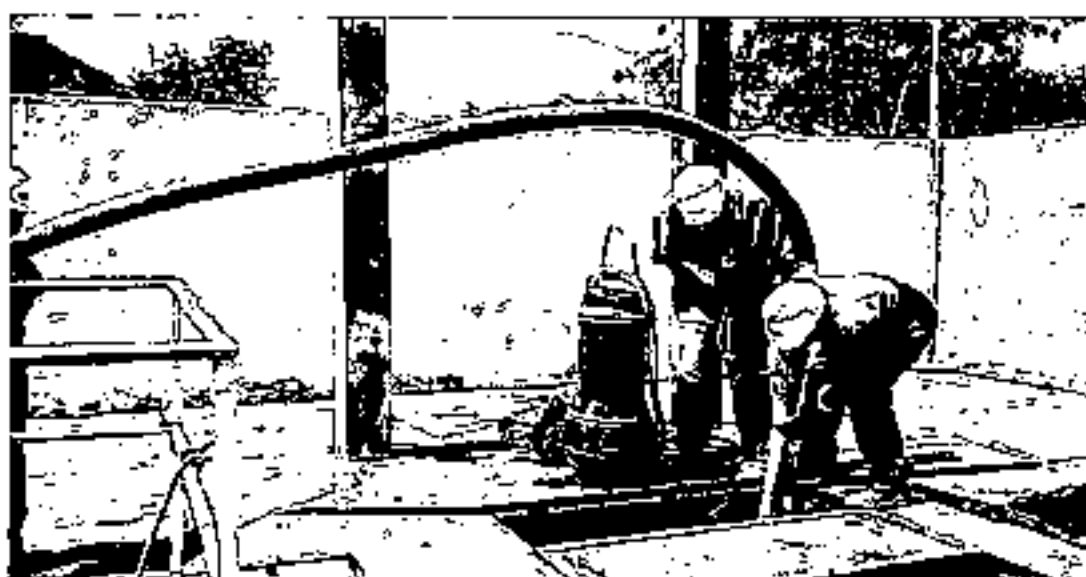
Executado <input checked="" type="checkbox"/>	Situação	Data Atendimento 20/09/17 18:10	Hora Atendimento	Assinatura do Solicitante/Operador	Matrícula 1422
Não executado <input type="checkbox"/>	Ocorrência:				

Descrição do Material	Unid	Data/Gera	Cód. Rec.
Equipe	Data	No. OS 117592436901	Cód. Serviço 1300300

Descrição do Material	Unid	Data/Gera	Cód. Rec.
Visão Armazenar	Data		

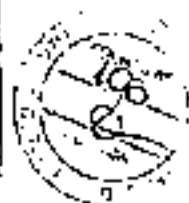
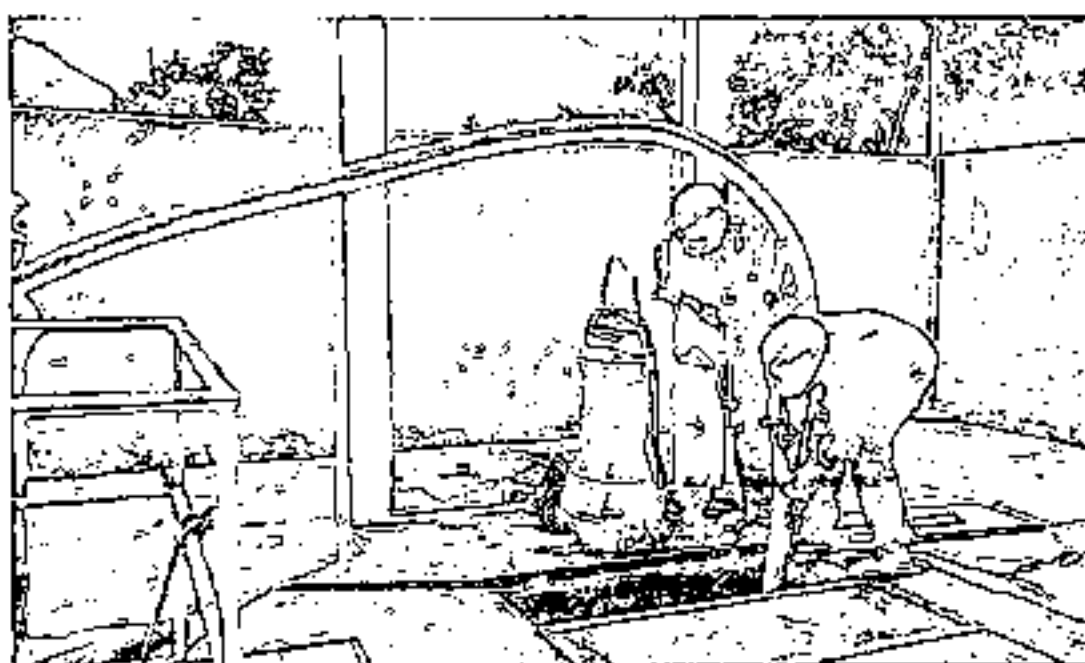


MANUTENÇÃO NO POÇO DE SUÇÃO E DESARENADOR DA EEE 02 EM
30/09/2017.



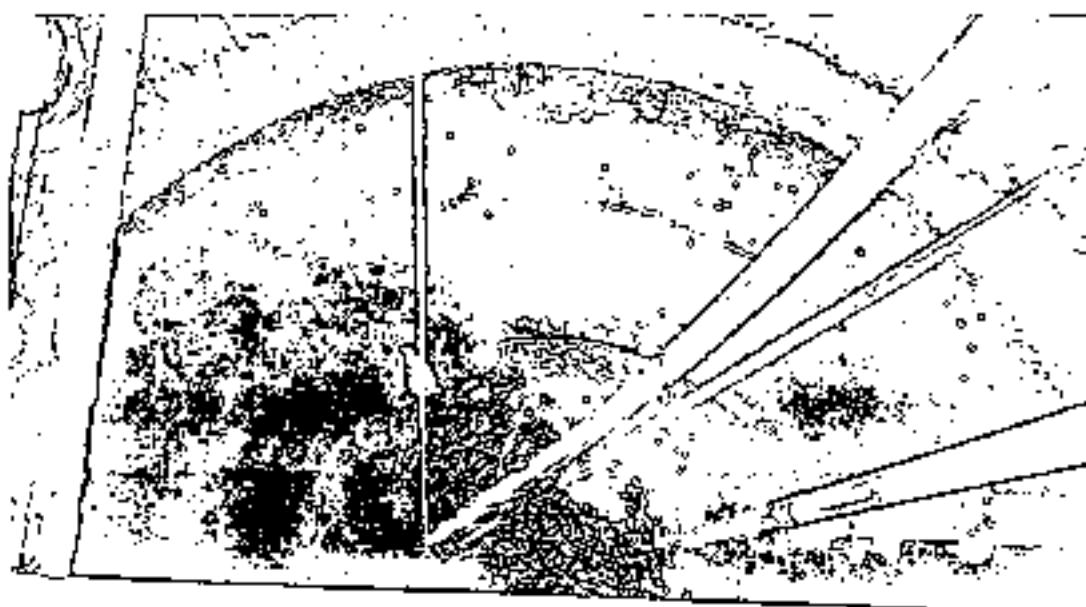
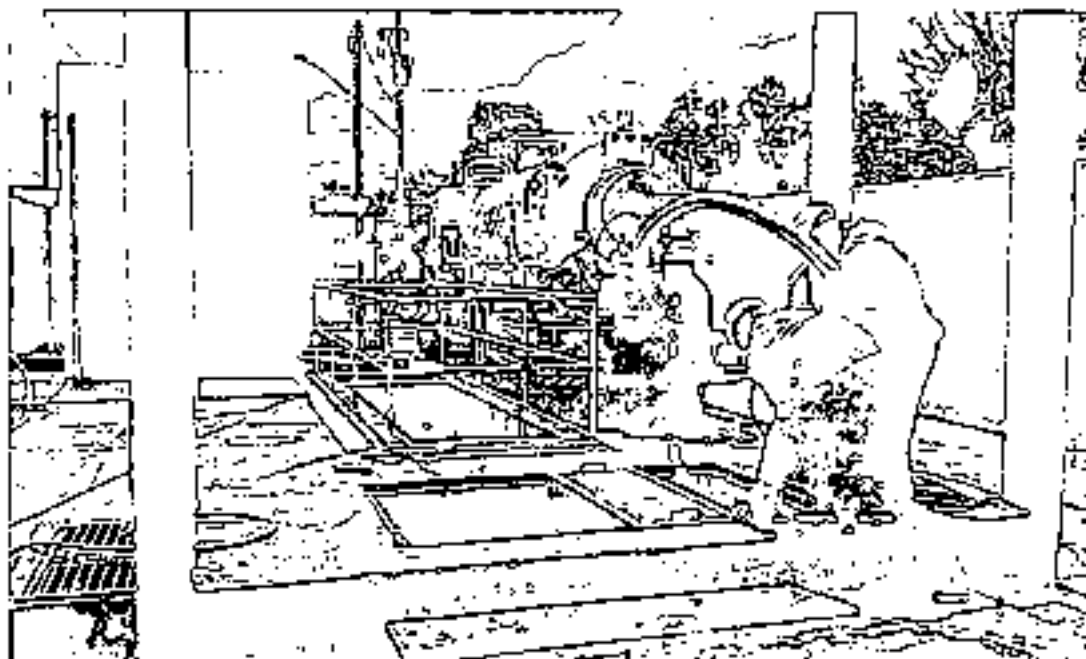
Washington R. Moura
ENC. Sistema Água - 14722
Niterói - RJ





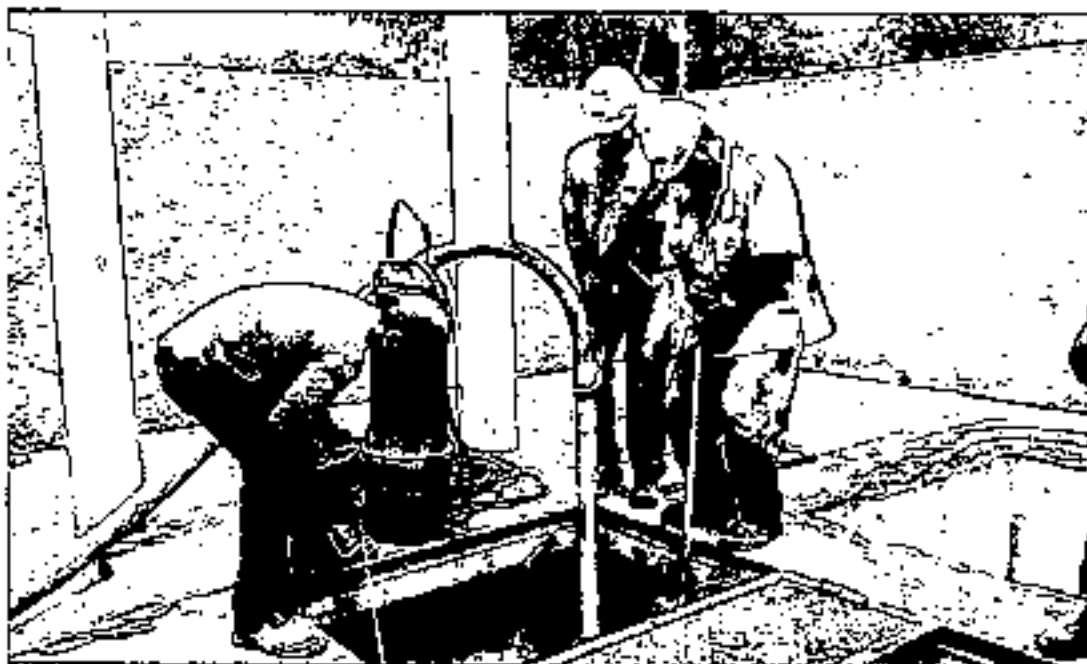
**MANUTENÇÃO NO POÇO DE SUÇÃO E DESARENADOR DA EEE 02 EM
30/09/2017.**

J. S. Araújo
Eng. Sanitário Ambiental - 12122
Assinatura - 17/11/17



**MANUTENÇÃO NO POÇO DE SUCÇÃO E DESARENADOR DA EEE 02 EM
30/09/2017.**

Wesleyton S. Brando
ENC. OBRAS - 14122
Assinatura: DTAI



MANUTENÇÃO NO POÇO DE SUCÇÃO E DESARENADOR DA EEE 02 EM
30/09/2017.

Washington S. Araújo
Eng. Saneamento Ambiental - CRB 122
Assessor - FTA



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL -

Nome:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG

Endereço:

Município:

BELO HORIZONTE

UF:

MG

Telefone:

Validade:

24/07/2019

TIPO DE ARRECADAÇÃO
- PRECATORIO
- PRECATORIO DE PREVIDENCIA SOCIAL
- OUTRO

1 - CNP
2 - CNPJ
3 - CPF

Tipo:

3

Número Identificação:

17.28.1.106/0001-00

Código Município:

62

Número do Documento:

01 a 30/06/2019

Nº Documento (sujeição, dívida ativa e parcelamento)

5200910055311

Referência:

Órgão SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E

Serviço ANÁLISE RECURSO INTERPOSTO - AUTO DE INFRAÇÃO

Retorno:

1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD

Valor:

283,86

TOTAL

283,86

Exonerações Complementares:

AUTO DE INFRAÇÃO 83355/2018. OFÍCIO NADRE/SEMAD: 10/20213. LOCALIDADE: ALMEIRAMA.

Em caso de dívida quanto ao DAE procure-a(s): SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Pague nos bancos: BRADESCO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MERCANTIL DO BRASIL - SANTANDER - SICREDI

Pague também nos correspondentes bancários: Agências bancárias; Maquitos e Banco Postal

St. Celso, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digital.

Linha Digital: 8561000002 0 83860213190 9 72412520091 0 03563110137 1

Autenticação:

TOTAL

R\$

283,86

DAE MOD 06/01/11

8561000002 0 83860213190 9 72412520091 0 03563110137 1



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL -

Nome:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG

Endereço:

Município:

BELO HORIZONTE

UF:

MG

Telefone:

Validade:

24/07/2019

TIPO DE ARRECADAÇÃO
- PRECATORIO
- PRECATORIO DE PREVIDENCIA SOCIAL
- OUTRO

1 - CNP
2 - CNPJ
3 - CPF

Tipo:

3

Número Identificação:

17.28.1.106/0001-00

Código Município:

62

Número do Documento:

5200910055311

Parcial:

R\$

283,86

Multa:

R\$

Juros:

R\$

TOTAL

R\$

283,86

DAE MOD 06/01/11



30
horas

Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
Tributos Estaduais com código de barras

Identificação no extrato: SISPAG TRIBUTOS

Dados da conta debitada:

Nome: CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

Agência: 3380

Conta: 00723 - 1

Dados do pagamento:

Código de barras: 856100000020 838602131809 724125200910 035631101371

Controle: 91890007231176736506

Valor do documento: R\$ 283,86

Informações fornecidas pelo
pagador: SEMAD 2000015511

Operação efetuada em 08/07/2019 às 14:30:05 via Sispag, CTRL 399001413001378.

Autenticação:

19C307DF88AFC57E7234C3801D64805963E1A6E8





Destinatário:

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE
JEQUITINHONHA - SUPRAM JEQ

Avenida Saudade, 335, Centro - Diamantina/MG - CEP: 39.100-000

☐ AR
Correios ☐ MP

RECEBEMOS
PESO (kg)

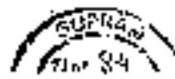
SEDEX



DY 10992333 FBR



A.R.





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

PARECER ÚNICO

Nº 762/2019	
Auto de Infração: 83355/2018	Processo Administrativo: 506367/2017
Embasamento Legal: Art. 83, anexo I, código 122 do Decreto Estadual 44.844/2008.	

Autuado: Copanor – Copasa Serviços de Saneamento CPF/CNPJ: 17.281.106/0001-06 Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais	
Município: Almenara, Minas Gerais	Zona:
Bacia Federal:	Bacia Estadual:
BO nº M2730-2018-0200018	Data: 10/01/2018

Equipe Interdisciplinar	MASP	Assinatura
Oswaldo Neves Machado Júnior Gestor ambiental - especialidade jurídica	L364.198-0	

Oswaldo Neves Machado Júnior
Gestor Ambiental
Masp: L364.198-0
Superam Jequitinhonha

EMENTA: CAUSAR POLUIÇÃO ATRAVÉS DO LANÇAMENTO DE ESGOTO IN NATURA, NO CÓRREGO DO VIGIA, EM ALMENARA, MINAS GERAIS, QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR EM DANO AOS RECURSOS HÍDRICOS.





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

I – Relatório:

Trata-se, o caso em tela, de autuação à Copanor – Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A por causar poluição através do lançamento de esgoto *in natura*, no Córrego do Vigia, que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos.

Tal conduta configura infração administrativa a teor do que determina o art. 83, anexo I, código 122 do Decreto Estadual 44.844/2008.

Por conseguinte, foi aplicada a penalidade de multa simples no importe de R\$ 17.943,52 (dezesete mil novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

No dia 24 de junho de 2019 foi proferida decisão em primeira instância pela Superintendente Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha, nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II do Decreto nº 47.042/2016, no qual confirma as recomendações do Parecer Técnico, quais sejam:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 17.943,52 (dezesete mil novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) mais juros incidentes desde da constituição do débito

Inconformada com a decisão que julgou improcedente as alegações da defesa e manteve as penalidades aplicadas no auto de infração nº 56823/2017, a Copanor – Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A protocolizou tempestivamente em 15/07/2019 recurso administrativo, nos termos do art. 66 do Decreto 47.383/2018.

Isto posto, passa-se aos termos alegados tempestivamente pelo recorrente:

- Nulidade do Auto de Infração ante vício formal: Não observância dos requisitos do art. 27 e 31 do Decreto Estadual nº 44.844/2008 e exigência de Lei em sentido formal, emanada do Poder Legislativo a fim de obrigar qualquer cidadão a fazer ou deixar de fazer alguma coisa e não Decreto;
- Nulidade do Auto de Infração – Inadequação Típica, sob o argumento de que a mera reprodução do texto do tipo administrativo é insuficiente para caracterizar a suposta infração, e é uma afronta ao Estado Democrático de Direito, o que remonta ao Estado autocrático, onde a mera e infundada acusação era suficiente para constituir um fato e cominar a punição;
- Ilegalidade da exigência de taxa de expediente para análise do recurso;



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente - Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

- Descabimento de aplicação de penalidade à COPASA - extravasamento da EFF-02 por falha eletromecânica dos dois conjuntos moto bombas da unidade;
- Descabimento de aplicação de penalidade à COPASA-MG - CASO FORTUITO/FORÇA MAIOR.

É o relatório.

II - Fundamento:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o recurso apresentado é tempestivo nos termos do art. 66 e que preenche todos os requisitos formais elencados no referido artigo do Decreto de nº. 47.383/2018.

Em análise a documentação constante dos autos do processo ora em comento, verifica-se que não foram apresentadas pelo recorrente alegações ou documentos capazes de descaracterizar as infrações imputadas ao empreendimento. Os argumentos apresentados na defesa são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizarem o Auto de Infração em questão.

Como é sabido, os Decretos regulamentares são normas jurídicas expedidas pelo Chefe do Poder Executivo com a função de pormenorizar e desenvolver as disposições gerais e abstratas da lei, viabilizando sua aplicação em casos específicos.

O princípio da legalidade, por sua vez, que está consubstanciado no artigo 5º, II, da Constituição Federal, que assim dispõe: *“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, não é violado pelo definido nos regulamentos. Este princípio tem como objetivo estabelecer limites ao Poder Executivo e proteger o cidadão, garantindo que as prescrições gerais sejam fixadas pelo Poder Legislativo como fruto da manifestação das diversas posições da sociedade.*

Uma vez estabelecidas, por lei, obrigações e regras para o uso dos bens ambientais, cabe ao Poder Público, com o escopo de viabilizar o exercício do poder de polícia pelos órgãos competentes, minudenciar os preceitos gerais, de forma a regular a atuação da Administração, sempre em consonância com o princípio da legalidade, cujo conteúdo, em sua aplicação aos órgãos públicos, é consubstanciado na noção que o administrador só pode fazer aquilo que a lei – em sentido amplo – permite.

Em Minas Gerais, é a Lei Estadual nº 7.772/1980 que define, no seu Capítulo VI, as penalidades relativas às infrações às normas de proteção ao meio ambiente e que prevê, expressamente, inclusive, no §2º do art. 15, que o regulamento da lei detalhará o-



procedimento administrativo de fiscalização, de aplicação de sanções e a tipificação das infrações. Veja-se:

Art. 15. As infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, classificadas em leves, graves e gravíssimas a critério do Copam e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, serão punidas nos termos desta Lei.

1.

§ 2º O regulamento desta Lei detalhará:

I - o procedimento administrativo de fiscalização;

II - o procedimento administrativo, as hipóteses e os critérios para aplicação de sanções;

III - a tipificação e a classificação das infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos;

IV - a competência e o procedimento para elaboração das normas técnicas complementares", grifo nosso

Dessa forma, o Decreto Estadual nº 44.844/2008, ao tipificar e classificar as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelecer procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, o faz em total obediência à lei, bem como a toda a legislação ambiental pátria. O Decreto em tela, ao prescrever a sanção administrativa tipificada no art 83, Anexo I, Código 122, concretizou o dever jurídico previsto em lei stricto sensu, em total consonância com o princípio da legalidade.

Assim, o Auto de Infração em tela, atendeu perfeitamente as diretrizes do art. 27, incisos I e II do, que previa o Decreto Estadual nº 44.844/2008, com a menção clara e precisa das normas que embasaram a aplicação da sanção administrativa. Afasta-se, por consequência, a alegação de violação ao disposto no art. 31, III do Decreto em testilha.

Ressalte-se que a lei de infringência da presente autuação é a Lei Estadual nº 7.772/1980, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.

Em relação ao disposto no inciso IV do Decreto Estadual nº 44.844/2008, compete ao agente autuante, no momento da fiscalização, verificar a ocorrência de infração às normas citadas no caput e à legislação ambiental, não existindo qualquer comando legal que determine que tais circunstâncias sejam consignadas expressamente no Auto de Infração em apreço, até, porque, pode-se não constatar/configurar/não provar, nenhuma das circunstâncias atenuantes ou agravantes quando da lavratura do auto de infração, não, sendo, portanto, correto o entendimento de que todo auto de infração lavrado deve conter/contemplar essas circunstâncias

Afasta-se, ainda, a alegação de nulidade do auto de infração, devido a inadequação típica, vez que a sua conduta (lançamento de esgoto in natura), subsume-se perfeitamente ao



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente - Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infrção

tipo administrativo descrito do Anexo I, Código.122 do Decreto Estadual nº 44.844/2008, vindo causar poluição aos recursos hídricos. Tal conduta, caracteriza dano não só ao meio ambiente, como, à saúde da população, vejamos julgados dos nossos Tribunais, in verbis:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MUNICÍPIO DE DORES DE GUANHÃES – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE – CORRESPONSABILIDADE DOS ENTES FEDERADOS – ARTIGOS 23 E 225, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – IRREGULARIDADE NO TRATAMENTO DO ESGOTO – ART. 47, DA LEI Nº 12.305/10 – COMPROVAÇÃO DO LANÇAMENTO DE EFLUENTES BRUTOS NO RIO GANHÃES E DEMAIS CORPOS HÍDRICOS – NECESSIDADE DE ABSTENÇÃO DO LANÇAMENTO – INSUFICIÊNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O texto constitucional, em seus artigos 23 e 225, dispõe que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, impondo a corresponsabilidade pela sua defesa e preservação aos cidadãos, bem como ao Poder Público, nas esferas municipal, estadual e federal, solidariamente.

2. Nos termos do art. 47, da Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é expressamente vedada a destinação de resíduos sólidos ou rejeitos diretamente em corpos hídricos ou in natura à céu aberto, consubstanciando o esgotamento sanitário um serviço público de saneamento básico, à luz do art. 2º, da Lei nº 11.445/07.

3. A despeito da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com a previsão de implementação do adequado sistema de tratamento de esgoto, uma vez comprovada a ausência do referido sistema, bem como o lançamento direto dos dejetos nos cursos d'água do Município, com o patente potencial de danos à população e ao meio ambiente, faz-se necessária a determinação ao Município voltada à abstenção do lançamento direto dos efluentes brutos nos corpos hídricos municipais.

4. Recurso não provido. Agravo de Instrumento-Cv Nº 1.0280.17.005134-4/001 – COMARCA DE Guanhães - Agravante (s): MUNICÍPIO DE DORES DE GANHÃES - Agravado (a) (s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Meio Ambiente – Lançamento de esgoto 'in natura' no Município de Aguas de Santa Bárbara – Sementeira Procedente – Ausência de cercamento de defesa – Legitimidade e interesse do Ministério Público – Pedido juridicamente possível – Responsabilidade ambiental, objetiva – Dano comprovado – Obrigações mantidas – multa diária e prazo para cumprimento das medidas bem fixados – Preliminares afastadas, agravo retido rejeitado, recursos 'desprovidos'". (TJ-SP – APL: 994051574990-SP, Relator: Samuel Júnior, Data de Julgamento: 18/02/2010, Câmara Reservada ao Meio Ambiente; Data de Publicação: 11/03/2010)

Não se pode, ainda, olvidar que o nosso ordenamento jurídico não permite o lançamento de esgotos sanitários em cursos d'água sem prévio tratamento.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

Em Minas Gerais a Lei nº 2.126/1960 e suas alterações, que estabelece normas para o lançamento de esgotos e resíduos industriais nos cursos de água, é claro, quando dispõe:

"Art. 1º - Fica proibido, a partir da data da publicação desta lei, em todo o território do Estado de Minas Gerais, lançar nos cursos de água - córregos, ribeirões, rios, lagos, lagoas e canais, por meio de canalização direta ou indireta, de derivação ou de depósito em local que possa ser arrastado pelas águas pluviais ou pelas enchentes, sem tratamento prévio e instalações adequadas, qualquer resíduo industrial em estado sólido, líquido ou gasoso, e qualquer tipo de esgoto sanitário proveniente do centro urbano ou de agrupamento de população."

No tocante ao ente federal pode-se citar o disposto no art.3º da Resolução CONAMA nº 430/2011, que dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para gestão do lançamento de efluentes em corpos de água receptores, *in verbis*:

"Art. 3º - Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados diretamente nos corpos receptores após o devido tratamento e desde que obedçam às condições, padrões e exigências dispostos nesta Resolução e em outras normas aplicáveis".

Constata-se, pois, que o ordenamento jurídico brasileiro não permite o lançamento de esgotos em cursos d'água sem prévio tratamento.

Não se pode esquecer, que a coleta e a destinação final dos esgotos urbanos é típico serviço público e, em razão disso, às concessionárias desses serviços, por força do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, em seu art 6º, inciso X e a Lei Federal nº 8.987/95, no seu art.6º, devem prestá-lo de forma adequada, eficiente e segura.

Ademais, a Resolução nº 40, de 3 de outubro de 2013, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, assim, prevê

"Art. 3º O prestador é responsável pela adequada prestação dos serviços, que compreende a integralidade, a continuidade, a eficiência, a segurança e a atualidade."

"Art. 8º O prestador de serviços executará, de forma constante, a conservação e a manutenção dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mantendo-os em condições adequadas de operação, segurança e limpeza, obedecendo às normas e aos procedimentos técnicos pertinentes."

§ 1º O prestador deverá evitar vazamentos de água e extravasamentos de esgoto com a finalidade de prevenir danos ao sistema público de abastecimento de água ou contaminação do meio ambiente."

"Art. 8º O prestador de serviços executará, de forma constante, a conservação e a manutenção dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário."



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente - Jequinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

mantendo-os em condições adequadas de operação, segurança e limpeza, obedecendo às normas e aos procedimentos técnicos pertinentes.

§ 1º O prestador, deverá evitar vazamentos de água e extravasamentos de esgoto com a finalidade de prevenir perdas no sistema público de abastecimento de água ou contaminação do meio ambiente.

[...]. gritou nosso



Destarte, não restam dúvidas quanto a legalidade da lavratura do Auto de Infração em referência.

Por igual forma, a Copanor - Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A alega que há ilegalidade quanto à exigência de taxa de expediente para análise do recurso.

Em dezembro de 2018, foi publicado o Decreto Estadual nº 47.577/2018, que dispõe sobre a exigibilidade e a cobrança das taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Instituto Estadual de Florestas, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

A incidência e o fato gerador da referida Taxa de Expediente foram, portanto, regulamentados pelo art. 2º do referido Decreto 47.577/2018, que assim dispõe:

"Art. 2º - As taxas de expediente relativas a atos de autoridade administrativa do Semad, do IEF, do Igam e da Feam, de que trata o item 6 da Tabela A do RTF, têm como fato gerador:

- a exercício regular do poder de polícia conferido a esses órgãos sobre as atividades previstos no referido item, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas, visando à proteção e à conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos;*
- a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos previstos no referido item."*

Desse modo, a análise de impugnação e dos recursos interpostos no âmbito do processo administrativo ambiental de natureza contenciosa cujo valor do crédito estadual seja igual ou superior a 1.661 (um mil, seiscentos e sessenta e uma) Ufemgs fica condicionada ao



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

pagamento da taxa de expediente a que referem os itens 7.30.1 e 7.30.2 da referida tabela, constante da Lei nº 6.763/1975.

Conforme expressamente previsto no referido art. 14 do Decreto Estadual nº 47.387/2018 e art. 3º do 47577/2018, a comprovação do pagamento da taxa de expediente deverá ser realizada no momento da apresentação da defesa.

Inferre também discurrir que na Lei Estadual nº 14.184/2002 – que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública de Minas Gerais – há literal previsão normativa acerca da possibilidade de cobrança de despesas processuais desde que previstas em lei. Veja-se o que revela o art. 5º da referida lei:

“Art. 5º Em processo administrativo serão observados, dentre outros, os seguintes critérios:

()

IX – proibição de cobrança de despesas processuais, ressaltadas as exigidas em lei.”

Nota-se a possibilidade da cobrança de despesas processuais na esfera processual administrativa, desde que haja previsão legal. Ora, pela menção de toda a cadeia normativa que fundamenta sua validade e eficácia já aqui descrita, há de se considerar que o tributo é notadamente legal, da mesma forma que se sustenta pelos casos que foram objetos de apreciação pelos tribunais pátrios onde, para aqueles considerados inconstitucionais, não guarda qualquer equivalência.

Por todo exposto, a cobrança da taxa de expediente como fundamento para análise das defesas e recursos administrativos não apenas possui amparo nas legislações supramencionadas, como decorre de determinação legal, a qual a administração pública não pode ignorar, sob pena de flagrante desrespeito ao princípio constitucional da legalidade.

Ademais, a competência do Estado para instituição de taxas foi conferida pela própria Constituição Federal, não sendo cabível, portanto, a alegação da impetrante de inconstitucionalidade da cobrança da referida taxa de expediente.

Importante ressaltar que a taxa de expediente não está abrangida na vedação constante da Súmula Vinculante 21 do STF, a qual dispõe ser “inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

A referida súmula veda a exigência de depósito prévio de percentual do valor do tributo cobrado ou de multa como condição de exigibilidade de recursos em sede administrativa.

A taxa de expediente, além de ser um tributo estadual previsto na legislação vigente, possui um valor fixo previamente estabelecido pela Lei Estadual nº 6.763/1975, em nada se confundindo, portanto, com a exigência de depósito prévio de parte do valor da multa aplicada. Desse modo, é possível afirmar a vidente constitucionalidade da cobrança de taxa de expediente para análise de defesas e recursos administrativos.

Tal entendimento encontra respaldo em decisão proferida pela ministra do STF, nos autos da Ação Reclamatória nº 25511/CE, senão se veja.

"Ao exame dos autos precedentes, esta Corte analisou a constitucionalidade da exigência do depósito prévio de percentual do valor do tributo cobrado ou de multa como condição de exigibilidade de recursos em sede administrativa.

A medida delineada na presente reclamação, por sua vez, não diz com a exigência de depósito prévio, mas com a cobrança da denominada "Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público – Julgamento da Contenciosa Administrativa Fiscal", espécie tributária instituída pela Lei Estadual nº 15.838/15, a qual tem como fato gerador "a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição". Confira-se:

"Art. 1º A taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público tem como fato gerador:

I - o exercício regular do poder de polícia;

II - a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. " (RCI 25511/CE, Rel. Min. Rosa Weber, STF 09.12.2016).

"EMENTA: AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RELEVANTE. LIMINAR NÃO CONCEDIDA; RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. O Agravo interno foi interposto com o objetivo de modificar a decisão interlocutória que concluiu pela inexistência de fundamento relevante que justificasse a concessão da liminar nos autos do Mandado de Segurança.

2. O fundamento relevante e a possibilidade concreta de que a eficácia da medida reste comprometida se deferida tão somente no fim da demanda são os requisitos que devem estar presentes para a concessão da liminar.





Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Juiz de Fora
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

3. Após análise dos autos, verificou-se que não restou demonstrado fundamento relevante que justifique a concessão da medida liminar, sobretudo, porque a Lei 15.838/2015 que instituiu a taxa ora impugnada está em plena vigência.

4. A Lei ora, no ordenamento jurídico brasileiro, da "presunção" de constitucionalidade, assim como as atos administrativos gozam da presunção de legalidade, logo não é possível, em juízo de sumário cognição, afastar a cobrança da Taxa de Fiscalização e Prestação de Serviço Público realizada pelo Estado do Ceará em face da prestação de serviço público.

5. Os agravantes não trouxeram argumentos novos que justifiquem a modificação da decisão interlocutória que concluiu pela ausência de fundamentação relevante.

6. Agravo interno conhecido e não provido.

3. Ante o exposto, presente identidade material entre os atos confrontados, forte no art. 21, § 1º, do RISTF, nega seguimento à presente reclamação, restando prejudicada a exame do pedido liminar." (RCL 25577/CE, Rel. Min. Rosa Weber, STF 09.12.2016).

Destarte, diante do que foi apresentada pela Autuada, entende-se que não há capacidade para descaracterização do Auto de Infração.

III - Conclusão:

Por todo exposto, considerando que o autuado não apresentou nos autos do presente processo fatos ou documentos contrários à decisão proferida pelo Diretor Regional de Controle Processual ou mesmo atacou os fundamentos por ela utilizados, considerando outrossim, que as afirmações do agente público fiscalizador possuem presunção *juris tantum* de legitimidade e veracidade em razão da fé pública que lhe é atribuída pelo ordenamento jurídico vigente, significando que os atos administrativos são presumidamente legítimos, legais e verdadeiros, admitindo-se, entretanto, a recorrente prova em sentido contrário, o que no presente caso, s.m.j., não ocorreu, conforme estabelece o art. 66, inciso IV, do Decreto Estadual n.º 47.383/2018, recomenda-se:

- Seja conhecido o recurso manejado pela Autuada, haja vista que tempestivo, nos termos do art. 66 do Decreto n.º 47.383/2018, e uma vez que foram respeitados os requisitos estabelecidos pelo art. 66 do Decreto n.º 47.383/2018;
- Não acolher os argumentos apresentados pela Autuada em sua defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas;

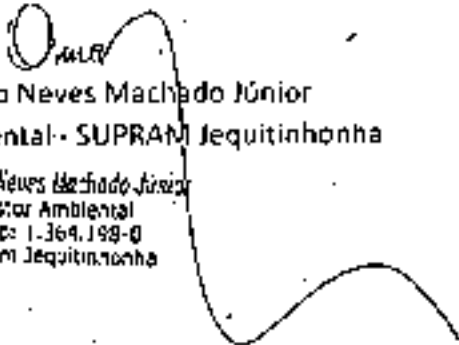


Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha
Diretoria Regional de Controle Processual
Núcleo de Autos de Infração

- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 17.943,52 (dezesete mil novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) mais juros incidentes desde da constituição do débito.

Remeta-se o presente processo administrativo à autoridade competente a fim de que aprecie o presente parecer.

Após decisão administrativa definitiva pela Superintendente Regional de Meio Ambiente do Jequitinhonha, o empreendedor deverá ser notificado para recolher o valor da multa no prazo de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o artigo 113, inciso II do Decreto Estadual 47.383/2018, sob pena de inscrição em dívida ativa.


Oswaldo Neves Machado Júnior
Gestor ambiental - SUPRAM Jequitinhonha

Oswaldo Neves Machado Júnior
Gestor Ambiental
Matr: 1.369.198-0
Supram Jequitinhonha

